

Anderson Bertholi

**PECULIARIDADES DO DESENVOLVIMENTO NO MATO
GROSSO DO SUL: FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E
*PECUARIZAÇÃO.***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Florianópolis, 2012.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

BERTHOLI, ANDERSON

Peculiaridades do Desenvolvimento no Mato Grosso do Sul: Formação Sócio-Espacial e Pecuarização. [tese] / ANDERSON BERTHOLI ; orientador, Carlos José Espíndola - Florianópolis, SC, 2012.
191 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Geografia. 3. Desenvolvimento Regional. 4. Mato Grosso do Sul. 5. Pecuarização. I. Espíndola, Carlos José. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

*Ao Seu Silvio, Dona Cleide e Cibele,
decisivos no passado, compreensivos no
presente, significativos para o futuro!*

AGRADECIMENTOS

Ao amigo-professor Carlos José Espíndola pela objetividade dos encaminhamentos e pela confiança nas reconstruções.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, como José Messias Bastos, Clecio Azevedo da Silva, Ewerton Vieira Machado, Marcos Aurélio da Silva, Luis Fernando Scheibe, Leila Christina Duarte Dias, Walquiria Krueger Corrêa e à companheira Marli Terezinha que contribuíram direta ou indiretamente com o amadurecimento das idéias desde o Mestrado.

Aos companheiros de outros Programas que dedicaram tempo e atenção aos chamamentos para composição das bancas, como a Prof^a Cleonice Le Bourlegat (UCDB/MS) e o Prof^o Fabio Napoleão (UDESC).

Aos meus pais Dona Cleide e Seu Silvio que esperaram pacientemente esse passo adiante, como mais uma vitória de toda uma alegre e orgulhosa família.

Às minhas irmãs, Adriana (Driks), Sabrina (Bita), Andressa (Dessinha), Suellen (Su), Cleicy (Cauane), sobrinhos, Brucy, Brenno, Felipe, Julia, Malu e Clarinha, filha, Taísa e amigos que dividiram momentos de alegria e ansiedade.

Finalmente à Cibele, esposa-star que abdicou de tudo e todos para viver essa “aventura”, que de tão imponente se fez sólida e duradoura.

Lutam melhor os que têm belos sonhos!
(Che)

RESUMO

A presente tese analisou a formação sócio-espacial Sul-mato-grossense, desde as *Três Entradas* (Pantanal, Planalto e Sul) até a especialização das variadas etapas de produção de gado de corte com peculiaridades da espaciologia regional. Os influxos da divisão do trabalho, os pactos de poder e os reflexos às múltiplas determinações constituíram, em conjunto, elementos de uma combinação original que têm como coroamento a *Consolidação e Demarcação* da pecuária pantaneira, uma vez que a tratada arrumação espacial delegou espaços sensíveis às demandas do produtivismo via expansão das áreas de cultura de soja, milho, cana-de-açúcar, eucalipto, etc – o Planalto-Leste, áreas de amortecimento que mantêm paralelamente atividades tradicionais de pecuária e inovações quanto à chegada de outras culturas e práticas modernas, como o turismo rural – Serra da Bodoquena e Planalto de Maracaju, por fim a área de *pecuarização*, tradicional e com práticas rústicas adaptadas às inovações (cujo papel do Estado, via atuação da Embrapa/GC é um fator primordial) das demandas da competitividade – o Pantanal Sul-mato-grossense. A modernização pelo espaço estadual, idealizada desde o pacto de poder entre os latifundiários e a burguesia industrial nascente desde a década de 30 (Marcha para o Oeste), elegeu o Pantanal como *locus* da atividade pecuária *sui generis*. A partir das argumentações teóricas e análise de dados, o trabalho evidenciou que a Formação sócio-espacial conduziu dois vieses de Desenvolvimento econômico que impuseram, a cada tempo, especificidades à espaciologia regional, com áreas mais e menos sensíveis aos influxos da divisão do trabalho em diferentes escalas. Analisou-se o comportamento da *Indústria Pecuária* no Mato Grosso do Sul diante das novas demandas produtivas impostas após a grande crise mundial da década de 70. Da sua gênese ao desenvolvimento, crises e retomadas de crescimento do setor ao longo dos seus mais de 200 anos de história configurando uma peculiar acomodação espacial, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das formas de propriedade. A tese central é de que, dada a acomodação e conseqüente arrumação espacial, ocorre a gradativa especialização fundada na divisão do trabalho, orquestrando-se pelas relações de poder sobre o território recém-instituído. Nesse contexto, funda-se a regionalização da produção pastoril, ocorre uma emancipação com relação aos mercados de Minas e São Paulo (Mamigonian, 1986) e funde-se a *Consolidação e Demarcação* da pecuária pantaneira. Baseado na teoria dos pactos de poder de Inácio Rangel, argumentou-se que os reflexos das formações

duais brasileiras conduziram essa arrumação de modo a considerar, em cada tempo, o papel da produção regional tanto no contexto da divisão nacional quanto da divisão internacional do trabalho, dada a importância do produto carne no contexto do desenvolvimento econômico em diferentes escalas.

Palavras-chave: Formação Sócio-Espacial, Mato Grosso do Sul, Pecuária e *Consolidação e Demarcação*.

ABSTRACT

This thesis analysed the socio-spatial formation South-mato-grossense, since the *three entries* (Pantanal, plateau and South) to the specialization of the various stages of production of cutting cattle with peculiarities of regional espaciologia. The cash inflows of Division of labor, the Pact of power and reflexes on multiple determinations were, together, elements of a unique combination that are crowning the *Shield* stockfarming of Pantanal, once the treated space delegated sensitive spaces arrangement demands productivity via expansion of areas of cultivation of soybeans, corn, sugar cane, eucalyptus, etc – the Plantalto-Eastdamping holding areas alongside traditional livestock farming activities and innovations regarding the arrival of other cultures and modern practices, such as rural tourism – Bodoquena plateau and Plateau de Maracaju finally the production area *Shielded* traditional livestock, with rustic practices adapted to innovations (whose role in the State, Embrapa's operations via/GC is a primary factor) of the demands of competitiveness – the Pantanal Sul-matogrossense. The modernization by state space, idealized since the power Pact between the landowners and the nascent industrial bourgeoisie since the Decade of 30 (March to the West), elected the Pantanal as a *locus* of Cattle activity *sui generis*. From the theoretical arguments and data analysis, the work showed that socio-spatial formation led two biases of economic development that have implemented, every time, specificities to espaciologia regional areas more and less sensitive to influxes of Division of labor in different scales. It was examined whether the behavior of *livestock industry* in Mato Grosso do Sul in the face of new productive demands imposed after the great crisis of the 70 's. From its genesis, development and crises industry growth resumes over its more than 200 years of history by setting a peculiar space accommodation, from the development of the productive forces and production relations, of forms of ownership. The central assumption is that, given the stowage space, accommodation and consequent gradual specialization occurs based on Division of labour and orchestrated by power relations on the territory up created. In this context, is founded the regionalization of pastoral production, emancipation with mine and markets Sao Paulo (Mamigonian, 1986) and merges the *Shielding* of the Pantanal's Cattle. Based on the theory of the power of Ignatius Rangel pacts, it was argued that the reflection of the dual formations led this way-away Brazilian to consider, at each time, the role of regional production both in the context of National Division and international division of labour, given the importance of

meat product in the context of economic development of different scales.

Keywords: Socio-Spatial Formation, Mato Grosso do Sul, Cattle, consolidation and demarcation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Influxos e Reflexos da dinâmica capitalista – <i>Ciclos Longos, Dualidades Brasileiras, Peculiaridades Sul-mato-grossenses</i> – Panorama Geral.....	31
Figura 2 – Espacialização dos territórios indígenas no Sul do Mato Grosso, antes da chegada dos colonizadores.....	32
Figura 3 – Das <i>Monções</i> à gênese da formação sócio-espacial pelo Sul do Mato Grosso.....	35
Figura 4 – Entradas para o Mato Grosso do Sul.....	40
Figura 5 – Entrada Pantanal.....	41
Figura 6 – Entrada Planalto.....	44
Figura 7 – Entrada Sul.....	49
Figura 8 – Síntese das relações sociedade – natureza na formação sócio-espacial do Sul do Mato Grosso – até os fins do século XIX.....	51
Figura 9 - Influxos e Reflexos da dinâmica capitalista – <i>Ciclos Longos, Dualidades Brasileiras, Peculiaridades Sul-mato-grossenses</i> – Gênese.....	53
Figura 10 – Determinantes da formação econômica e social do Mato Grosso do Sul – A gênese da <i>pecuarização</i> em 3 fases.....	56
Figura 11 – Atividades da economia de monopólio que antecederam a chegada do modo de produção capitalista no Brasil – empreendimentos até o século XIX.....	60
Figura 12 – Atividades da economia de monopólio que antecederam a chegada do modo de produção capitalista no MT – empreendimentos até o século XIX.....	61
Figura 13 - Influxos e Reflexos da dinâmica capitalista – <i>Ciclos Longos, Dualidades Brasileiras, Peculiaridades Sul-mato-grossenses</i> – Desenvolvimento <i>peculiar</i>	62
Figura 14 – Estágios de desenvolvimento das forças produtivas – distinção entre as <i>vias de acumulação</i>	81
Figura 15 - Influxos e Reflexos da dinâmica capitalista – <i>Ciclos Longos, Dualidades Brasileiras, Peculiaridades Sul-mato-grossenses</i> – Inovações.....	84
Figura 16 – (Re) organização do espaço Sul-mato-grossense à luz das áreas de influência na chegada da <i>rede ferroviária</i>	96
Figura 17 – <i>Pantanal-demarcado, Faixa de Amortecimento e Planalto Dinâmico</i>	131
Figura 18 – Regiões com predominância de pastagens nativas no Brasil.....	151
Figura 19 – Espaciologia da <i>pecuarização</i> Sul-mato-grossense.....	156

Figura 20 – Interfaces em Mato Grosso do Sul – relações sistêmicas na composição do espaço.....	160
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução dos atos institucionais relacionados à questão fundiária no Mato Grosso – 1892 – 1930.....	54
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Charque – Quantidades exportadas por MT e quantidades transportadas pela Noroeste do Brasil (NOB) – 1919 – 1930 (Kg)	92
Tabela 2 – Erva-mate – Quantidades exportadas por MT e quantidades transportadas pela Noroeste do Brasil (NOB) – 1919 – 1953 (Kg)	93
Tabela 3 – Relação entre número e área nas propriedades rurais do Brasil e MS – 2003	105
Tabela 4 – Ocupação e uso da terra no MS – Atual.....	114
Tabela 5 – Evolução do rebanho bovino em diferentes <i>escalas</i> – Brasil, Centro-Oeste e MS.....	153

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Brasil e MS, localização da área de estudo.....	19
Mapa 2 – Base fundiária no Brasil e no MS – Grandes propriedades – 2003	104
Mapa 3 – Uso da terra (predominância) no Brasil e no MS – 2006.....	110
Mapa 4 – Potencialidade do uso do solo no MS	111
Mapa 5 – Expansão da cultura de soja no MS – 2009	112
Mapa 6 – Expansão da cultura de milho no MS – 2009	113
Mapa 7 – Frigoríficos instalados no Mato Grosso do Sul - 2010	118
Mapa 8 – Borda Leste do Pantanal, municípios da área de amortecimento.....	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor das exportações do setor frigorífico do MS – 1999 – 2010	117
Gráfico 2 – Taxas de abate – <i>ranking</i> dos estados brasileiros.....	117
Gráfico 3 – Etapas da produção da pecuária bovina no Brasil – 2010.....	119

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANUALPEC – ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PECUÁRIA DE CORTE.

ABIEC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE.

ABAG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE *AGRIBUSINESS*.

CNPC – CONSELHO NACIONAL DA PECUÁRIA DE CORTE.

CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - UFSC

CNA – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA.

C & T – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

CEUC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL/
CAMPUS DE CORUMBÁ

DEA/MS – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.

EMBRAPA/GC – EMBRAPA GADO DE CORTE.

FAMASUL – FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

FIEMS – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

FSE – FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.

GEA – GRUPO DE ESTUDOS DE AGRONEGÓCIO, DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.

IAGRO/MS – DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO E DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS.

ICMS – IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MAA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.
MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
OIE – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE *EPIZOOTIAS*.
OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.
PPGGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - UFSC
P & D – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.
RFSA – REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA.
SEMA/MS - SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO MATO GROSSO DO SUL.
SEF/MS – SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA DE MATO GROSSO DO SUL.
UCDB – UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO.
UFOD – UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTAS

INTRODUÇÃO	19
CAPITULO 1: POR UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA DO MS ..	26
1.1. COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL	32
1.2. GÊNESE DA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO MT.	38
1.3. ATRELAMENTO DA FORMAÇÃO REGIONAL ÀS INVERSÕES CÍCLICAS	52
CAPÍTULO 2: ASPECTOS DE UMA ESPACIOLOGIA PECULIAR	57
2.1. OS PRIMEIROS SINAIS DE UMA <i>ESPACIOLOGIA</i> PECULIAR	57
2.2. O PRENÚNCIO DE UMA IMPONENTE <i>INDÚSTRIA PASTORIL</i>	65
2.3. OS CONFLITOS NA ECONOMIA <i>ERVATEIRA</i> E O ESTABELECIMENTO DOS PRIMEIROS PACTOS	69
2.4. NA GÊNESE DO DESIGUAL E COMBINADO A DISTINÇÃO DAS MACRO-FORMAÇÕES	77
CAPITULO 3: O SISTEMA COM NOVOS OBJETOS E NOVAS AÇÕES	82
3.1. NOVAS AÇÕES, CICLOS LONGOS E DUALIDADES.....	83
3.2. NOVOS OBJETOS, A FERROVIA COMO REDE.....	87
3.3. REFLEXOS DA INVERSÃO FERROVIÁRIA	92
3.4. NOVOS OBJETOS, A RODOVIA COMO REDE	94

3.5. NOVOS OBJETOS E AÇÕES, O DESENVOLVIMENTO DA REDE URBANA	100
3.6. NOVOS OBJETOS E AÇÕES, A REESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA.....	102
CAPÍTULO 4: OS ARAUTOS DA MODERNIDADE E A PECUARIZAÇÃO.....	107
4.1. NOVOS OBJETOS, AS CULTURAS COMERCIAIS	110
4.2. NOVOS OBJETOS, OS FRIGORÍFICOS E A RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA <i>PECUARIZAÇÃO</i>	115
4.3. NOVOS PACTOS DE PODER, A DIVISÃO DO ESTADO.....	124
CAPÍTULO 5: AS COMBINAÇÕES SUL-MATO-GROSSENSES	130
5.1. <i>PECUARIZAÇÃO</i> PANTANEIRA E USO DURÁVEL	138
5.2. A EMBRAPA COMO TESTEMUNHA DA TESE	141
5.3. OUTROS E ATUAIS CONTEXTOS & ESTRATÉGIAS DA <i>PECUARIZAÇÃO</i> NAS MACRO-FORMAÇÕES SUL-MATO-GROSSENSES	147
CONCLUSÃO.....	157
BIBLIOGRAFIA.....	162
ANEXO A	
Mapa da área de estudo – estado do Mato Grosso do Sul.....	176
ANEXO B	
Gráficos, Mapas, Figuras e Tabelas complementares	177
<i>Consumo Mundial de Carne – 2008.</i>	
<i>Principais produtores mundiais de carne bovina.</i>	
<i>Principais países exportadores de carne – 2009.</i>	
<i>Taxa de abate no mundo – 2009.</i>	
<i>Indicadores da pecuária brasileira – 2003 – 2007.</i>	
<i>Principais importadores de carne industrializada do Brasil.</i>	

Principais importadores de carne resfriada do Brasil.
Distribuição espacial dos frigoríficos sob S.I.F no Brasil.
Pecuária de corte por Região do Brasil.
Distribuição da pecuária de corte por Região do Brasil.
Evolução do rebanho bovino no Brasil por U.F..
Distribuição do rebanho bovino no MS.
Rebanho bovino no Brasil – 10 maiores índices municipais.
Evolução do preço da arroba do boi gordo no Brasil – 1999-2007.
Subdivisões do bioma Pantanal e Nhecolândia.
Percentual das áreas rurais ocupadas com pastagens.
Bacia do Rio Formoso, município de Bonito/MS.

ANEXO C

Caracterização das fases da pecuária de corte 187

ANEXO D

Principais características da *pecuarização* na *Área de Amortecimento*, conforme estudo de caso na Bacia do Rio Formoso, município de Bonito/MS 188

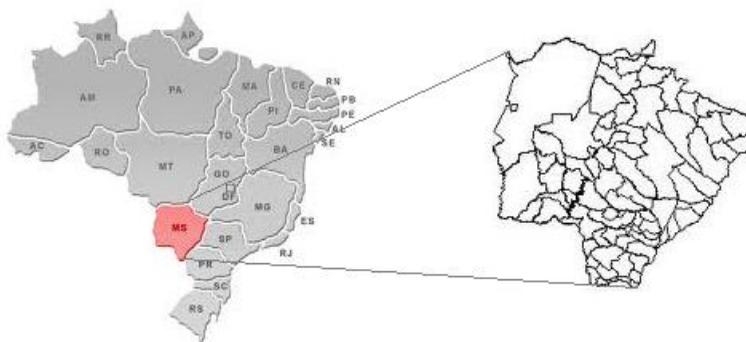
INTRODUÇÃO

O Mato Grosso do Sul, assim como o Brasil, é caracterizado por uma diversidade de aspectos histórico-sociais e físico-ambientais marcantes.

Por se tratar de um estado relativamente novo, criado em 1979, fruto de um pacto de poder estabelecido pelas elites regionais, as quais entenderam o dinamismo econômico da parte Sul do antigo estado de Mato Grosso como determinante da sua autonomia política com relação à Federação, conheceu, muito rapidamente, inúmeros fatos que conduziram ao nascimento e desenvolvimento de uma peculiar formação sócio-espacial no interior do Brasil.

Localizado no Centro-Oeste brasileiro (Mapa 1), com uma área de pouco mais de 357 mil Km² e uma população de cerca de 2,4 milhões de habitantes (IBGE,2010), contabiliza uma densidade demográfica em área de cerrado de cerca de 6,8 hab/km².

Mapa 1 – Brasil e Mato Grosso do Sul – Localização



(Fonte: Do autor)

Tem a sua paisagem bem marcada por dois grandes conjuntos regionais, a saber, o Planalto no sentido NNE-SSE, cuja topografia pouco acidentada tem contribuído sobremaneira para a expansão das culturas comerciais modernas, sensivelmente *tecnificadas* e sensíveis às inovações tecnológicas, caracterizando-o como importante conjunto da divisão territorial do trabalho; e o Pantanal no sentido NO-SO, bioma cuja presença marcante de áreas alagadas, de solo firme e áreas de

transição compõe um mosaico natural cuja diversidade abiótica e biótica chamam à necessidade de conservação e uso racional do espaço, caracterizando-o como um conjunto pouco atrelado à dinâmica territorial do trabalho, atualmente.

Importa destacar que a presença da atividade pecuária é sentida em ambos os conjuntos macro-regionais, o que sustenta o argumento desta tese no sentido de incorporar novos e detalhados estudos que contribuam para o entendimento das relações entre o desenvolvimento econômico e a formação social à luz da trajetória da *pecuarização*.¹

O processo de arrumação e organização espacial da produção pecuária e da instituição da identidade Sul-mato-grossense pode ser entendido a partir de oito intensos momentos (BERTHOLI, 2006), a saber, *o primeiro* deles está relacionado com a gênese da atividade como subsidiária da mineração no século XVIII; *o segundo* corresponde ao momento de arrumação fundiária após a Guerra do Paraguai, no século XIX; *o terceiro* foi constituído pelos reflexos do monopólio da Cia Matte Laranjeira, entre o fim do século XIX e início do XX; *o quarto* momento foi marcado pela expansão dos capitais estrangeiros (charqueadas) e do mercado internacional, antes e após a Primeira Grande Guerra; *o quinto* está intimamente relacionado com a expansão do mercado de carne, agora resfriada, a implantação dos frigoríficos no estado de São Paulo e a intensificação do transporte ferroviário pela Noroeste do Brasil, entre a primeira e a segunda metade do século XX; *o sexto* tem ligação com as políticas de Estado, mais precisamente a “marcha para o Oeste” e a expansão das “fronteiras agrícolas”, marcando a fase de expansão de novas culturas pelo cerrado; *no sétimo*, a crise da década de 80 denota uma re-organização interna da produção e, por fim, *o oitavo* e mais recente, caracterizado pela abertura e consolidação dos mercados acompanhada pelas estratégias de inovação frente às exigências da competitividade internacional.

Nesse sentido é que a presente tese se insere, ou seja, prioritariamente numa perspectiva de geografia histórica, sobretudo pela intenção de resgatar a formação sócio-espacial desta parte do Brasil e, por consequência, dos reflexos sentidos por sua arrumação econômica, portanto pautada também na perspectiva de uma geografia econômica.

A partir da compreensão da formação sócio-espacial é que se evidenciou o caráter heterogêneo, desigualmente desenvolvido ao longo da estruturação econômica e social do antigo estado do Mato Grosso,

¹ Segundo o IBGE (2011), dados da Produção Pecuária Municipal (PPM) o rebanho bovino do Mato Grosso do Sul está estimado em pouco mais de 21 milhões de cabeças.

tendo como motor a influência das múltiplas determinações - das leis históricas e naturais (MAMIGONIAN, 1996) - para poder encontrar o caráter universal que conduziu à arrumação dos diferentes objetos geográficos, e instituiu a cada tempo, a identidade Sul-mato-grossense.

Movimento este, complexo e peculiar, intimamente associado à evolução dos modos de produção, refletindo as nuances na organização das suas forças produtivas.

Com efeito, inclui-se a pecuária, delegando a ela o *status* de atividade essencial, dada sua íntima relação com dinâmica da divisão territorial do trabalho.

Sob o ponto de vista metodológico, a formação sócio-espacial conduziu a análise do comportamento do modo de produção e da formação social, possibilitando uma explicação que contém, efetivamente, a sincronia da sociedade em escala mundial, sem perder de vista as especificidades do lugar. Tal procedimento permitiu analisar o funcionamento do capitalismo e suas especificidades em cada caso geográfico e histórico.

Nesse sentido, a problemática da pesquisa está condicionada pela definição do que é igual e do que é diferente, levando obrigatoriamente à aproximação entre o geral (representado pelo modo de produção) e o particular (representado pela formação social), portanto, entre o todo e as partes, pois na concretude do real, modo de produção e formação social estão dialeticamente unidos.

Diante do exposto, seguem-se as construções teóricas formuladas a partir das categorias de Modos de Produção e Formação Social, dos influxos da economia mundial (Kondrattief) e das dualidades brasileiras (Inácio Rangel), como forma de atribuir as dimensões econômica e política ao continuum da tratada organização do espaço ².

Esse entendimento exalta a reação da economia brasileira frente às fases de expansão e recessão da economia internacional, como lembra Inácio Rangel (1985), e, em especial, os reflexos deste movimento no

² É com essa perspectiva de análise que Rangel apresenta suas concepções acerca das formações sociais brasileiras e possibilita um entendimento pormenorizado da nossa condução político-econômica. Entre suas obras podemos citar, “Dualidade básica da economia brasileira” (1957), “Questão agrária e agricultura” (1979), Recursos ociosos e política econômica” (1980), “Ciclo, tecnológica e crescimento” (1982), “Economia: milagre e anti-milagre” (1985), “Inflação brasileira” (1986), “Economia brasileira contemporânea” (1986) e “Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro” (1990).

comportamento da atividade pecuária Sul-mato-grossense, desde a instituição definitiva de suas relações com o mercado externo (BERTHOLI, 2006:34)

A pesquisa buscou elementos em diferentes fontes, desde os estudos bibliográficos estruturados na dissertação, *O lugar da pecuária na formação sócio-espacial Sul-mato-grossense* (BERTHOLI, 2006), passando por um trabalho exploratório acerca da arrumação espaço-regional do modo de produção capitalista no Mato Grosso do Sul que, por fim, teve seu coroamento com um estudo teórico detalhado acerca da *concretização e demarcação da pecuária pantaneira*.

Foram realizadas pesquisas primárias e secundárias, através de consultas de trabalhos relacionadas às geografias, histórica e econômica brasileiras.

Além dos referenciais citados, a presente pesquisa contou com trabalho de campo, iniciado com a Dissertação e finalizado com a coleta de informações junto à Embrapa Pantanal. Tais informações deram suporte empírico a gama de dados, relatos e conceitos acerca da formação social Sul-mato-grossense, um incremento à análise sob o ponto de vista da caracterização dos lugares e grupos sociais relevantes envolvidos direta ou indiretamente com o processo de *pecuarização*.

Essa aproximação com o real confirmou por um lado a inserção da pecuária no modo de vida sertanejo pelo interior do estado e, por outro, da importância econômica dada à atividade pelas instituições de pesquisa, reconhecendo o seu impacto na estruturação produtiva regional.

Esse amparo teórico e metodológico sustentou a afirmativa de hipótese acerca da caracterização da pecuária e seus reflexos para o Mato Grosso do Sul.

Um reconhecimento de uma *pecuarização* peculiar que teve sua origem marcada pelas diferentes frentes de povoamento, desde o século XVII, passando por diferentes processos de organização, permitindo que gradativamente ela adquirisse um *status* de relevância na formação sócio-espacial do estado, não constituindo apenas um reflexo d'outras formações (mineira, paulista ou gaúcha).

Fundamentalmente, como parte que é do Conjunto do Brasil Central Pecuário (MAMIGONIAN, 1976), dispõe de uma especificidade umbilicalmente associada a outras determinações históricas, sociais e naturais, particularmente Sul-mato-grossenses.

Prova disso, a tese de que a organização espacial concretizou uma *demarcação* à pecuária pantaneira é confirmada pelas evidências apresentadas na sequência dos capítulos, corroborada pela caracterização da Formação Social de Transição entre as vias de acumulação

(BERTHOLI, 2006:71), o que de geral denota, como será destacado, o caráter peculiar (dual, desigual e combinado) ao qual estamos nos referindo.

Esse quadro conduziu o objetivo geral da presente tese, ou seja, analisar a trajetória da atividade pecuária, aqui tratada como processo – *Pecuarização* – desde sua instituição enquanto atividade subsidiária da mineração cuiabana até seu estabelecimento como Grande Indústria Pastoral, atenta aos influxos das ordens cíclicas da economia e, portanto, às convocações do desenvolvimento e da pesquisa, frente às demandas da concorrência internacional.

A hipótese central da tese, como dito, é a de que o processo de especialização da produção, portanto de sua *concretização e demarcação* pelo Mato Grosso do Sul, conduziu uma especificidade à pecuária Pantaneira, frente às pressões pela fragmentação da terra (reestruturação agrária), à expansão de culturas comerciais subsidiadas (soja, milho e cana de açúcar) e às imposições ambientalistas de preservação dura do Bioma.

Nesse sentido, busca-se outra explicação para a idéia de Desenvolvimento Regional, a partir da combinação de elementos históricos, econômicos e ambientais³.

O foco do trabalho se direcionou para a pecuária, pois ela tem trabalhado de maneira ímpar o espaço Sul-mato-grossense, de modo que se apresenta como fiel correspondente (social) das inversões econômicas trans-escalares pelo tratado estado.

Nesta perspectiva, a compreensão da *Concretização e Demarcação da Pecuária Pantaneira* envolve algumas questões que são fundamentais para esse trabalho, a saber:

- 1) A ocupação não-índia ocorreu a partir das 3 grandes *Entradas*, Pantanal – Planalto – Sul, o que, por decorrência trouxe grupos sociais relevantes de diferentes especificidades que, grosso modo, implementaram formações sociais distintas a partir do processo de acumulação desenvolvido.
- 2) A formação sócio-espacial do Sul do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, delegou dois estágios de Desenvolvimento econômico para a

³ De acordo com o conceito de combinações geográficas formulado por Cholley (1964), as combinações podem ser divididas em três grandes categorias: as de ordem física, as de ordem biológica e as de ordem humana, mas as mais interessantes são aquelas que resultam da combinação das três, e cabe ao geógrafo identificar qual é o peso das mesmas naquela determinada massa de tempo, naquele determinado espaço. Cholley lembra, que o peso dos elementos que compõem uma combinação somente podem ser estudados naquela combinação, ou seja, não há possibilidade analisar seu valor e importância fora da mesma, visto que um elemento pode assumir importâncias diferentes em combinações diferentes.

Região, em decorrência das distintas *Vias de acumulação* supracitadas. Uma à Oeste – o Pantanal, mais próxima do modelo *Prussiano*, comum à realidade brasileira, tendo como característica o viés lento-gradual, associado fundamentalmente ao forte papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico e outro à Leste – Planalto/Sul, mais próximo do modelo *Democrático*, tendo como característica o viés progressista e de vanguarda acerca das influências do modo de produção dominante.

3) O redirecionamento dos fluxos por ocasião da chegada da Rede Ferroviária Federal decretou a intensificação das relações da produção regional com a dinâmica da Divisão do Trabalho, conduzindo a uma especialização também definitiva do setor de cria, recria, engorda, abate e frigorificação pelo espaço Sul-mato-grossense, instituindo definitivamente o caráter da *Grande Industria Pastoral*.

3) Os aspectos ligados ao desenvolvimento das forças produtivas (acomodação das funções do setor de produção de bovinos articulada com as demandas da divisão nacional e internacional do trabalho), das relações de produção (profissionalização das etapas de produção e industrialização da carne) e formas de propriedade (latifundiária característica da produção comercial de grande escala e elemento de sustentação do viés preservacionista no Bioma), tendo como agregador a chegada da Embrapa, delegaram uma *Espaciologia* peculiar que traz uma clara *Demarcação* à pecuária pantaneira.

Assim, pela ordem o primeiro capítulo traz o processo histórico de povoamento da parte Sul do antigo estado de Mato Grosso, divididos em três entradas: a Pantanal, de característica Pioneira-Fluvial; a Planalto, resultante da expansão paulista-mineira e a Sul, conseqüência direta da expansão platina/gaúcha. Inclui-se nessa análise os processos que marcaram a organização espacial da produção e constituíram uma complexa “teia” de relações sociais pioneiras, fundamentadas pelas condicionantes que influenciaram na escolha pela criação do gado no referido espaço, no intitulado **CAPÍTULO 1: POR UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA DO MS**

O CAPÍTULO 2: ASPECTOS DE UMA ESPACIOLOGIA PECULIAR, traz a discussão acerca dos dois processos de acumulação distintos ocorridos no Pantanal (caráter tipicamente *prussiano*) e Planalto-Sul (viés mais *democrático*), como elementos que sustentam, sobretudo sob o ponto de vista teórico, a tese da *Concretização e*

Demarcação.

No terceiro capítulo, a problemática das relações sociais de produção será encaminhada sob a perspectiva da consolidação dos grupos de interesse e da chegada dos novos objetos geográficos que pontualmente determinaram a modernização do espaço regional, em especial a Rede Ferroviária que efetivou a economia pastoril como hegemônica e, cada vez mais sob o invólucro dos objetivos capitalistas, em: **CAPÍTULO 3: O SISTEMA COM NOVOS OBJETOS E NOVAS AÇÕES.**

Dadas as condições de especialização regional da produção do Sul de Mato Grosso com a consolidação da pecuária como atividade central e a conseqüente delimitação da posição do estado na divisão nacional do trabalho, fruto dessas interferências, é que, com mais vigor a partir do último quartel do século XX, empreende-se um novo ritmo às transformações do setor, principalmente por ocasião da intensificação do comércio internacional. Análise detalhada no capítulo 4, **OS ARAUTOS DA MODERNIDADE E A PECUARIZAÇÃO.**

No **CAPÍTULO 5: AS COMBINAÇÕES SUL-MATO-GROSSENSES**, estão evidenciadas as conexões entre as partes desta dinâmica, à luz da evolução das relações do ser humano com o meio, e destas, o reflexo na estruturação da produção. Por fim, seguem as considerações finais com a ênfase das construções teóricas formuladas sob o invólucro da Formação Sócio Espacial.

CAPITULO 1- POR UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA DO MATO GROSSO DO SUL.

“(...) Na genética encontra-se a elucidação dos processos da realidade geográfica, levados a efeito por fenômenos de convergência. A consideração dos elementos que entram na combinação e nas modificações de estrutura que daí resultam não é senão relativa.”

(CHOLLEY, 1964)

Tendo a expansão do modo de produção capitalista como pano de fundo, a configuração do espaço regional foi, gradativamente, respondendo aos influxos cada vez mais intensos da divisão territorial do trabalho, o que, no caso específico do Sul do Mato Grosso, orientava-se para as relações internacionais.

No íterim entre o *Primeiro Ciclo Longo de Kondratieff*, no auge da economia aurífera de Cuiabá (por volta de 1850) e o *Terceiro Ciclo Longo de Kondratieff*, na crise da economia ervateira no extremo Sul do Mato Grosso (por volta de 1915), temos a consolidação das fronteiras coloniais e a definitiva inserção da América do Sul no projeto de expansão capitalista dos países hegemônicos. (Figura 1)

O capítulo a seguir traz um histórico da ocupação não-índia do espaço Sul-mato-grossense, consideradas as múltiplas determinações com relação à motivação dos variados grupos que adentraram no território e constituíram, *pari passu* as relações de produção.

Cabe destacar três destas motivações, como sistematizou Bertholi (2006:27), a primeira conduzida pelas veias naturais dos rios Tietê, Paraná, Pardo, Taquari e Paraguai, a segunda como uma estratégia para garantia da posse da terra pelo interior brasileiro, portanto de viés estratégico-militar, da fundação das fortificações nas áreas de fronteira e por fim, daquela sob a determinação política de concessão de glebas para grupos influentes.

Todas estas, sem exceção, contribuíram para inserir o antigo Sul do Mato Grosso à dinâmica das relações pré-capitalistas e, depois, capitalistas de produção, permitindo aos lugares uma superação do *status* de paradouros e instituindo definitivamente uma relação com a divisão territorial do trabalho.

Cabe destacar a importância do viés estratégico dos núcleos de povoamento que, como lembrou Oliveira (*apud*

BERTHOLI, 2006), foram conduzidos pelo Estado para garantir a posse das terras frente às pressões da coroa espanhola e, por outro lado, a espontaneidade que marcou a chegada de grupos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, diante da disponibilidade das terras pelos campos gerais e permissividade da legislação agrária, até 1850.⁴

Nesse sentido, as margens dos rios serviram primeiramente como lugar de descanso para as *Monções*, destacadamente aqueles onde posteriormente fundaram-se as cidades de Camapuã e Coxim.

Outros, como Corumbá, Aquidauana e Aparecida do Taboado possibilitaram um desenvolvimento do comércio local graças à posição geográfica privilegiada, no caminho do mercado platino, no caminho do mercado com Campo Grande e no caminho com o mercado mineiro, respectivamente. Diferentemente de Amambaí e Bela Vista que assumiram um caráter de Entrepósito de Gado, assim como aqueles que estavam no território da Matte Larangeira serviram de Entrepósito de Erva, como Ponta Porã e Caarapó e por fim. (BERTHOLI, 2006 *Idem*)

Nesta dinâmica, destaque para Campo Grande, localizada entre as áreas de Vacaria e as principais rotas de comercialização, ligava os mercados dos grandes centros brasileiros ao platino e às áreas mais remotas do Norte (via porto de Corumbá), tornando-se por isso o centro mais dinâmico do estado, já no início do século XX.⁵

Todo este processo de ocupação, conduzido ora pelas veias dos rios que cortam o território e unem o Planalto ao Pantanal, ora pelos interesses do governo imperial em garantir a posse das terras diante da ofensiva espanhola, significaram a chegada de novas formações sociais e o definitivo estabelecimento das relações do Sul do Mato Grosso com os modos de produção dominantes e de caráter universal.

Destaque para a originalidade refletida pelas formações sociais, como peculiaridade do desenvolvimento econômico e social desta parte do Brasil, sobretudo as distinções entre o Pantanal e o Planalto, com relação aos processos que marcaram suas respectivas *Vias de Acumulação*.

⁴ Ver mais sobre o assunto em: MARTINS, Sergio R. O. *O fenômeno da urbanização em Mato Grosso do Sul*. UCDB. Campo Grande, 2000.

⁵ LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais*. (tese) UNESP/PP. Presidente Prudente, SP, 2000.

A exploração do ouro iniciada no século XVIII conduziu à gênese do processo de acumulação primitiva desde o Norte, a partir de Cuiabá, chegando posteriormente à Corumbá com o formação de estoque de *gado vaccum*, criado à solta pelas áreas do pantanal.⁶

Paralelamente, a fundação dos fortes garantiu um mercado, mesmo que incipiente, ao fluxo dos excedentes das áreas auríferas, já em meados do século XIX.

Daí a importância, como lembra Bertholi (2006:34), das condições naturais para o processo de ocupação.

Os rios que permitiram e permitem a comunicação do Pantanal com o Sul e com o Norte, a Região Platina e Cuiabá, respectivamente, trouxeram os exploradores do Ouro e da mão-de-obra indígena e estabeleceram a gênese da produção natural, e posteriormente, com a formação dos primeiros excedentes, da acumulação primitiva do comércio local.

Já a permissividade do terreno plano e da vegetação esparsa do cerrado motivou a vinda de grande leva mineiros, paulistas e gaúchos que se voltaram à criação do gado, e à exploração de erva-mate ao longo dos séculos XIX e XX. Esses por sua vez, contribuíram definitivamente para o estabelecimento de relações comerciais em escala regional e geraram as primeiras relações assalariadas pelos ervais, respectivamente.

A legislação fundiária permitiu, até 1850 (Lei de Terras), a livre ocupação das áreas do sertão brasileiro que não fossem estratégicas para as delimitações fronteiriças, bastando para isso vencer a resistência indígena.

Com a regulação sobre a posse em 1850 e a legislação subsequente, codificaram-se os interesses entre fazendeiros e comerciantes, graças ao estabelecimento das garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho.

Os comerciantes se tornaram um grupo favorecido pela economia aurífera, como destacou Sakamoto (*apud* BERTHOLI, 2006), estando à frente das relações e trocas, entre a gente das minas e d'outros lugares, concentrando-se nas adjacências de Cuiabá.⁷

⁶ A crise do ouro em Minas Gerais conduziu os exploradores às áreas mais à Oeste do país, destaque para Cuiabá.

⁷ Mais sobre o Capitalismo em Mato Grosso consultar: SAKAMOTO, 1989.

Em síntese, o capítulo primeiro situa a chegada definitiva do modo de produção capitalista no Sul do Mato Grosso, a partir da organização gradativa dos grupos que, de viajantes a moradores disseminaram informações acerca do propício ambiente natural passível de ser ocupado, dando bases, também definitivas, para a implantação da pecuária e para instituição da identidade Sul-mato-grossense.

Estas incursões moldaram a identidade Sul-mato-grossense e forjaram para dentro da formação sócio-espacial um peculiar desenvolvimento econômico orientado para intensa exploração do espaço, dadas as suas potencialidades físicas disponíveis.

Cabe destacar a escolha pela opção metodológica em correlacionar os influxos da divisão territorial do trabalho sob o viés dos *Ciclos Longos de Kondratieff* e dos reflexos das *Dualidades Básicas da Economia Brasileira* à organização temporal dos principais fatos que contribuíram para a tratada formação sócio-espacial.⁸

Gradativamente, com dito, os influxos da dinâmica capitalista ocuparam os espaços do Sul do Mato Grosso, permitindo um desenvolvimento peculiar graças à junção de atores e ações entre colonizadores e colonizados, brancos, pardos, negros e índios.

No caso específico da formação brasileira, destaque para, como lembrou Bertholi (2006:28), a transferência de um *modelo dual* que combinava capitalismo e feudalismo no cerne da formação social.⁹

Com relação ao Mato Grosso do Sul o que se viu foi um atrelamento direto à Divisão Internacional do Trabalho, na gênese

⁸ O período mercantilista e manufatureiro do capitalismo apresentou fases de expansão e depressão comercial, numa evidência empírica sistematizada em 1926 por N. Kondratieff. Demonstrando as fases de euforia e expansão seguidas de fases de queda de investimentos e pessimismo, constatada já a partir da Primeira Revolução Industrial da Inglaterra, com a introdução da máquina a vapor e posteriormente a saturação desta inovação no edifício industrial recém-instalado, fazendo com que se criasse nova estratégia de expansão, visando à penetração no mercado internacional, correspondendo a uma opção de acumulação extensiva, horizontal e geográfica. Possibilitando assim que os mercados no interior do Brasil então voltados ao abastecimento interno, passassem a estar efetivamente inseridos na Divisão Internacional do trabalho então inaugurada. (MAMIGONIAN, 2000. p. 27)

⁹ Mais sobre as *dualidades brasileiras*, consultar: RANGEL, I. M.A *história da Dualidade Brasileira* Revista de Economia Política, (4) 1. Brasiliense. São Paulo, 1981.

de sua formação social, dada a *rede* estabelecida com o mercado do *Prata*, via Rio Paraguai, na ocasião uma importante via de escoamento do ouro brasileiro em direção à Europa.

Paradoxalmente, esta mesma via foi a portadora principal das novidades do *velho mundo*, influenciando sobremaneira a formação sócio-espacial em questão.

Podemos ilustrar estas combinações a partir do esquemasíntese a seguir (Figura 1), elaborado para retratar os períodos de expansão e retração das relações comerciais em escala internacional.

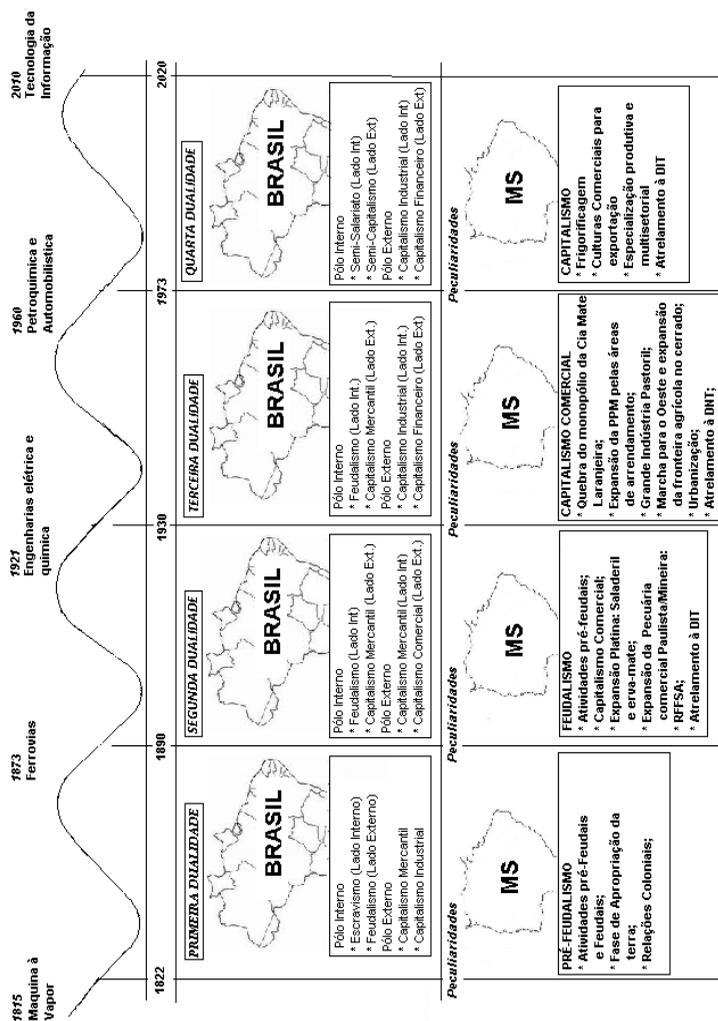
Nesta perspectiva, organizamos também uma síntese das variadas formas de adaptação da formação brasileira e da formação *peculiar* Sul-mato-grossense que acomodaram, a cada tempo, os mais variados interesses, instituindo *pari passu* uma dinâmica particular ao processo de desenvolvimento econômico em escala Regional.

Os recortes temporais encontram no desenvolvimento da tese os seus correspondentes espaciais, tratados como um conjunto de evidências das chamadas *Peculiaridades*.

Destaque, nesse capítulo para o período em que se deu o auge da mineração cuiabana na fase anterior ao *Primeiro Ciclo Longo* àquela que culminou na crise da economia ervateira no extremo Sul de Mato Grosso, já na eminência da fase expansiva do *Terceiro Kondratieff*, por volta de 1916.

Assim, compreende-se que a apropriação ibérica das áreas centrais Sul-americanas e conseqüentemente, a sua definitiva inserção na dinâmica da divisão territorial do trabalho impôs o estabelecimento definitivo das bases do modo de produção capitalista na formação social e econômica do antigo Mato Grosso.

Figura 1 – Influxos e Reflexos da dinâmica capitalista – *Ciclos Longos, Dualidades Brasileiras e Peculiaridades Sul-mato-grossenses* – Panorama Geral.



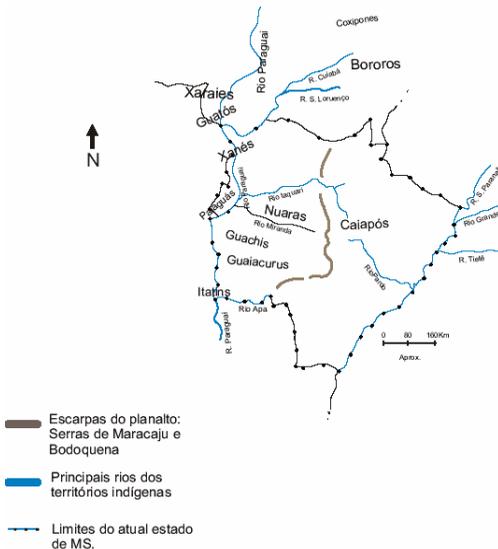
(Fonte: BERTHOLI, 2006 adaptado pelo autor)

1.1. COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Inúmeros e variados foram e são os grupos indígenas encontrados no Oeste brasileiro, em especial o Sul do Mato Grosso, traço marcante da sua formação social.¹⁰

Muito antes da chegada do colonizador, o Sul do Mato Grosso estava povoado por várias tribos indígenas, prevalecendo entre as mais numerosas as pertencentes ao grupo lingüístico Guarani. Estando geograficamente dispersos por todo o Sul do antigo estado de Mato Grosso (Figura 2).

Figura 2 – Espacialização dos territórios indígenas no Sul do Mato Grosso antes da chegada dos colonizadores.



(Fonte: BERTHOLI, 2006)

¹⁰ População indígena de MS cresce 3,1% em 10 anos e atinge 73.295. Números divulgados pelo IBGE apontaram que a população indígena de Mato Grosso do Sul cresceu 3,1% em 10 anos e há no Estado 73.295 pessoas que se declararam índia ao último Censo, realizado em 2010. De acordo com os dados, enquanto no Brasil a população índia cresceu 1,1%, em Mato Grosso do Sul o crescimento foi maior, principalmente na área rural que foi de 3,4% enquanto que a urbana foi de 2,2%. Notícia Relacionada: www.campograndenews.com.br (18/04/2012 18:49)

Como se vê, estes índios compunham um numeroso grupo de indivíduos, exímios conhecedores da natureza mato-grossense, o que posteriormente serviria primeiro como obstáculo, depois como impulso ao avanço dos colonizadores e povoadores.

Tendo na economia natural sua forma de produzir, caracterizando-se por uma incipiente divisão social do trabalho e ausência total da propriedade privada da terra, tiveram na imprecisão dos seus limites territoriais umas das principais causas das freqüentes lutas tribais.

Como primeiros a se “adaptar” ao *modus vivendi* do colonizador, os índios Guaicurus, exímios cavaleiros, passaram a domar o gado bravo, solto pelas pastagens naturais do Paraguai e Sul de Mato Grosso, tornando-se os primeiros fazendeiros daquelas áreas, nos séculos XVI e XVII, após o contato com os espanhóis.¹¹

Como lembrou Bertholi (2006:34–45) a abertura natural do *Bioma* Pantanal se faz pelo Paraguai, parte oposta à área de inundação, sendo por isso mais fácil por ali penetrar, facilitando por ora o acesso dos espanhóis, tanto mais que pelo século XVI, quando na chegada dos exploradores, estava em vigor o tratado de Tordesilhas, pelo qual caberia o Pantanal aos domínios da Espanha.¹²

A facilidade natural que a entrada pelo Paraguai possibilitava aos espanhóis de ocuparem os espaços pantaneiros não foi efetivamente utilizada, uma vez que por este tempo, século XVI, a coroa espanhola estava concentrada na exploração das minas de ouro e prata, nos atuais, México, Bolívia e Peru.

A historiografia relata a passagem de figuras marcantes no Pantanal durante o período colonial, dentre outros: Aleixo

¹¹ Revista Arca (Digital) – Arquivo Histórico de Campo Grande, 2012.

¹² Como retrata Valverde (1986:83), em 1543, Alvaro Nunez Cabeza de Vaca e, em 1580, Melgarejo, foram exemplos de espanhóis que fundaram núcleos de povoamento nas áreas próximas aos limites entre Portugal e Espanha. Fundaram, respectivamente o Porto de Los Reyes (ao norte de Corumbá) para garantir o controle da rota entre o Paraguai e o Peru e o núcleo de povoamento às margens do rio Miranda chamado Santiago de Xerez, esse último com curta existência por causa dos constantes ataques dos índios, sobretudo os Guatós, forçando seus habitantes a adentrarem pelo território até a região de Amambai, quando em 1625 foram definitivamente destruídos pelos paulistas. (*apud* BERTHOLI,2006)

Garcia (1543), Raposo Tavares (1648) e Luis Pedroso de Barros (1660), todos marcados pela resistência indígena¹³.

Outra porta de entrada para o Pantanal e dele para o Norte, era o caminho fluvial São Paulo-Cuiabá (sentido N-S: Rios, Cuiabá/São Lourenço, Paraguai, Taquari e afluentes, Pardo, Paraná e Tietê), porém se tratava de uma ligação lenta e penosa por consequência da distância e da quantidade de cachoeiras ao longo do trajeto, o que dificultava, e muito, a navegação por aquelas águas.

Essa rota ficou historicamente conhecida como *Monções* que, no caso do Sul do Mato Grosso, marcou a gênese da sua colonização graças à fundação do *varadouro de Camapuã*, ponto de transposição entre as micro-bacias do Taquari (ao Norte) e do Pardo (ao Sul).¹⁴

A principal motivação pela escolha deste caminho foi sustentada pelos aprisionadores de índios, bandeirantes como Antonio Raposo Tavares, Antonio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral que, nas primeiras décadas do século XVIII suplantaram tais obstáculos na busca por escravos, quando numa destas ocasiões descobriu-se o ouro em Cuiabá (fundada em 1719).

Cabe salientar que, o *Varadouro de Camapuã*, além de constituir-se numa das primeiras localidades a ser efetivamente colonizada no Mato Grosso, também serviu como ponto para descanso e reabastecimento de açúcar, fumo de rolo, aguardente, carnes, etc.

Esse núcleo pioneiro é, na junção com elementos indígenas, um dos embriões da formação econômica e social do que posteriormente se estabelecerá com Mato Grosso do Sul.¹⁵

Um traço marcante do início desta comunicação foram os sangrentos combates entre *monçoeiros* e indígenas, sobretudo os *Caiapós* e *Paiaguás*, exímios conhecedores dos rios, constituindo um grande entrave às investidas dos exploradores a partir dos inúmeros massacres às comitivas.¹⁶

¹³ SOUZA, Lécio G. de. História de Corumbá. UFMS/CEUC. Corumbá, 1985. (*apud* BERTHOLI, 2006)

¹⁴ Mais sobre as rotas *monçoeiras*, consultar, entre outros, Visconde de Taunay (1891), Sérgio Buarque de Holanda (1976), E. M. Siqueira (1990) e M. F. Costa (1999).

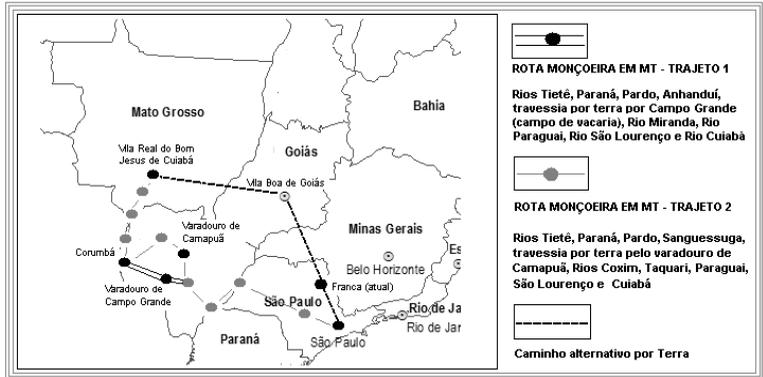
¹⁵ Mais sobre o assunto ver: MAMIGONIAN, 1986.

¹⁶ Mais sobre o assunto, ver: J. M. SILVA *apud* CAMPESTRINI, 2003.

Estas condições fizeram com que o recém criado arraial de Cuiabá não se expandisse na direção Sul, voltando-se em povoados para a Chapada e à montante do Rio Cuiabá, proporcionando em 1736, a abertura de um caminho terrestre alternativo (Figura 3) para São Paulo.¹⁷

Permitindo por isso a adaptação de alguns grupos indígenas em contato com os *missioneiros* espanhóis, no que tange às novas formas de organização econômica e social.

Figura 3 – Das Monções à Gênese da Formação Sócio-Espacial pelo Sul do Mato Grosso.



(Fonte: Do Autor)

Nota-se que as relações de produção estabelecidas por este tempo passaram de escravistas à pré-feudais, porém, com a introdução do *índio-fazendeiro* gradativamente as relações feudais passaram a ocupar espaço na organização social das áreas de fronteira.

Esta aproximação entre a Coroa Portuguesa e os índios da Região do Pantanal teve como marco o Tratado de Paz “assinado” em 1791, cujos interesses em garantir as posses coloniais em áreas de litígio casaram com os conflitos entre espanhóis e Guaicurus/Paiaguás, inaugurando um sistema de *vassalagem* no extremo Oeste do país, como pistas da chegada da

¹⁷ Nessa ocasião o caminho aberto em direção a São Paulo, além de mais distante era também mais difícil por causa da necessidade de superação dos acidentes de relevo, com destaque à transposição da Chapada dos Guimarães.

formação feudal em contato com nossa economia natural como destaca Weber (2008:09),

O que deu resultado prático e, esse aspecto é relevante, foi a proteção como guardiães, muralhas, barreiras que os Eyiguayegui deram ao Sul da Capitania de Mato Grosso, na região do Pantanal. Ficou mais difícil ainda para os espanhóis entrarem na Capitania. A partir da aliança, o governo colonial, e depois imperial, ficou protegido na área de fronteira, direta ou indiretamente, por esses índios. Muito mais que a aliança, para o grupo também o que estava em jogo era a própria sobrevivência na região, embora quase todos os relatos sejam unânimes em afirmar que o grupo sempre foi mais inimigo dos espanhóis do que dos portugueses. Certamente, isso tem uma explicação histórica, pois eles já vinham sendo perseguidos e enfrentando as expedições punitivas espanholas desde o século XVI.

Nota-se que, no contato entre o elemento nativo e os costumes ibéricos, mais especificamente o conflito entre a tradição de *pilhagem* entre os indígenas e a do *latifúndio* entre os espanhóis, ocorre uma das primeiras dualidades no interior do Mato Grosso, tendo que, nesse caso, o pólo externo, comandado pela Coroa Portuguesa em territórios brasileiros, cunhou o apoio dos grupos locais para garantir as posses das terras em áreas de fronteira, como destacou Weber (2009:10),

Outro fator que colaborou para aumentar a inimidade do grupo com os espanhóis foi porque eles possuíam inúmeras fazendas de gado na fronteira com a Capitania do Mato Grosso e essas fazendas eram alvo dos constantes ataques dos índios cavaleiros. A pilhagem era uma característica sócio-cultural-histórica do grupo; era uma forma de sobreviver na região. Enquanto fosse possível, os índios encontrariam uma forma de se manterem na região. Por isso, as fazendas de gado na Província paraguaia foram sempre atacadas pelo grupo após a aliança. Além de

exímios criadores de cavalos, esses índios tornaram-se excelentes pastores.¹⁸

Já em 1772, com a chegada de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres na capitania, já em vigor o Tratado de Madri (1750) é que se muda as estratégias de apropriação da Coroa Portuguesa, optando-se pela criação de redutos militares permanentes ao longo do Rio Paraguai, devidamente equipados e guarnecidos, além de permitir a condensação humana pelo vazio do Pantanal.

Essas novas estratégias incorrem na fundação de Coimbra em 1775, Albuquerque (atual Corumbá) e Vila Bela (no caminho para Cuiabá) em 1778. Mais tarde, por concretizar o domínio branco sobre o solo pantaneiro, funda-se, mais para o Sul, Miranda, conforme determinação do Capitão General Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

No sentido Norte-Sul foi se delineando a configuração fundiária, a partir do estabelecimento de famílias portuguesas após a concessão de sesmarias, constituindo a gênese da prática agropastoril no Sul de Mato Grosso, pela formação de latifúndios e a tradição de *sesmeiros* como André Alves da Cunha, José Gomes da Silva, Leonardo Soares de Souza e João Pereira Leite, confirmado pelo relato,

Gradativamente o tecido espacial passou a sustentar práticas agrícolas das mais variadas, refletindo sobremaneira na organização social, portanto na formação sócio-espacial peculiar,

Cana-de-açúcar, mandioca, feijão, cereais e café foram produzidos em grandes escalas e deram pistas da potencialidade para formação de excedentes e para acumulação necessária à transição entre os modos de produção.

Valverde (1986:87) lembra que, além da formação de grandes latifúndios e da diversificação agrícola outro elemento que passou a sustentar as economias locais foi o gado bovino, chegando pelos idos do século XVIII a cerca de 60 mil cabeças nos pastos adjacentes à conhecida Fazenda Jacobina.

Também significativo foi o desenvolvimento da manufatura, graças ao contato com a Inglaterra via mercado do Mate pelo Rio Paraguai à Europa, algumas técnicas e tecnologias foram

¹⁸ Weber, Astor. OS EYVIGUAYEGUI-MBAYÁ-GUAICURU: o Tratado de Paz de 1791. Revista História em Reflexão: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008.

introduzidas na produção pantaneira, com relatos de importante produção de rapadura, açúcar bruto, aguardente, tecidos e panos.

O que, conseqüentemente, forjou uma especialização da força de trabalho no interior das fazendas, com o desenvolvimento de práticas das mais variadas, como a de seleiros, forjadores, alfaiates e carpinteiros.

O modelo de sucesso conhecido pela Fazenda Jacobina possibilitou a expansão dos latifúndios para o Sul, dadas as conjunturas favoráveis de incentivos do governo imperial, das relações amistosas conquistadas junto aos nativos indígenas e ao sistema de heranças que serviu como lastro para estas práticas desenvolvidas na gênese da tratada formação social.¹⁹

Paralelamente outros grupos, sabedores desta realidade, buscaram o pantanal com o intuito de se estabelecerem pela via do latifúndio, a partir do princípio da *uti possidetis*. Comerciantes como o conhecido Major Metelo, um dos ícones da colonização do Pantanal é um bom exemplo.²⁰

A estratégia para garantia da posse, sobretudo em áreas de fronteira garantiu durante muito tempo a formação destes latifúndios, possibilitando posteriormente o nascimento de grupos de interesse, cujo poder local-regional se sustentara com a manutenção deste modelo.

Estava anulada a resistência indígena e iniciado um novo ciclo de povoamento via Entrada *Pantanal*.

1.2. GÊNESE DA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL NO MATO GROSSO.

Três grandes *portas* serviram como principais acessos aos espaços que hoje conhecemos por Mato Grosso do Sul, conforme sintetizou Bertholi (2006:31), como *Entradas*, a saber, o *Pantanal*, o *Planalto* e o *Sul*.

¹⁹ Os primeiros sinais da consolidação da nova estrutura fundiária se mostram com as apropriações de pioneiros como: Joaquim José Gomes da Silva (terras entre os rios Taquari, Paraguai e Negro - Fazenda Firme, com 176.853 h.a.), José Alves Ribeiro: Fazendas no Vale do Taboco, atual Aquidauana, com cerca de 244.000 h.a., além de outras possessões gigantescas entre Miranda e Aquidauana, a cargo de Estevão Alves Correia. Mais sobre o tema, ver: V. CORRÊA FILHO, 1946.

²⁰ LENHARO, A. Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. NIDHIR/UFMT. Ensaios nº1, 1982.

Podemos caracterizar esse processo de apropriação não-índia como tendo sido constituído por três grandes variantes, como definiu Bertholi (2006:31), sendo a primeira (Pantanal), pioneira-fluvial ligada às estratégias militares do governo colonial, sobretudo motivada pela resistência indígena à passagem do "branco" em direção à metrópole corroborada pela própria crise do ouro que, posteriormente, inverteria as atenções para o centro portuário de Corumbá, efetivamente mais dinâmico por aquele tempo (século XVIII) e fundamentalmente condicionado pelas *veias* naturais – rios – que acessavam os lugares mais interiores.

Já a Segunda (Planalto), influenciada pelo incremento do mercado nacional de carne, motivando a expansão das atividades criatórias de Minas Gerais e São Paulo, em direção ao Planalto e Campos de Vacaria, também associada às crises políticas mineiras (século XIX), pelos projetos de colonização e exploração das companhias estrangeiras (século XIX e XX)²¹ e pelo incremento à imigração europeia motivado pela implantação da ferrovia Bauru-Corumbá e posterior afloramento da urbanização.

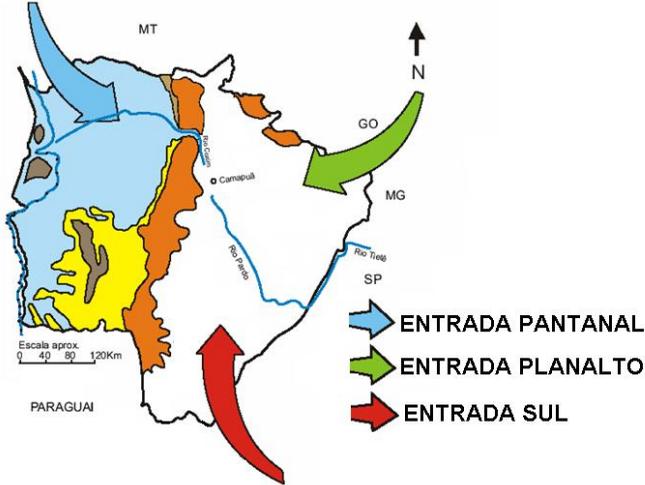
Por fim, a terceira (Sul), transcorrida no extremo Sul, tendo como marco a exploração dos ervais, primeiro pelos grupos estrangeiros, depois pelas oligarquias locais ditando o ritmo da configuração fundiária e a expansão da formação gaúcha inaugurando a chegada da pequena propriedade pelo Oeste brasileiro e instaurando uma nova dinâmica ao processo de ocupação naquele lugar.

Como referenciado por Bertholi (2006), estas foram historicamente utilizadas, sob diferentes pretensões, mas que, sobretudo nos permite compreender a inserção deste lugar à dinâmica das relações nacionais, gradativamente estabelecidas e, a partir destas, à inserção às demais dinâmicas que compõem a estrutura do todo, ao nível de escalas mais ampliadas. Nota-se a opção pelo uso de expressões usuais da Geografia na apresentação das "entradas" - Pantanal (Bioma), Planalto

²¹ A Partir de 1907 inicia-se um processo de ocupação das terras Sul-mato-grossenses graças aos incentivos federais e a participação das empresas privadas de transporte e colonização, visando a criação de núcleos de povoamento. (LE BOULERGAT, 2000 op cit)

(Compartimentação de Relevo) e Sul (Ponto Cardeal).²² (Figura 4)

Figura 4 – Entradas para o Mato Grosso do Sul.



(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

Importante destacar que as intituladas *Entradas* constituíram um processo concomitante de ocupação não-índia no Sul de Mato Grosso. Por vezes, estas combinaram elementos da formação sócio-espacial, contribuindo para o conjunto das transformações e diferenciações espaço-temporais do que posteriormente viria a ser conhecido como Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, os acontecimentos externos que chegavam ao território em questão, ligados à divisão do trabalho, traziam consigo o diferente, atrelado aos mais variados interesses políticos e econômicos do íterim entre os séculos XVIII e XX. Tiveram, por isso mesmo, reações também diferenciadas da formação sócio-espacial, uma vez que a acomodação de tais

²² Monteiro (2004), lembrou a potencialidade das inter-relações homem-meio, na composição de cada lugar numa perspectiva *holística* para o entendimento das questões ligadas à dinâmica espacial, em todas as suas possíveis-apreensíveis nuances. Palestra ministrada em junho de 2004 aos alunos do Programa de Pós-graduação em Geografia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

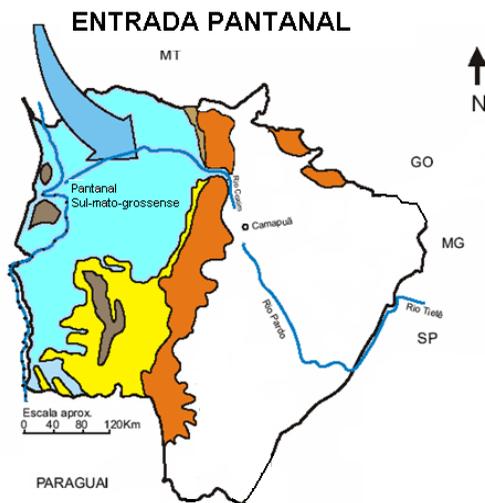
interesses encontrava seu contraponto nas particularidades físicas e humanas de cada macro-formação.

Doravante, ora o elemento físico demandava uma forma de organização, como é o caso do ouro mais ao Norte, ora o elemento humano conduzia a transformação espacial na chegada do novo, como é o caso dos *índios-fazendeiros* mais para o Sudoeste do Pantanal.

Cabe destacar, como dito, que a instalação das fortificações possibilitou a expansão de práticas produtivas de caráter efetivamente feudal e marcou, definitivamente, a estruturação das primeiras “fazendas” mato-grossenses, a partir do Norte.²³

Esse movimento marcou a gênese da ocupação pela chamada *Entrada Pantanal*. (Figura 5)

Figura 5 – Entrada Pantanal.



(Fonte: BERTHOLI, 2006 adaptado pelo autor)

²³ A maneira como o modo de produção acomodou as relações sociais para “dentro da porteira” foi semelhante em Minas Gerais e Mato Grosso, ou seja, uma policultura extremamente variada e de auto-suficiência, caracterizando uma forma específica de latifúndio que o Feudalismo se assentou no Oeste brasileiro. (MAMIGONIAN, 2000. P. 33-4)

Em Corumbá, mesmo após décadas de sua fundação, ainda prevalecia o aspecto de uma grande Fazenda Pública, cuja atividade principal já era a pecuária, cumprindo seu papel de guarda de fronteira.

Em 1853 ocorre a transferência do Comando Geral de Fronteiras e da Unidade do Exército, além da abertura do tráfego fluvial com o Paraguai, pelo Tratado de Comércio e Navegação (1856). Conseqüentemente frutificam as relações comerciais no âmbito regional, contribuindo para o progresso da recém instituída vila (1862), atraindo forasteiros, comerciantes, armadores e agentes das companhias de navegação, impregnando dinamismo à economia pantaneira.

Essa fase foi marcada pela estagnação do fluxo de migrantes articulado pelo sistema comercial da província (ano de 1856) via navegação do rio Paraguai até Corumbá, entre a região platina e Cuiabá, na iminência da Guerra do Paraguai.

Com a chegada da Guerra várias posses são deixadas pelos refugiados que partem em direção ao Norte (Cuiabá), principalmente.

Assim, o Pantanal volta a ser um grande vazio, porém agora ambiente *sui generis* para a reprodução de importante contingente de *gado vaccum*, enquanto que a comunicação com o Sul passara a imprimir o ritmo das estratégias no conflito platino.

Cabe lembrar que, grande parte da reserva de gado, reproduzido a solta no Pantanal, serviu de alimento para os combatentes da Guerra com o Paraguai.

Ainda assim, o que restou se espalhou pelos pantanais, formando um rebanho que, posteriormente contribuiria com a efetivação da pecuária como atividade central, em âmbito regional, superando o seu caráter secundário durante o ciclo do ouro em Cuiabá.

As determinações da Guerra com o Paraguai chamaram à abertura do Porto de Corumbá (1869) e aos incentivos fiscais.

Tais medidas promovem a entrada de embarcações dos mais variados lugares e reanimam o comércio, estimulando um novo “surto” de imigração via Rio Paraguai, uma vez que o Mato Grosso oferecia muita riqueza natural, além da possibilidade de exploração fundiária de extensas terras.

Posteriormente, como lembra Bertholi (2006:42), o desenvolvimento das atividades da Companhia Matte Larangeira e a construção da RFFSA, já no século XX, contribuiriam ainda

mais para este fluxo de imigração em direção ao Sul do Mato Grosso.

Como traço da formação social percebia-se a constituição do pólo interno do modo de produção ao longo do período colonial em Mato Grosso (1750 – 1870), graças à distribuição das terras da coroa e a organização produtiva das fazendas com incipiente comércio local.

Continua Bertholi (2006:44), afirmando que tal contexto esteve pouco alterado até algumas décadas após a independência, evidência da peculiaridade da formação econômica e social reconhecidamente pantaneira.²⁴

Outra porta de entrada para o território Sul-mato-grossense adveio da porção Leste-Nordeste, atual divisa com os estados de Goiás e Minas Gerais, ao que Bertholi (2006:47), chamou *Entrada Planalto*.

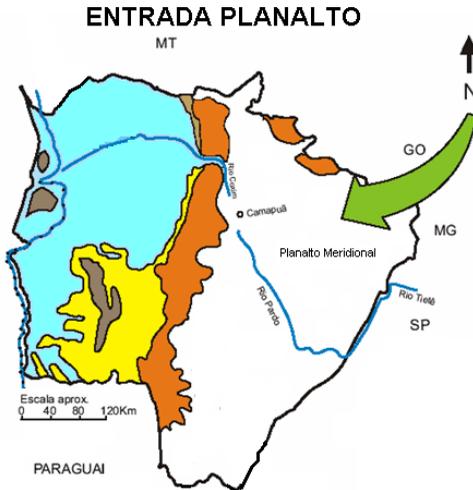
Comunicação estabelecida desde os tempos da mineração, cujo apresamento de mão-de-obra indígena já era percebido nos territórios dos *caiapós* sobre áreas que abrigariam posteriormente os *campos de vacaria*.

Já pelos idos do século XIX, temos o ápice do povoamento a partir do Planalto – da *Entrada Planalto* - com as primeiras penetrações do gado graças ao movimento conhecido como a *marcha dos geralistas* (àqueles dos Campos Gerais) *para Oeste*.

O surgimento dos *Campos de Vacaria* denota a vocação desses novos núcleos povoadores, concorrendo para a ocupação definitiva do Sul de Mato Grosso. (Figura 6)

²⁴ Na perspectiva *Rangeliana* estávamos diante de uma “carapaça externa” ao que a dualidade européia impregnava às suas colônias do século XVI, ou seja, no caso específico do Brasil, a consequência deste contato com nossa formação social ocasionou a estruturação de um regime enquadrado juridicamente ao modo de produção Feudal (estruturação fundiária e da produção – Capitânicas Hereditárias e monopólio da terra no caso específico da pecuária no sertão brasileiro, respectivamente - sob a tutela da Coroa Portuguesa). Mesmo que, por aquele tempo, o que efetivamente se processava na Europa era uma transição com a ascensão ao capitalismo mercantil. Nessas condições é que se levantou o edifício social brasileiro, culminando com a ascensão da classe dos vassallos-senhores de escravos, com seu lado interno voltado à escravidão e o seu lado externo voltado ao feudalismo europeu, constituindo a primeira dualidade brasileira que se manteria até os acontecimentos que marcaram a Proclamação/Abolição, em 1888-9. (RANGEL apud MAMIGONIAN, 1981:139-153)

Figura 6 – Entrada *Planalto*.



(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

Os tais *Campos de Vacaria*, localizados entre Campo Grande e as divisas com São Paulo e Paraná foi assim batizado pelos sertanistas como roteiro das boiadas ali dispersas e arregimentadas em direção às áreas de engorda do Sudeste. Ocasão em que os paulistas desalojaram os moradores de Santiago de Xerez, redução jesuítica às margens do Rio Miranda e das cinco aldeias circunvizinhas.²⁵

Como marco desta ocupação via Planalto temos, em 1739, a chegada do célebre *monçoeiro* paulista Antonio Pires de Campo, vulgo “Pai-Pirá” que se fixou a Nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, Região antes conhecida como Sant’Anna do Parnaíba e, atualmente, sítio da cidade de Paranaíba, divisa como o estado de Minas Gerais.

²⁵ Algo próximo daquele ocorrido no Sul do Brasil quando foram sendo eliminadas as missões jesuíticas pelos bandeirantes no século XVII. (VIEIRA *apud* ESPÍNDOLA, 2002:19)

Essa região, lembra Bertholi (2006:56), somente a partir de 1830 na fase recessiva do Primeiro Ciclo Longo, passou a ser efetivamente povoada por diversas famílias oriundas de Minas Gerais, que fugidas das lutas violentas, paralelamente à crise do ouro naquele estado, abandonaram suas propriedades e, juntamente com seus conterrâneos atravessaram o Rio Paranaíba, trazendo consigo um grande rebanho de gado e dezenas de escravos.²⁶

Constituindo na entrada pioneira de mão-de-obra especializada na criação de gado, já que grande parte dos grupos que por ali passara em direção aos campos de vacaria, oriundos de Minas Gerais e Goiás, eram tradicionais pecuaristas. Seguiu-se a chegada de “forasteiros” de São Paulo e também de Minas Gerais, contribuindo, cada qual ao seu modo, para a formação da identidade Sul-mato-grossense.

Tanto que, já nos fins do século XIX, Sant’Anna do Parnaíba era considerada o núcleo mais populoso e dinâmico do Sul de Mato Grosso, o que era explicado por sua localização estratégica junto aos limites dos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, tornando-se por isso ponto de passagem para inúmeras boiadas e homens que transitavam entre aqueles estados.

Na perspectiva da formação brasileira à luz dos acontecimentos forjados pelas *dualidades básicas* da nossa economia, temos que o aumento do fluxo de migrantes mineiros em direção ao Mato Grosso pode ser entendido a partir da associação com a instabilidade política nas minas gerais, incorrendo inúmeros confrontos que antecederam a Independência do Brasil.

Doravante, a conjuntura econômica pós-crise do ouro na região e a consequente expansão de práticas agropastoris de cunho comercial (Lado Interno do Pólo Externo em vias de ocupar o Pólo Interno – vide Leis da Dualidade Brasileira) surge como resposta à demanda crescente dos grandes centros

²⁶ O aumento do fluxo de migrantes mineiros em direção ao Mato Grosso pode ser entendido a partir da associação com a instabilidade política nas minas gerais, incorrendo inúmeros confrontos que antecederam a Independência do Brasil, além da conjuntura econômica pós-crise do ouro na região e a consequente expansão de práticas agropastoris de cunho comercial (Lado Interno do Pólo Externo em vias de ocupar o Pólo Interno – vide Leis da Dualidade Brasileira), em resposta à demanda crescente dos grandes centros brasileiros que viviam um período de euforia com a chegada do capitalismo industrial, via Lado Externo do Pólo externo. (RANGEL *op.cit.*)

brasileiros que viviam um período de euforia com a chegada do capitalismo industrial, via Lado Externo do Pólo externo. (RANGEL *apud* BERTHOLI, 2006:48)

Essa *Entrada Planalto* também serviu de passagem para os militares durante a Guerra com o Paraguai.²⁷

Intensificando a comunicação entre os povoados já consolidados no Sudeste brasileiro, despertando outros grupos para a existência de terras a serem apropriadas, algo como uma "planura sem fim", nas palavras do Visconde de Taunay, pelos chamados *Campos de Vacaria*, incluindo aí a localidade do *Campo Grande*.²⁸

Como lembra Lucídio, (1993 *apud* BERTHOLI, 2006:49), A fundação do povoado de Paranaíba se caracterizou como o marco de inserção do Mato Grosso no mercado exportador de gado em pé.

O fluxo de capitais da mineração conduziu a formação da estrutura produtiva baseada na pecuária, enquanto que na segunda metade de 1830 se concluiu a reordenação das forças produtivas, contribuindo para o caráter da indústria pastoril do estado.

Tudo leva a crer, portanto, que a pecuária bovina foi para as terras do hoje Mato Grosso do Sul a primeira atividade produtiva e de integração ao mercado nacional. Era, todavia, uma economia muito pobre em seu conjunto: o preço que o gado alcançava era baixo e por se tratar de pecuária extensiva sobre pastagens naturais, o gado circulava e com ele o produtor. Não permitia assim uma fixação humana de ordem mais *massiva*. Prova disso é que as únicas localidades relativamente importantes que surgem em decorrência direta da atividade pecuária no século XIX são Paranaíba e, bem mais tarde, já ao final do século, Campo Grande.

²⁷ Os *Voluntários da Pátria* foram recrutados, em grande parte, nos sertões de Minas Gerais e São Paulo.

²⁸ Numa destas ocasiões o desbravador mineiro José Antônio Pereira se deslocou para a região juntamente com sua família, nos idos de 1872. Dando bases para a fundação do Arraial do Santo Antônio do Campo Grande que posteriormente se transformaria na cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.

Segue o autor, destacando a importância da tradição mineira na definitiva introdução da *criação* pelos *Campos Gerais*,

(...) mineiros da região de Uberaba foram os responsáveis pela formação do arraial (de Campo Grande). Essa origem explica-se por dois fatores: primeiro, o Triângulo Mineiro tem papel importante como pólo de atividade pecuária e, por isso, muitos de seus habitantes internam-se sertão adentro, em busca de oportunidades de negócios. Depois, porque num movimento de expansão, mineiros deslocam-se para o lado matogrossense, formando Paranaíba. Tinham, portanto, familiaridade em semear povoados, tinham conhecimento dessa área, tinham interesse em fixar bases próximo de onde estavam fornecedores de gado em pé e à meia distância de seus consumidores. (*op cit*)

Cabe lembrar que a gênese da expansão no extremo Sul do antigo estado de Mato Grosso teve início com a passagem dos colonizadores espanhóis, buscando alcançar as minas de ouro no Peru, navegando rumo a cabeceira do Rio Paraguai, desde meados do século XVI.

As incertezas com relação à delimitação dos espaços coloniais serviram como incentivo à posseção daquelas terras, tanto pelos índios como pelos paraguaios, todos remanescentes das missões jesuíticas²⁹.

Gradativamente a economia natural ocupa os espaços antes dominados pelos grupos indígenas nômades.

O gado bravo, criado deixado pelos espanhóis e reproduzido à solta pelas pastagens naturais serve de matriz à doma e à criação, tendo os índios Guaicurus, que passaram a dominar as técnicas de montaria após os contatos com os espanhóis, os primeiros grupos de fazendeiros do Sul de Mato Grosso, já nos idos do século XVII.

Outro elemento decisivo para a formação social do extremo Sul mato-grossense, como lembra Bertholi (2006:59), foi a erva-mate (*Illexis Paraguaienses*), que, juntamente com a agricultura de subsistência e a pecuária, passa a dividir os espaços

²⁹ Sobre o assunto consultar: WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul. Edições Est. Porto Alegre, 1995.

recém ocupados, iniciando o processo de estruturação das novas práticas produtivas fundado no modelo de latifúndio.

A criação da Cia Matte Larangeira, permite compreender a importância desse processo de inauguração do latifúndio como opção política e econômica do sul de MT, concomitante com o avanço comercial que se fazia sentir no Pantanal, correspondendo às estratégias de dominação territorial da coroa portuguesa, ao mesmo tempo em que segurava o avanço da pequena propriedade³⁰, uma vez que,

(...) desde o início a exploração dos ervais assume um caráter monopolista, até 1916, quando a Mate Laranjeira exercia seu domínio sobre uma área aproximadamente de 4 milhões de hectares. E foi monopolista na medida em que os moradores que viviam daquela atividade foram proibidos de exercê-la. (BIANCHINI, 2000:239)

O extremo Sul do atual estado de Mato Grosso do Sul assistia a uma penosa estruturação fundiária, cujos interesses do latifúndio, sob o domínio principalmente de capitais estrangeiros (argentinos, uruguaios, paraguaios, franceses e ingleses) estavam representados pela economia de monopólio da Cia Matte-Larangeira.

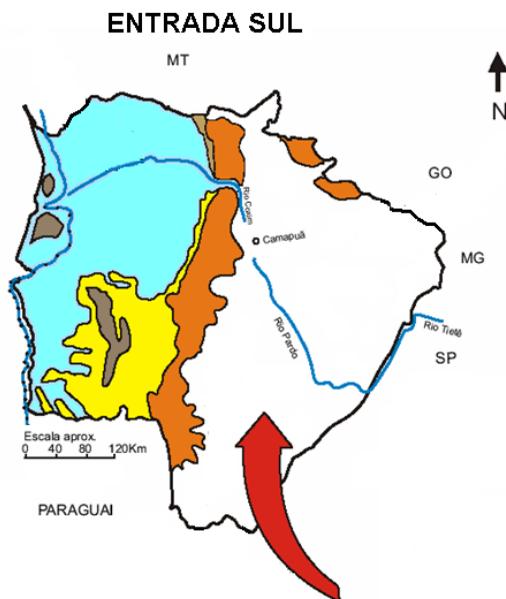
Nos ervais, as vilas e cidades surgidas com a exploração da erva-mate têm sua expansão territorial cerceada pelos contratos de arrendamento, enquanto que as cidades do planalto, que já contavam com o traçado da ferrovia da NOB, prosperavam desenfreadamente, graças à intensificação da comunicação com São Paulo e demais mercados.

Com a chegada dos gaúchos (*Entrada Sul* – Figura 7), após a Revolução Federalista, ocorre a ocupação das áreas nos chamados Campos de Vacaria - Rio Brilhante, Dourados, Maracaju, Bela Vista e Ponta-Porã. Estes são jogados *modus*

³⁰ Esse período correspondia ao fim da fase depressiva do Segundo Ciclo Longo, refletindo também no fim da Primeira Dualidade Brasileira, o que na prática significava a expansão do capitalismo comercial pelo interior brasileiro. Mas como brilhantemente assinala RANGEL, essas transformações não ocorrem todas ao mesmo tempo e em todos os lugares, ou seja, cada formação social corresponde a uma determinada reação. Isso ficou demonstrado com o estabelecimento do conflito entre o capitalismo comercial que se expandia via extremo Sul de Mato Grosso e o Monopólio da terra que resistia sob a tutela do Estado, retardando a entrada dessa nova classe – a dos capitalistas – no território de concessão ervateira.

faciendi à criação, mormente os custos da produção e a escassez da quantidade e da qualidade de terras para cultivo, em sua maior parte sob o usufruto da economia de monopólio ervateira.

Figura 7 – Entrada Sul.



(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

A informação de grandes extensões no extremo sul mato-grossense, segundo a historiografia, chegou com os primeiros gaúchos que, antes mesmo da Revolução, já haviam se estabelecido naquelas terras.

As informações trazidas davam conta da existência de terras para criação além de extensos ervais, passíveis de extração.

Porém, a hegemonia da companhia de monopólio levava a maior parte deste contingente para sua subjugação, o que por vezes também contribuiu para o levante da pequena propriedade mercantil.

Esse novo fazendeiro se organiza em associações, se fortalece gradativamente e, com muito sangue derramado,

estabelece sua estrutura fundiária cuja atividade norteadora passa a ser a pecuária, construindo uma teia de ligações com diferentes lugares, como os dos campos de vacaria, dos ervais e mesmo fora do estado, fazendo ascender à categoria dos fazendeiros-comerciantes³¹.

Apesar da resistência, a pequena propriedade mercantil expandia-se pelos espaços ao redor do latifúndio da Matte Laranjeira, desencadeando uma série de conflitos que, gradativamente impunha a nova configuração social e econômica edificada com a emersão da *Segunda Dualidade*.

Importante ressaltar, também, o papel do comércio como alternativa encontrada pelos gaúchos para garantir-lhes acesso a uma quantidade maior de produtos junto aos seus pares, numa medida que garantia interdependência e união, aumentando suas forças na luta pela expansão das suas práticas comerciais sobre as terras da Matte Larangeira.

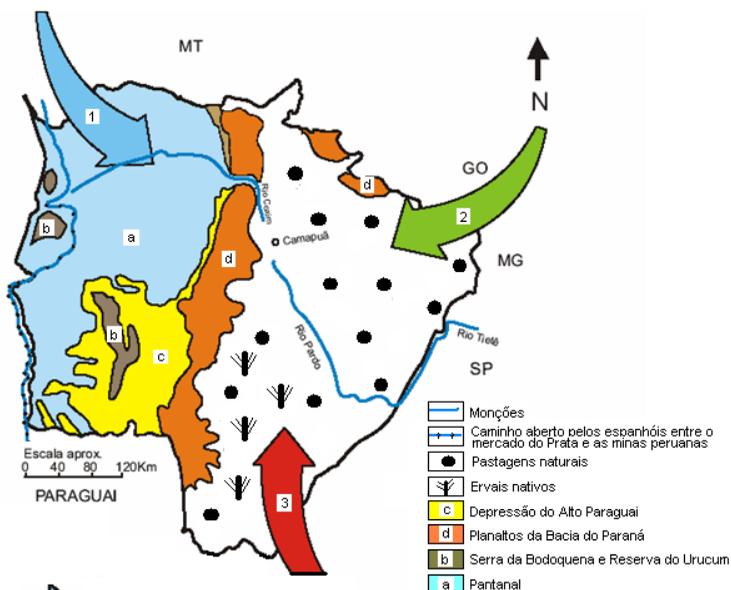
Nota-se aqui a ascensão de um grupo fundamental para que as práticas de produção capitalistas se desenvolvessem, dada a consolidação da atividade pecuária e a definição dos grupos de interesse.

A de se registrar o grande número de mortos, perseguidos e exilados da Revolução federalista do Rio Grande do Sul o que evidentemente contribuiu para que grandes levas de migrantes gaúchos buscassem as terras ao sul de Mato Grosso para morada, trazendo consigo, sobretudo a tradição de cultivo e criação.

Na segunda década do século XX, o Sul de Mato Grosso estava ocupado por índios, paraguaios, gaúchos, mineiros, paulistas, nordestinos e europeus (portugueses, espanhóis, ingleses, belgas, principalmente), demonstrando o caráter cosmopolita da formação social daquele lugar, que tiveram na confluência de seus aspectos físicos e sociais (Figura 8) uma evidência da articulação entre seus objetos espaciais, historicamente articulados às inversões da divisão do trabalho e da evolução dos modos de produção.

³¹ Um dos fazendeiros-comerciantes lendários foi Bento Xavier, importante líder gaúcho federalista, tornou-se fazendeiro em Mato Grosso do início do século XX e constituiu fortuna comerciando com uma frota de carretas que se movimentavam entre o Paraguai e o Brasil, transportando sal paraguaiado e diversas outras mercadorias. (BITTAR, 1997, p. 79)

Figura 8: Síntese das relações Sociedade – Natureza na Formação Sócio-Espacial do Sul do Mato Grosso – até os fins do século XIX



Séculos XVII, XVIII e XIX - Fundação de missões pelos espanhóis, frente de expansão pioneira-fluvial intimamente associada à hidrografia, apropriação de áreas no Pantanal, principalmente via concessão de sesmarias pelo governo imperial, além da fundação de núcleos militares. Predomínio do USO do espaço pela pecuária de APROPRIAÇÃO, além d'outras culturas de subsistência.



Séculos XIX e XX - Frente de expansão facilitada pela Guerra do Paraguai e disputas políticas em Minas Gerais, intimamente associada à existência de pastagens naturais pelos campos de vacaria.



Séculos XIX e XX - Frente conduzida pela expansão da Pequena Propriedade Mercantil, intimamente associada à existência dos ervais nativos e do latossolo roxo, propício à policultura.

1.3. ATRELAMENTO DA FORMAÇÃO REGIONAL ÀS INVERSÕES CÍCLICAS.

Esse modelo de ocupação, como dito, fundado no latifúndio caracterizou-se por ser uma tradição não só da formação brasileira, mas de toda a América latina, por ocasião da exportação do modelo ibérico que acomodou de pronto os interesses e estratégias do governo colonial em tempos de indefinições sob os limites e domínios territoriais entre Portugal e Espanha, como destacou Valverde (1986:88)

Tratava-se, como definiu Rangel (*apud* MAMIGONIAN, 1981:139-153), da “carapaça externa” que a dualidade européia impregnava às suas colônias a partir do século XVI, ou seja, no caso específico do Brasil a consequência deste contato com nossa formação social ocasionou a estruturação de um regime enquadrado juridicamente ao modo de produção Feudal (estruturação fundiária e da produção – Capitâneas Hereditárias e monopólio da terra no caso específico da pecuária no sertão brasileiro, respectivamente - sob a tutela da Coroa Portuguesa), mesmo que, por aquele tempo, o que efetivamente se processava na Europa era uma transição com a ascensão do capitalismo mercantil.

Nessas condições é que se levantou o edifício social brasileiro, culminando com a ascensão da classe dos vassalosos-senhores de escravos, com seu lado interno voltado à escravidão e o seu lado externo voltado ao feudalismo europeu, constituindo a primeira dualidade brasileira que se manteria até os acontecimentos que marcaram a Proclamação/Abolição, em 1888-9. (Figura 9)

Figura 9 - Influxos e Reflexos da dinâmica capitalista – *Ciclos Longos, Dualidades Brasileiras e Peculiaridades Sul-matogrossenses – fase da Gênese*



(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

São as evidências de uma apropriação típica do modo de produção feudal praticada no curso da organização sócio-espaial pelos colonizadores e sintetizadas pelas prerrogativas da “*Nulle terre sans seigneur*” e “*All land is King’s land*”.

Desde a chegada dos portugueses ocorre a necessidade de delimitação das posses e a marcação do gado como medida para evitar os conflitos com os paraguaios e índios. Porém, pela tradição, os portugueses trouxeram a prática da pecuária

extensiva, necessitando de grandes áreas para a criação, favorecendo a configuração latifundiária do extremo sul e, contraditoriamente propiciando o aparecimento de arraiais e cidades, em direção ao planalto. (SODRÉ, 1941:123)

Logicamente indissociável desse processo está a hegemonia exercida pela exploradora Matte Larangeira a partir do último quartel do século XIX. Tendo que o quadro institucional acerca da apropriação das terras respeitava as prerrogativas da já instituída Lei de Terras e, mesmo antes, favorecia a atuação daquela economia de monopólio no que concerne aos domínios exclusivos das posses no extremo Sul do Mato Grosso, conforme o quadro evolutivo abaixo.

Quadro 1 – Evolução dos atos institucionais relacionados à questão fundiária no Mato Grosso - 1892 e 1930

Primeira Fase: Regularização das concessões de sesmarias e legitimação das posses;
Segunda Fase: Concessões gratuitas a imigrantes nacionais e estrangeiros, e concessões especiais a colonizadores e empresas particulares;
Terceira Fase: Arrendamento e aforamento para a indústria extrativa de vegetais;
Quarta Fase: Contrato de compra e venda de terras devolutas

(Fonte: Moreno, 1993)

No último quartel do século XIX os ideais liberais anunciavam importantes transformações nas relações de produção. Na iminência do fim do regime escravista, importava a estratégia para garantir a posse das terras, de modo a garantir também, por consequência, o controle sobre o trabalho livre. Eram os arautos do sistema capitalista pelos territórios da formação brasileira.

Essa manobra edificou o pacto entre governo e latifúndio, dando pistas da chegada das *dualidades* brasileiras em território mato-grossense.

Tal legislação passou a regulamentar e colocar fim ao sistema de posse que vigorava desde 1820, já que, nesse regime, a terra estava livre, bastando que a pessoa se instalasse numa área, cultivasse-a durante certo tempo para solicitar o documento.

Com a lei, em seu Art. I tem-se a proibição da aquisição de terras por outro meio que não a compra. Eram fixados preços mínimos, muito superiores aos praticados no país. Dava-se um prazo de quatro anos para que aqueles que tivessem começado a cultivar o solo requisitassem legalização, mediante prova (FABRINI, 1995, p. 27).

Nota-se que, não por acaso a Lei de Terras de 1852 foi decretada no mesmo ano da lei que aboliu o comércio de escravos. (VIOTI apud ALBANEZ, 2003 p. 26) A legislação então em vigor só iria atingir a província de Mato Grosso com a criação da “Repartição Especial das Terras Públicas”, em 1858, possibilitando a posse por mais tempo àqueles que conseguissem enfrentar os obstáculos naturais e os índios, refletindo a *latifundiarização* característica.

Em 1894, com a junção da Cia. Matte Larangeira e o Banco Rio e Matto Grosso, os irmãos Murtinho (personagens de grande influência na política do Estado) iniciam a formação dos *Pactos de Poder* próprios e peculiares da formação mato-grossense.

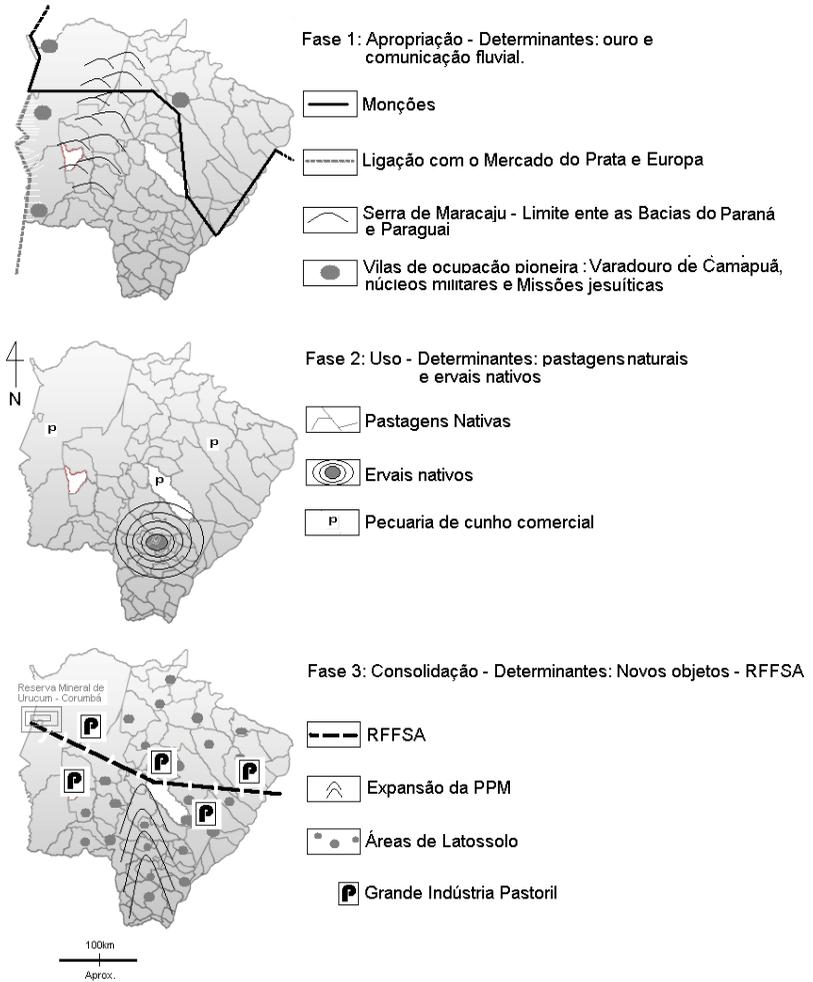
Entre 1891 e 1895, o Estado passa a ser governado por Manoel José Murtinho, correspondendo de imediato aos interesses monopolistas da Cia Matte. Ocasão em que a prorrogação da concessão por mais 16 anos (Resolução nº 76, de 13 de julho de 1894) estendeu a área arrendada a 1600 léguas quadradas, aproximadamente.

Com a liquidação do Banco Rio e Matto Grosso (1902), o patrimônio da Companhia foi adquirido inteiramente por Thomaz Larangeira e pela empresa Francisco Mendes Gonçalves e Cia, distribuidora da produção com sede na Argentina, para onde se deslocou também a sede da nova Companhia, então intitulada *Larangeira, Mendes & Cia*, com contrato de arrendamento vigorando até 1916.

Temos assim, um panorama geral da apropriação das terras Sul-mato-grossenses, seguindo-se as fases de apropriação, uso e expansão da atividade pecuária no cerne da formação sócio-espacial, numa combinação peculiar entre as determinantes de

ordem físico-naturais e as de ordenamento político-econômicas, conforme ilustrado na figura 10.

Figura 10 – Determinantes da Formação econômica e social do Mato Grosso do Sul – A Gênese da *Pecuarização* em três fases.



(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

CAPÍTULO 2: ASPECTOS DE UMA ESPACIOLOGIA PECULIAR

“(...) o espaço é formado por objetos; não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica”

(MILTON SANTOS, 1999)

Nesse capítulo, partimos da perspectiva teórica desenvolvida por Bertholi (2006:88) que sugere a coexistência de duas *vias de acumulação*, distintas e combinadas na gênese da formação econômica e social do Sul do Mato Grosso.

A organização das forças produtivas orientava o *Planalto* para o mercado interno, possibilitando a macro-formação acessar as inovações emanadas diretamente dos centros hegemônicos, acentuando ainda mais seu atrelamento com a Divisão Territorial do Trabalho, tanto na escala nacional quanto na internacional, traço marcante da atividade pecuária.

2.1. OS PRIMEIROS SINAIS DE UMA *ESPACIOLOGIA* PECULIAR.

No âmbito da formação nacional eram os pactos estabelecidos na *Terceira Dualidade*, que reservava à classe dos fazendeiros-comerciantes uma posição de destaque, como *sócia-maior*.

Como peculiaridade da formação regional via-se o *Pantanal* assistir a um processo em que a oligarquia rural sustentava o pacto estabelecido na *Segunda Dualidade* e retardava a entrada da nova composição de poder.

Não obstante, essa mesma oligarquia, como destacou Bertholi (2006:111),

Orfã das relações com o mercado externo, por ocasião da crise dos fluxos pelas vias fluviais, segurava o desenvolvimento capitalista no campo, dando sobrevida ao “modelo prussiano” (*via junker*), lento e gradual, já a caminho da superação pela formação nacional.

Continua o autor, caracterizando a peculiaridade da macro-formação do *Planalto-Sul*,

(...) no extremo Sul, o fim do monopólio da terra nas mãos dos exploradores de erva mate leva a um movimento mais próximo com o “modelo

democrático”,³² tendo os pequenos fazendeiros na condução do processo de desenvolvimento capitalista, naquele lugar. (BERTHOLI, 2006 *Idem*)

Sobre as experiências teorizadas da formação social e econômica do Oriente (Rússia) e Ocidente (Itália) temos os preceitos *Leninistas* e *Gramscistas* acerca das relações entre poder de Estado e grupos sociais na condução dos processos de transição entre o arcaico e o dinâmico.

Tais contribuições são aqui transpostas à realidade da macro-formação Sul-mato-grossense no intuito de contribuir para o entendimento da dinâmica de desenvolvimento regional que tem marcado a trajetória histórica deste canto do Brasil.

Doravante, a passagem da formação gaúcha desde o século XIX, mostrou-se como fonte para a análise desta dinâmica, uma vez que, como será exposto, foi uma novidade da formação peculiar no sentido da imposição de novas composições e articulações do interesse local-regional, sobretudo a partir do conflito entre a economia de monopólio da *Matte Laranjeira* e a *pequena propriedade mercantil* recém-instalada.

A leitura desse movimento encontra aqui um entendimento enquanto *vanguarda* à transição da economia pré-capitalista à capitalista, por intermédio das pressões impostas pela formação gaúcha, sobretudo sobre o monopólio da terra pela Cia Matte Laranjeira.

Esse movimento impõe a necessidade de reestruturação política através da ruptura com o poder hegemônico com raízes em Cuiabá, dando pistas da chegada de novos elementos para compor as alianças regionais, chamando a atenção das elites com relação às novas e promissoras perspectivas que se anunciavam mais para o Sul.

Importante destacar que, a economia de monopólio que antecedeu a chegada do capitalismo no Oeste brasileiro esteve afinada aos interesses internacionais, e por essa razão muito bem articulada com o governo imperial.

Considerando a premissa de que (...) não basta dizer-se “vanguarda”, destacamento avançado (...) é preciso proceder de forma que todos os outros destacamentos se dêem conta e sejam obrigados a reconhecer que marchamos à frente. (Lênin, 1978)

³² LENIN, 1983 (*passim*)

Nesse sentido é que os irmãos Murinho reconhecem a necessidade da instauração do novo e admitem a quebra do monopólio na exploração do mate, vislumbrando sucesso no cenário político e na nova base econômica regional, fundada na pecuária.

Importante destacar, mais uma vez, a importância gradativa das inversões de ordem cíclica que *pari passu* trabalhavam a formação econômica e social do Mato Grosso, em vias de (re) estruturação.

Como exemplo, o canal aberto em 1880 para a importação das primeiras máquinas à vapor da Inglaterra, durante a Revolução Industrial, que serviram para revigorar a produção de açúcar, após o declínio da economia aurífera de Cuiabá.

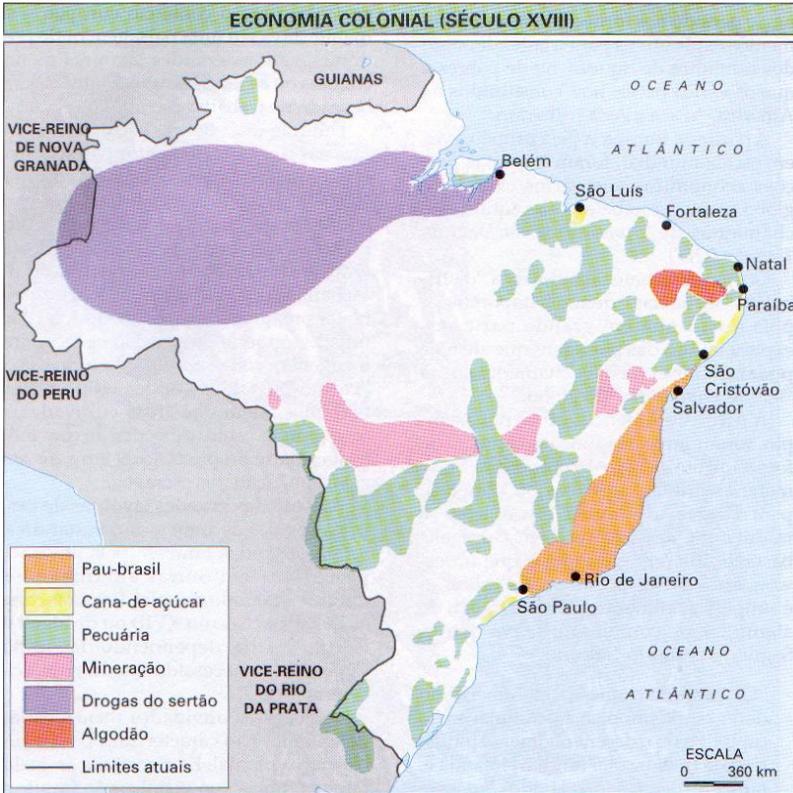
Foram, por este entendimento, as bases para a introdução das relações capitalistas em um modo de produção específico, evidenciando a capacidade criativa dos grupos que ali se estabeleciam e que instituíam uma dinamicidade cuja escala temporal superou gerações e alcançou os dias atuais, aludindo à concepção de Santos, de que,

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica de outro lado, situações que se apresentam na atualidade.(SANTOS, 1997 p. 22)

A singularidade da formação gaúcha, contrária à tradição e ao modelo brasileiro, fundou uma centralidade do poder, contribuindo para a formação de um consenso entre os integrantes dos grupos locais e regionais, no tocante à implantação de novas relações de produção, novas formas de propriedade e novo ritmo ao desenvolvimento das forças produtivas, efetivamente capitalistas.

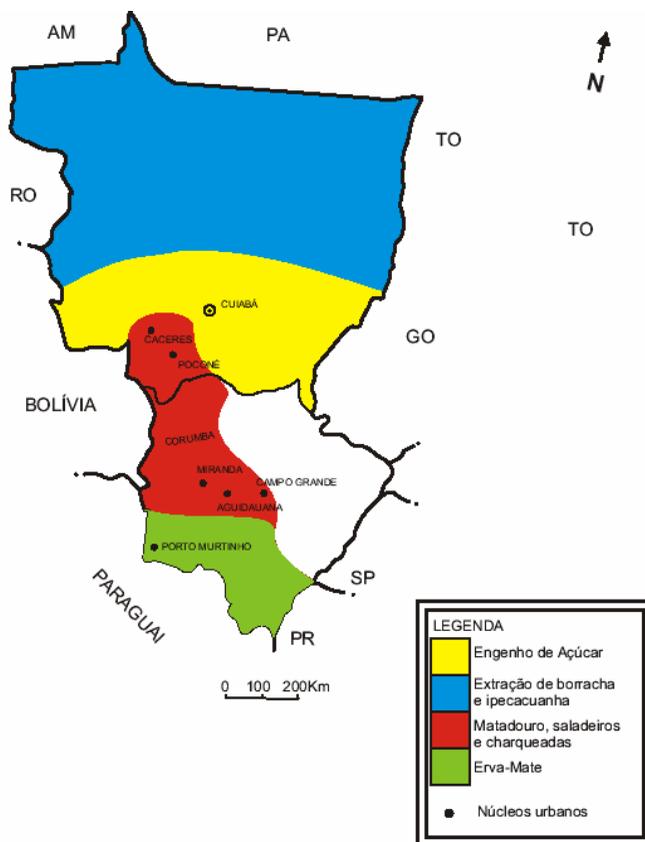
Gaúchos do Sul se articulam com os latifundiários lusos do Norte, negociam novas relações com os índios nativos e empreendem uma nova composição de poder local-regional, com olhos voltados para os campos de vacaria.

Figura 11: Atividades da economia de monopólio que antecederam a chegada do Modo de Produção Capitalista no Brasil – Empreendimentos até o século XIX



(Fonte: THÉRY; MELLO, 2005; *adaptado pelo autor*)

Figura 12: Atividades da economia de monopólio que antecederam a chegada do Modo de Produção Capitalista no MT – Empreendimentos até o século XIX

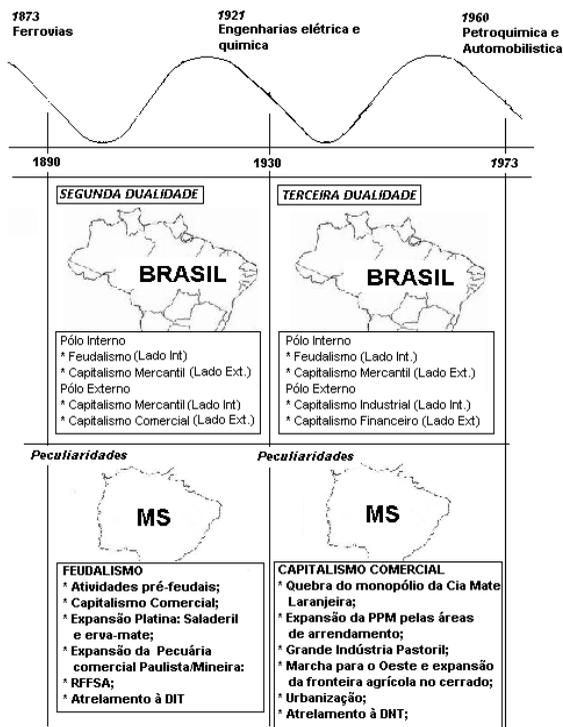


(Fonte: SAKAMOTO, 1989 *adaptado pelo autor*)

Tendo ainda, a assertiva de Gramsci como outro olhar para este movimento, percebemos a existência de espaços sociais abertos à

disputa e passíveis de ocupação por forças contra-hegemônicas dentro da ordem. Dada a crise instaurada no comércio internacional no *Segundo Kondratieff* que para a formação brasileira anunciava a transição entre a *Segunda* e *Terceira Dualidade*. (Figura 13)

Figura 13 - Influxos e Reflexos da dinâmica capitalista – *Ciclos Longos, Dualidades Brasileiras e Peculiaridades Sul-mato-grossenses – Fase Desenvolvimento*.



(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

Ainda, sobre a emersão da identidade Sul-mato-grossense Sodré (1941:22) publicou a obra "Oeste: ensaio sobre a grande propriedade

pastoril", tentando construir um sentido interpretativo à ocupação branca na região, tomando a pecuária como eixo e suas conseqüências em termos de desenvolvimento sócio-econômico e cultural.

Chamou de "Civilização do Couro" àquela formação que ocupava gradativamente as extensas pastagens naturais do oeste brasileiro, o que segundo ele era um advento das práticas de criação originadas em três grandes regiões: Nordeste, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro, já os grupos humanos advinham de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraguai. Continuando, ele avalia a importância da inserção da região ao contexto mais amplo da economia nacional, a partir da pecuária, afirmando uma cultura dinâmica e específica, pelo seu caráter conservador.

Por sua vez, Proença (1992:55) olhou a introdução do gado e o surgimento de fazendas no Mato Grosso como uma associação de quatro elementos significativos, o Desbravador-Pioneiro, o Vaqueiro, o Cavalo e o Boi. Prossegue ele, dando pistas sobre as prováveis origens de cada elemento, dando especial atenção à influência indígena, negra e paraguaia na formação do vaqueiro Sul-mato-grossense.

Lembra ainda Bertholi (2006:71), que o comportamento desigual e combinado entre o dinamismo-retração do Pantanal e acumulação-dinamismo do Planalto-Sul permite o entendimento acerca do florescimento das duas macro-formações sócio-espaciais no Sul do Mato Grosso, refletindo a peculiaridade assumida pelo modo de produção capitalista.³³

N'outra peculiaridade da formação mato-grossense, mais uma vez por ocasião da ligação direta com a Europa, via Rio Paraguai e Mercado do Prata tem-se, na fase depressiva (b) do *Segundo Kondratieff* os influxos da DIT prenunciando a chegada do capitalismo industrial.

No caso da formação brasileira através do pólo externo, enquanto que pelo Mato Grosso estes arautos impunham-se diretamente ao pólo interno, forjando o dinamismo de Corumbá no interstício entre a

³³ O período mercantilista e manufatureiro do capitalismo apresentou fases de expansão e depressão comercial, numa evidência empírica sistematizada em 1926 por N. Kondratieff. Demonstrando as fases de euforia e expansão seguidas de fases de queda de investimentos e pessimismo, constatada já a partir da Primeira Revolução Industrial da Inglaterra, com a introdução da máquina a vapor e posteriormente a saturação desta inovação no edifício industrial recém-instalado, fazendo com que se criasse nova estratégia de expansão, visando à penetração no mercado internacional, correspondendo a uma opção de acumulação extensiva, horizontal e geográfica. Possibilitando assim que os mercados no interior do Brasil então voltados ao abastecimento interno, passassem a estar efetivamente inseridos na Divisão Internacional do trabalho então inaugurada. (MAMIGONIAN, 2000, p. 27)

Segunda e a Terceira Dualidade.

Tais evidências podem ser notadas através dos inúmeros engenhos de açúcar, que em 1880 utilizavam máquinas a vapor importadas da Inglaterra via Rio Paraguai, como resposta ao processo de substituição artesanal mercantil de importações entre os anos de 1873 e 1896 ("fase b" do "*Segundo Kondratieff*") correspondendo a um período de depressão, com decréscimo nas compras de matérias-primas e alimentos da periferia e conseqüente contração da DIT.³⁴

Porém, diferente do que aconteceu na Argentina e no Chile que intensificaram sua participação no comércio internacional por causa da demanda de trigo, carnes e lã, o Brasil, no contexto geral da nação, assim como a Colômbia e o México, continuavam o desenvolvimento das suas economias voltadas para o mercado interno, com moderação da sua inserção no período de recessão, enquanto que especificamente no Mato Grosso, a produção de cana e aguardente, juntamente com o ouro, permaneciam os produtos destinados às trocas com produtos manufaturados vindos do exterior, o que de certo, manteve a ligação do mercado regional com as economias centrais, permitindo *a posteriori*, a introdução da carne mato-grossense no mercado europeu. (MAMIGONIAN, 1986)

Esse movimento pôde ser entendido como a gênese do processo de organização das práticas capitalistas pelo espaço Oeste brasileiro. Confirmado, como dito, pela presença de diversificados empreendimentos ao longo de todo o espaço mato-grossense.

Ainda, em relação aos grupos que se organizavam por estes territórios, Sakamoto (1989) traz um quadro geral da sua organização inicial e conseqüentes articulações desde meados dos séculos XIX, a saber; Burguesia internacional de capital monopolista, representada pelos donos das charqueadas, sobretudo de origem platina; Comerciantes de origem regional/local, cuja acumulação foi proveniente da economia do ouro em Cuiabá e que se encarregavam do fornecimento de bens de subsistência (alimentos); Comerciantes de origem internacional de monopólio do comércio regional, atrelados ao mercado platino e europeu como intermediários de produtos como o açúcar, a erva-mate e o charque; por fim os Coronéis de origem local/regional, latifundiários atrelados ao poder do Estado e que se estabeleceram, sobretudo, à base da bovinocultura.

Todas estas evidências corroboram para o que se definiu como peculiar da formação sócio-espacial desta parte do Brasil, num processo

³⁴ Idem.

desigual e combinado que ocorre à luz de uma *pecuarização* forte e sensível às demandas da divisão do trabalho em múltiplas escalas.

2.2. O PRENÚNCIO DE UMA IMPONENTE *INDÚSTRIA PASTORIL*.

Das “entradas” que caracterizaram a ocupação não-índia nesses lugares, passando à acomodação dos grupos relevantes e seus empreendimentos econômicos e chegando ao movimento de modernização quanto ao uso dos territórios, são todos elementos que, como asseverou Bertholi (2006), delegaram ritmos distintos de desenvolvimento ao Mato Grosso do Sul.

Se a chegada da pecuária extensiva ainda no século XVIII é uma conseqüência direta da disponibilidade de pastagens e do baixo custo da produção, servindo *a priori* como reserva de grandes extensões de terra e *locus* à reprodução “natural” do rebanho, dada sua adaptabilidade, aquela organizada à luz da *Segunda Dualidade*, já na fase expansiva do *Terceiro Ciclo* prenunciava os aspectos de uma grande indústria pastoril.³⁵

Ainda, como lembrou o mesmo autor, especificamente no Pantanal a introdução do gado foi conseqüência da substituição do ouro em Cuiabá, logo após a Guerra do Paraguai, tratando-se, pois de um período marcante da rápida expansão dos criatórios, uma vez que não estavam atrelados às demandas de mercado e sim às estratégias de ocupação inicial, impulsionada pelos baixos custos de produção na formação de grandes reservas de gado. (*Idem* p.71)

Ao longo do século XVIII, na medida em que o mercado não absorvia toda a produção o estoque crescia natural e substancialmente.³⁶

A expansão dos criatórios mineiros de Uberaba é que vão trazer o viés comercial à produção do extremo Oeste, via Santana do Paranaíba e em direção ao Centro-Sul – Campo Grande, Campos de Vacaria, Rio Brillhante, Bela Vista e Maracaju.

A prática extensiva propiciaria também a ocupação destes vastos campos de cerrado destinados neste tempo às fases de recria dos rebanhos mineiros.

Assim, a pecuária do Planalto se direcionava para Minas Gerais e São Paulo, enquanto que a pantaneira abastecia as recém-instaladas

³⁵ LENHARO, A. Crise e mudança na frente Oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. NIDHIR/UFMT. Ensaios nº1, 1982.

³⁶ MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. Geosul nº1, 1986. P. 39-58.

charqueadas. Nota-se que, grande parte dessas indústrias foram implantadas pelos próprios fazendeiros que, até por volta de 1920, se concentraram ao longo da via natural de escoamento – o Rio Paraguai.

Gradativamente ocorria a organização espacial da produção e a delimitação dos grupos que passariam então a representar seus interesses a partir da estruturação política da província.

Faz-se aqui um contraponto metodológico a fim de provocar as críticas (mais vulgares do senso comum) acerca do materialismo histórico, principalmente aos que se encontram *empantanados en las engánifas idealistas* (ENGELS, 1973).

Toda esta organização é evidenciada com a *pecuarização* das áreas do Pantanal (gado vindo de Cuiabá, oriundo do Nordeste brasileiro e de criadores cuiabanos, portugueses e paraguaios); do Planalto (tanto o gado quanto os criadores oriundos do triângulo mineiro, principalmente) e do Sul (gado e criadores vindos do Sul do Brasil).

Delineavam-se, como dito, duas vertentes cujos interesses estavam arraigados na apropriação fundiária, os grupos do Sul que defendiam uma maior autonomia para a região que marcadamente, após o ouro, dispunha de mais dinamismo econômico, e aqueles grupos representantes das elites nortistas, ligadas ao ciclo decadente do ouro que buscavam na economia ervateira uma alternativa de superação da crise. Importante considerar que estes grupos por vezes se confundiam, dadas as alternativas restritas de expansão econômica.

Se, a chegada da pecuária extensiva, ainda no século XVIII é uma consequência direta da disponibilidade de pastagens e do baixo custo da produção, servindo a priori como reserva de grandes extensões de terras e de *locus* à reprodução do rebanho, aquela organizada à luz da *Segunda Dualidade*, já na fase expansiva (a) do *Terceiro Ciclo Longo*, prenunciava os aspectos de uma grande indústria pastoril.³⁷

Especificamente no Pantanal a introdução do gado foi consequência da substituição do ouro, como já dito, e da descida de criadores de Cuiabá, após a Guerra do Paraguai.

Diferentemente das limitações do mercado regional impostas à economia agrícola de subsistência, no período do ouro, a pecuária crescia independente do mercado, já que a estrutura fundiária possibilitava, os custos de produção e o emprego de mão-de-obra eram mínimos e os fazendeiros não precisavam desfazer de todo o rebanho,

³⁷ LENHARO, A. Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. NIDHIR/UFMT. Ensaios n°1, 1982.

acumulando assim grandes reservas. Desta forma, ao longo do século XVIII, na medida em que o mercado não absorvia toda a produção o estoque de gado nas fazendas aumentava substancialmente.³⁸

Com a expansão dos espaços criatórios de Uberaba/MG, é que se realiza o processo de ocupação visando prioritariamente a produção comercial de gado em Mato Grosso, introduzido via Sant'Ana do Parnaíba em direção ao Centro-Sul (Campo Grande, Campos de Vacaria, Rio Brillhante, Bela Vista e Maracaju).

A prática extensiva, no início propicia também a ocupação destes vastos campos, usados para a fase de recria e destinado ao Triângulo Mineiro, via caminho inverso.

Após a crise do ouro também há o aguçamento do interesse platino pela região Sul, principalmente argentinos e uruguaios, que logo com a abertura do Rio Paraguai à livre navegação passa a prospectar seus negócios pelo Mato Grosso.

Na *Guerra do Paraguai* o rebanho comercial mato-grossense foi dizimado sendo posteriormente refeito com a introdução do gado bravio estocado no pantanal, que se reproduziu à solta e se tornou selvagem neste período.

Com a derrota do Paraguai e o fim de seu poderio sobre as terras mais ao Sul do Pantanal, chegaram os capitais platinos, que se apropriaram de grandes áreas e fundaram as primeiras charqueadas³⁹.

A organização espacial da produção pecuária intensifica seu processo de especialização, principalmente após a Guerra com o Paraguai, possibilitando a consolidação das duas portas de escoamento, assim justificadas conforme o relato do historiador CORRÊA FILHO (1994:290), quando se referia a importância de Corumbá, como porto de exportação de charque para o mercado platino e Paranaíba, como passagem da produção pecuária com destino a etapa de engorda nas invernadas mineiras e paulistas.

Quando a coletoria de Corumbá, único porto de exportação, assinalava tais cifras, já a outra via se abria para a saída de gado em pé, através de Sant'Ana do Parnaíba, com destino às invernadas

³⁸ MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. Geosul nº1, ano 1, 1986. p. 39-58.

³⁹ O que pode ser explicado com a chegada dos primeiros frigoríficos nestes países já no século XIX, além do potencial para expansão do mercado sul-mato-grossense, dados os custos de produção e o preço das terras mais baixos. (VALVERDE, 1986: 96. Grifos meus)

mineiras. Desta maneira conseguiam os criadores, tanto do planalto, como até do pantanal, expedir periodicamente o excesso da produção dos seus rebanhos para distante mercado consumidor, e, a corrente, uma vez iniciada, tendia a intensificar-se, animando os esforços dos fazendeiros que podiam empenhar-se na pecuária, seguros do seu desenvolvimento lucrativo. Semelhantemente a indústria da carne, ensaiada em descalvado, com o saladeiro, beneficiado pela isenção de impostos, concedida por lei provincial de 5 de julho de 1873, desenvolveu-se após a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil".(CORRÊA FILHO, 1994. p.690).

As famílias refugiadas em Cuiabá retornam e empreendem novas configurações fundiárias, a partir do parcelamento de terras anteriormente apossadas, para então abrigar a nova gente.⁴⁰

Passado o período de estagnação econômica os investimentos estrangeiros inserem definitivamente Mato Grosso na Divisão Internacional do Trabalho. Instalam-se as usinas de açúcar, as charqueadas, as indústrias extrativas da borracha, da erva-mate e da ipecacuanha.

Em 1873 o Estado cria mecanismos de incentivo à pecuária, isentando de tributação as atividades do Saladero Descalvado e motivando o melhoramento do rebanho através da introdução de raças finas.

Com a proibição da entrada de charque (1886-1887) estrangeiro no Brasil o governo incentivou a instalação destes estabelecimentos em território nacional, com destaque: Saladeiro Miranda de De Ambrósio, Legrand & Cia (Miranda) e o Saladeiro Tereré de Moali & Grosso Ledesma (Porto Murinho). Além das indústrias de transformação de carne, estes capitais também são investidos na extração da borracha e da erva-mate, como dito. (MAMIGONIAN, 1986)

Entre 1900 e 1910 os Relatórios Provinciais relataram um volume de 25 mil cabeças exportadas de Mato Grosso, sendo que deste total, cerca de 15 mil saíram por terra em direção a Minas Gerais. Em

⁴⁰ Numa destas frações, à posse de Joaquim Eugênio da Silva, o "Nheco", reestruturando a Fazenda Firme herdada do seu pai, Joaquim Gomes da Silva, deu origem ao distrito de Nhecolândia, hoje coração pastoril do Pantanal sul-mato-grossense.

1913 as informações confirmavam a existência de 500 mil cabeças de gado, distribuídas por cerca de 200 fazendas, destinando um número ainda maior para exportação, 45/50 mil cabeças, cujo principal destino eram as zonas de engora de Uberaba/MG, passando pela então recém inaugurada "Estrada do Piquiri". (LEITE, 2000)

Assim, a pecuária do estado se direcionava para Minas Gerais e São Paulo, e a pantaneira em especial, também para as charqueadas, sendo que muitas destas indústrias foram construídas por fazendeiros que, até os anos de 1920, se concentraram ao longo do Rio Paraguai.

2.3. OS CONFLITOS NA ECONOMIA *ERVATEIRA* E O ESTABELECIMENTO DOS PRIMEIROS PACTOS.

Naturalmente, ao longo desse processo, insurgem conflitos, ligados aos interesses oligárquicos locais, representados por grupos de renome como os associados a Generoso Ponce, aos irmãos Manoel e Joaquim Murтинho, Antonio Maria Coelho, além de outras figuras marcantes ligadas ao poderio econômico, como Antonio Azeredo, João Nepomuceno, Thomaz Larangeira, Pedro Celestino, José Maria Metello e/ou militar como Frederico Sólón, José da Silva Rondon, dentre inúmeros outros.⁴¹

Temos nesta fase a inserção decisiva da *erva-mate* no contexto das relações comerciais do Sul Mato Grosso, constituindo uma marca importante da formação social daquele lugar, dados os encaminhamentos das suas relações de produção e gestão do território pela legitimação pública do poder dos exploradores.

Revezam no poder estadual as oligarquias que gradativamente acumulariam o poder decisório no âmbito regional, atrelando seus interesses econômicos aos político-sociais.⁴²

Como exemplo, Generoso Ponce, tendo como base de seu poder o comércio e a propriedade rural, juntamente com os irmãos Murтинho, (...) possuem imensas glebas de ervais e sua força vinha do poderio que tinham sobre a legião de semi-escravos que formavam seus exércitos particulares. (CARONE, 1970:71)

O poder dos *Murтинhos*, igualmente, se sustentara graças ao

⁴¹ Eram principalmente ex-combatentes da Guerra do Paraguai e alguns gaúchos egressos da Revolução de 1893. WEINGARTNER (1995:45)

⁴² Destacam-se as oligarquias de Generoso Ponce, dos irmãos Murтинho, de Corrêa da Costa e dos Barros.

monopólio da terra e o trabalho semi-escravo da economia ervateira, dada, também, a legitimação de sua atuação pelas sucessivas permissões de arrendamento junto ao Estado.

Durante muitas décadas essas articulações endossaram as discórdias políticas de Mato Grosso, dando bases para o florescimento dos ideais divisionistas já no início do século XX.

Concomitantemente, a exploradora *Matte Larangeira* torna-se uma força militar e um descomunal "curral eleitoral" que garantia votos àqueles que endossavam seus projetos de expansão.

Estas articulações garantiam a manutenção do monopólio e a sustentação dos grupos atrelados ao poder político de Thomaz Laranjeira numa ampla e declarada guerra à resistência Caiuá e Guaicuru, a fim de submetê-los a nova ordem.⁴³

Após inúmeros confrontos entre os separatistas insurgidos no extremo Sul e as oligarquias nortistas, associadas ao monopólio de exploração dos ervais nativos, viu-se a consolidação dos irmãos Murtinho como classe política hegemônica.

Levando a quebra do monopólio exercido por Thomaz Laranjeira nos ervais com a aquisição da Empresa Matte Larangeira pelo Banco Rio e Mato Grosso, de propriedade de Joaquim Murtinho e o início de um novo ciclo de exploração da erva mate, agora sob o monopólio da reestruturada Cia Matte Larangeira.

Na esteira dos acontecimentos que marcaram a Proclamação da República e a abolição da escravidão, inaugurava-se uma nova *dualidade* na composição dos pactos de poder no Brasil, com especial desdobramento nas relações do Oeste.

No extremo Sul do Mato Grosso, seguia-se a estruturação dos grupos entorno da economia ervateira, porém agora acompanhada pela então florescida classe dos pecuaristas, notadamente influenciada pelos ideais libertários dos herdeiros da revolução federalista do Rio Grande.

Tratando-se, portanto da chegada e do estabelecimento definitivo da pequena propriedade mercantil, com claros sinais de fortalecimento graças às articulações político-regionais, impondo novo curso às transformações sócio-espaciais daqueles lugares.

Esse contexto ilustra a assertiva de Mamigonian (1981:158), quando dispõe que,

⁴³ Thomaz Laranjeira foi auxiliado pelo Tratado de Paz e Amizade, assinado pelo Capitão General João de Melo Pereira e Cáceres, que contemplou os nativos com títulos militares de "Índios Cavaleiros", além de insígneas de Caciques-Capitães do Exército brasileiro, a fim de acalmá-los.

O capitalismo chegava, pois, não mais indireta, mas agora diretamente, à fazenda, por onde, no advento da primeira dualidade havia chegado à economia nacional, isto é, pelo lado externo. E era o mesmo capitalismo mercantil, primeiro estágio do desenvolvimento do capitalismo.

Em pleno século XX os ervais assistiam a um retardamento dessa transição, porém as pressões se tornavam cada vez mais intensas com a chegada de mais gaúchos, florescendo ainda mais as insatisfações contra a exploração dos ervais e a concentração fundiária, levando a extinção do monopólio no ano de 1915. (ALVES, 1984:52)

Sedenta pela revolução burguesa a *gauchada* alimentara ainda mais sua revolta diante da sustentação do monopólio, sobretudo em função da preferência pelo uso de mão-de-obra estrangeira para os cargos administrativos, que passaram a ser ocupados por paraguaios, argentinos e uruguaios, preteridos os brasileiros.

A escrituração, linguagem e moeda correntes eram Castelhana, Guarani e Peso paraguaio e argentino, respectivamente. Numa evidente constatação da influência platina na organização daquela formação social.⁴⁴

A Cia Matte Laranjeira também agia como agência financiadora junto ao Estado e à classe política, o que de geral garantia-lhe ainda mais trânsito nas relações público-institucionais, mantendo sua sede administrativa localizada estrategicamente em Cuiabá.

Esse mecanismo forjado na formação mato-grossense denota a peculiaridade aqui defendida, tratando-se de uma engembrão entre o feudalismo (com o sistema de concessões pelo pólo interno), o capitalismo mercantil (com o monopólio do comércio via mercado do Prata, também pelo *pólo interno*), o capitalismo industrial (com a transferência de capital para setores como os *saladeiros* pelo *pólo externo*) e mesmo o capitalismo financeiro (com o controle do capital regional em conluio com o Estado, também pelo *pólo externo*)

Concomitante à manutenção do poder hegemônico crescia a força dos insatisfeitos, ao ponto de unir dois dos maiores opositores pertencentes à oligarquia mato-grossense, Generoso Ponce e Murinho, que se juntam à caça dos revoltosos gaúchos, tidos legalmente como criminosos.

De um lado a República Velha, o governo estadual (oligarquia)

⁴⁴ Instituto Euvaldo Lodi. (Série Coletâneas) Campo Grande/MS, 1986.

e a Cia Matte Larangeira, reuniam em si o poder econômico e as determinações políticas, de outro, a ascensão de uma nova classe, a dos pequenos produtores, mais dinâmica e substitutiva da economia mineradora decadente, se estruturava graças à expansão da pecuária, da apropriação das terras e da formação das vilas e cidades que empreendiam um caráter modernizante àquela classe, principalmente em direção ao planalto, motivada ainda pela chegada dos trilhos da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.).

Eram os influxos da Segunda Dualidade, marcada pela fase “b” do *Segundo Kondratieff*, ou seja, de uma inversão da economia brasileira à produção interna, como nova fase de substituição de importações.

Como dito, as pressões da formação gaúcha passaram a estremecer as bases do poder estabelecido⁴⁵, forçando a revisão das estratégias pelo poder local-regional. Contexto ilustrado pelo relato do então ministro Manoel Murinho em carta ao Coronel Generoso Ponce, presidente do estado, ao dizer,

Aludo à imigração rio-grandense que dia-a-dia vem se avolumando e se espalhando pelo sul do Estado onde os adventícios tratam logo de ocupar terreno devoluto pela facilidade que encontram, o que faz prever que dentro de mais alguns anos, essa colônia dominará pelo número e extensão, toda aquela região, constituída por assim dizer um Estado no Estado. E como governo estadual, atenta a grande distância da sua sede para ali e a dificuldade de comunicação, não terá meio para fazer sentir sua ação, a consequência será a possibilidade frequente de sedição ou ao menos de resistência, ou desacato ao poder constituído.⁴⁶

Significava, na prática, uma re-acomodação do poder regional, a partir do novo pacto, surgido graças à ascensão da classe dos pequenos pecuaristas comerciantes, enfraquecendo paulatinamente a oligarquia fundada com bases no monopólio de exploração dos ervais, cujo representante central era a Cia Matte Larangeira.

⁴⁵ CAMPESTRINI, Hidelbrando et alli. História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1995.

⁴⁶ Instituto Euvaldo Lodi. IEL. Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. (Série Histórica, Coletânea). Campo Grande, 1986.

Data-se de 1915 (fim do monopólio da Cia Matte Larangeira) o ápice das inversões que efetivaram, mesmo que tardiamente, os influxos da primeira dualidade brasileira na organização política no âmbito da macro-formação regional do extremo Sul de Mato Grosso. O que, de certo, garantiu outro ritmo às transformações que se processariam no interior da formação social.

No início do século XX, com a chegada da Ferrovia Bauru-Corumbá, ocorre um re-ordenamento da produção pecuária, que atrai para as margens dos trilhos aqueles pecuaristas especializados na engorda, deixando-os mais próximos dos pontos de abate e contribuindo para a especialização regional da produção.

Na segunda década do século XX chegam os frigoríficos no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, possibilitando ainda mais a valorização destas áreas de criação e engorda. Isso ocorreu graças ao incremento do mercado mundial de carnes, além é claro do potencial de exploração da produção brasileira, efetivamente estabelecida.⁴⁷

Temos aqui a definitiva entrada do capitalismo industrial na formação regional, anunciando os pactos da *terceira dualidade*.

Ainda no lado Sul, com o fim da concessão, na tentativa de abafar o crescente movimento contra as velhas oligarquias, o governo entrega às companhias particulares a tarefa de colonização.

Dentre aquelas que chegam em Mato Grosso, compram grandes extensões de terras e se justificam pelos projetos de uma pseudo-colonização, estão: SOMECO, Viação São Paulo - Mato Grosso e Moura Andrade.

Nota-se que tal estratégia intensificou a formação de novos latifúndios, uma vez que, os projetos de colonização em sua maior parte não foram levados a diante, sendo que as terras adquiridas passaram para as mãos de fazendeiros paulistas e paranaenses. (FABRINI, 1996: 50)

Assim, esses projetos não cumpriram com sua função social e não abriram menor brecha à pequena propriedade em Mato Grosso, servindo apenas para camuflar a necessidade de redistribuição da

⁴⁷ Entre 1919 e 1929 foram instalados 12 grandes frigoríficos, sendo que 6 eram de capitais nacionais (Cia. Frigorífica e Pastoril de Barretos, Cia. Frigorífica de Pelotas, Cia. Frigorífica de Santos, Cia. Pecuária e Frigorífica do Brasil – Barbacena, Frigorífico Matarazzo – Paraná e Frigorífico Bianco – Cruzeiro/SP.), 4 capitais americanos (Wilson Co., Armour do Brasil em Livramento/RS, Swift do Brasil e Armour do Brasil em São Paulo) e 2 ingleses (Anglo e Mendes). (ESPÍNDOLA, 2002:35-36)

propriedade privada da terra no país e no estado, conforme explica Oliveira (1989:19),

Historicamente, a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar simultaneamente, a necessidade de reforma estrutural no campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos de fronteira.

Superado o retardamento da chegada da *Segunda Dualidade* na macro-formação do extremo Sul, por ocasião da manutenção do poder oligárquico em escala regional ocorre a inserção dos pequenos proprietários como indutores de conflitos fundiários, dada a possibilidade de apropriação do território dos ervais.

É através destas ações que ocorre a ocupação das áreas de arrendamento pela pequena propriedade, uma vez que a inexistência de centros urbanos que absorvessem o contingente em formação fazia com que lhes restasse apenas o trabalho rural como alternativa.

Porém, enquanto uns se tornam proprietários, outros, são (...) utilizados como peões ou arrendatários no amansamento da terra, e depois dispensados à época da formação das pastagens, aparecendo como embrião das relações assalariadas que vingariam mais acentuadamente nos fins da *Segunda Dualidade*. (ALMEIDA, 2003:114)

Concomitante à expansão do comércio, primeiro entre os gaúchos e depois aquele mais ao norte, a cavado da ferrovia e das áreas de engorda de gado de corte, intensificavam-se as relações assalariadas, ainda mais que o tecido social se modificava enquanto classe dominante, mas mantinha intacta a base fundiária, n'outra evidência da peculiaridade da formação Sul-mato-grossese, nos contextos de transposição entre suas *dualidades*.

Poder-se-ia dizer que, como destacou Berthoi (2006:83), o fortalecimento econômico da nova classe hegemônica aliado ao isolamento físico em relação ao Centro-Norte do antigo estado, levou essa mesma classe a postular a criação de um estado para si.

Sua completa realização enquanto classe só ocorreria efetivamente em 1977, com a realização de um sonho histórico do qual ela mais se orgulha, a criação de Mato Grosso do Sul.

Confirmada a vocação para a pecuária e, estabelecidas as bases do poder regional em torno deste contexto, seguiu-se a intensificação do

comércio regional.

As casas comerciais foram ao longo dos séculos XVIII e XIX os mais notórios exemplos de concentração do capital em Mato Grosso, correspondendo a estruturas extremamente complexas, jamais conhecidas em qualquer outra época anterior.

Exerciam o monopólio do comércio de importação, controlavam boa parte do comércio de exportação, além da navegação. Disponham de “Secções Bancárias” que, além de empreender operações próprias, funcionava como intermediários dos bancos nacionais e estrangeiros, representavam companhias seguradoras, incorporavam indústrias e se apropriavam de terras para exploração da pecuária, da agricultura e da extração de vegetais e minerais. Se concentrando principalmente em Corumbá.

Por outro lado, os investimentos de capital se faziam pelas empresas de produção e transporte com sede no estrangeiro, levando a um processo de concentração fundiária, concentração da produção e transferência de lucros, corroborando para que ocorresse o gradativo declínio das “casas comerciais”, de capital nacional. (ALVES, 1984:37)

A fundação das primeiras charqueadas, nos fins do século XIX e início do XX, intensificou ainda mais o contato de Mato Grosso com o exterior, via exportação da carne salgada.

No extremo sul as relações comerciais tinham forte ligação com mercados das metrópoles nacionais - Rio de Janeiro e São Paulo. A zona platina, a jusante do Rio Paraguai, era o mercado da erva-mate, enquanto que o gado era destinado também às Zonas de Mineração ao Norte de Mato Grosso, adjacências de Cuiabá.

Cristalizavam duas grandes portas de saída do rebanho comercial: Paranaíba e Corumbá. Por este tempo o gado mato-grossense era tido como inferior, sendo por isso destinado na sua maior parte para a indústria do charque, o que garantia o mercado de carne fresca dos grandes centros à produção de Goiás, Minas e São Paulo (saída Paranaíba) e Europa (saída Corumbá).

Os gaúchos dessa micro-região desenvolviam um comércio voltado à circulação de mercadorias no âmbito interno, o que de sobra garantia a união dos grupos de migrantes recém-estabelecidos e que, gradativamente demonstrava a capacidade coletiva de organização social bem como seus reflexos positivos na estruturação produtiva, permitindo a acumulação de capital pela *Via Democrática*, caminho pelo qual posteriormente se expandiria a pequena produção mercantil em direção ao planalto.

A Divisão Regional do Trabalho evidenciava para o Sul, a

utilização de terras aos moldes modernos do capitalismo avançado, enquanto que o pantanal assistia gradativamente à decadência dos fluxos por ocasião das inversões das ondas cíclicas da economia mundial, na eminência da chegada da revolução nos transportes e consequente mudança da matriz Sul-mato-grossense, seguido da crise das casas comerciais.

O movimento de reprodução espacial do capital, nesta parte do Oeste, e as relações de produção, conferiram um caráter reconhecidamente dinâmico.

No campo, a hegemonia econômica passou a ser disputada entre grandes pecuaristas atrasados, *versus* grandes e modernos empresários agrários. Na cidade, floresciam as relações do comércio local.

Tendo que, o capital comercial não cria, diretamente valor nem tampouco a mais-valia, sua função reside na intermediação entre as diversas divisões do trabalho. Amplia o mercado e capacita ao capital trabalhar em escala ampliada, como efeito alimenta a produtividade e a sua acumulação como capital industrial, uma vez que,

À medida em que trabalha com o tempo (\$) da circulação de mercadorias no espaço, o capital concentra um duplo papel histórico: antecipar-se à empresa industrial e colocar-se como condição *sine qua non* para o desenvolvimento capitalista. (MARX, 1985:249)

Tinha-se a base necessária para a expansão do modo de produção capitalista no Mato Grosso, sendo que, na fase que antecedeu sua chegada definitiva, a estrutura produtiva regional dava sinais de dinamicidade.

No processo de estruturação produtiva nacional em vias de constituição, Mato Grosso do Sul foi gradativamente assumindo o papel de fornecedor de produtos primários, tendo na pecuária sua prática de excelência. É mister enfatizar o notável estágio de desenvolvimento das forças produtivas ao qual algumas áreas passaram a dispor, porém diferente da pecuária, apenas apresentaram uma efêmera especialização no espaço em que atuaram.

Para Corrêa (1997), pode-se afirmar que,

(...) a pecuária do sul de Mato Grosso desenvolveu-se como um viés da expansão capitalista, em função dessa especificidade regional e do baixo nível técnico de sua produção,

enquanto setor de cria e venda de boi magro para invernadas de outras regiões, igualmente periféricas, fazendo a pecuária, de uma atividade complementar no século XVIII, à função de grande propiciadora de riquezas desde o final do século XIX, definindo seus objetivos comerciais sob o viés da empresa pastoril desde a segunda metade do mesmo século(...)

Como então, nas palavras de Santos (1997), na teoria e na prática levar em conta os ingredientes sociais e “naturais” que compõem o espaço para descrevê-lo, defini-lo, interpretá-lo e, afinal, encontrar o espacial?

Obviamente, esse processo de acumulação desigual percebido serve como ferramenta para a compreensão do atual estágio das forças produtivas, sem desmerecer a atuação de outros elementos que, como fatores da evolução social - objetos naturais e artificiais – marcaram essa formação, conforme suas relações que encontram sua interpretação na análise do social, que também é a sua essência.

2.4. NA GÊNESE DO DESIGUAL E COMBINADO A DISTINÇÃO DAS MACRO-FORMAÇÕES.

Destaca-se que as fazendas exclusivamente pecuárias do Pantanal, seguiram *pari passu* a evolução das relações estabelecidas no bojo da primeira dualidade, estando assim, por este tempo, na transição entre uma economia natural para outra comercial, ainda de caráter feudal, dando pistas acerca da chegada do modo capitalista de produção sob o viés da economia de monopólio (primeiro do ouro, depois do charque), sensivelmente atrelada às políticas de Estado e fundamentada nos resquícios das relações de trabalho escravo, o que em geral, correspondia à via *Prussiana*, comum à realidade brasileira⁴⁸.

Pouco atrelada à Divisão Nacional do Trabalho, a pecuária pantaneira volta-se para o mercado internacional, via Rio Paraguai,

⁴⁸ A Via predominante pela qual se dá a chegada do capitalismo no Brasil segue o Modelo Prussiano, cujas características estão baseadas na forte atuação do poder político na criação de mecanismos graduais de controle sobre a produção e a comercialização, correspondendo sempre aos interesses das classes dominantes. É, pois, por esse caminho que as forças produtivas gradualmente absorvem as inovações de origem cêntrica, como se refere Trotsky, “avançando aos saltos”. Ver mais, consulte: TROTSKY, L.eon. A história da revolução russa. 2ª Ed. Rio de Janeiro.Paz e Terra, 1977.

recebendo os influxos das transformações que ocorriam no setor, dispendo-se por esse tempo de um estágio considerável de suas forças produtivas, destinando-se prioritariamente à produção do charque.

Ocorre que, gradativamente esse cenário foi se alterando e as peculiaridades regionais empreenderam uma diferenciação nos ritmos de desenvolvimento econômico. Pouco atrelada à Divisão Nacional do Trabalho a pecuária pantaneira volta-se para o mercado externo, via Rio Paraguai, alcançando importante estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas graças aos influxos à produção do charque que abastecia prioritariamente a Europa, conforme afirmação,

Dentre esses empreendedores, o mais importante foi o argentino Rafael del Sar, que começou vendendo artigos manufaturados em troca de couro, em Corumbá, e logo, entre 1873-1874, estabeleceu um *saladeiro* (charqueada) em *Descalvados*, no Rio Paraguai. Por volta de 1880 del Sar vendeu o estabelecimento ao uruguaio Jaime Cibils y Buxareo, membro de “uma próspera família de comerciantes”, o qual, por sua vez, ampliou as terras adquiridas e montou em Descalvados uma moderna fábrica de caldo e extrato de carne, cuja produção era exportada para a Europa (WILCOX, 1992, p. 138-140).

Enquanto que no Planalto-Sul os gaúchos acomodados no entorno do arrendamento da *Matte Laranjeira*, desenvolviam um comércio voltado à circulação das mercadorias no âmbito interno, o que de sobra ajudava na união daqueles grupos de migrantes recém-estabelecidos, trazendo o traço de coletividade na organização social, o que invariavelmente refletiria *a posteriori* na própria estruturação produtiva e conseqüente acumulação do capital, expandindo a pequena produção mercantil em direção ao Centro-Norte de Mato Grosso do Sul, algo semelhante com o que se definiu como *Via Democrática*, nas palavras de Lenin.⁴⁹

⁴⁹ Lênin definiu dois caminhos para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o primeiro denominou de via Junker e que ficou conhecido como “modelo prussiano”, caracterizado pela iniciativa dos grandes proprietários rurais em iniciar o processo de transição. Nesse caso, as grandes propriedades rurais pré-capitalistas são lentamente transformadas em empresas capitalistas, deixando para trás, não só grandes extensões de terras intactas a esse processo, como também muitos dos sistemas de controle do trabalho. Quando o desenvolvimento segue esse caminho, o capitalismo amadurece de modo lento, e vigoram durante muito tempo, aspectos das relações pré-capitalistas de produção. O segundo caminho

Portanto, enquanto o Pantanal conduziu suas relações com o mercado externo, via transporte fluvial e charqueadas, o Planalto assistiu a um atrelamento definitivo às metrópoles nacionais, enquanto as áreas à jusante do Rio Paraguai gradativamente substituíam a erva-mate pelas culturas comerciais, respondendo ao chamamento do governo central à produção de excedentes exportáveis.

Cristalizavam-se assim duas importantes portas de saída do rebanho comercial, Corumbá e Paranaíba, sendo que por esse tempo o gado pantaneiro era tido como inferior, sendo por isso destinado em grande parte para a indústria do charque, enquanto que as demais áreas complementavam a produção de carne fresca para os frigoríficos recém instalados para atender a demanda dos centros nacionais.

Essa configuração inicial demonstra como se deu a reação das duas macro-formações sócio-espaciais no Sul do Mato Grosso, refletindo o caráter desigual e combinado assumido pelo modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva o Planalto se estabelece como braço da expansão pecuária de São Paulo e Minas Gerais, especializando-se nas fases de cria e recria, enquanto que no Pantanal as fazendas voltam-se à fase de cria, prevalecendo os sistemas extensivos e a rusticidade das práticas de manejo.

Pelos ervais surgem novos criatórios baseados nos sistemas semi-intensivos, concomitante com a chegada das culturas comerciais, evidenciando inovações quanto ao uso desses territórios antes sob o domínio da economia de monopólio.

Já os frigoríficos se orientam para as margens da ferrovia, reorientando por consequência o fluxo das comitivas, fazendo surgir também novas áreas de invernada que, gradativamente motivariam a fase final de engorda para abate dentro do estado. Essa inovação em processo ilustra uma importante arrumação espacial da produção pecuária no Sul do Mato Grosso.

Nota-se que, enquanto as charqueadas buscaram a estrutura produtiva no entorno das fazendas de ocupação pioneira, os primeiros frigoríficos atrelaram suas estratégias de localização a uma complexa

ele denominou “modelo democrático”, ou dos pequenos produtores rurais, abolindo as relações de servidão. Desse modo surge um grande campesinato ou uma classe de pequenos fazendeiros que exploram pequenas glebas. A forma de diferenciação do campesinato processa-se de maneira rápida neste caso e o desenvolvimento do capitalismo não é dificultado pelos resquícios do modo de produção pré-capitalista, o que possibilitaria um rápido desenvolvimento das forças produtivas. LÊNIN, Wladimir I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo. Abril Cultural. 1983.

estrutura de comercialização e distribuição para o mercado externo, preferindo edificar suas plantas industriais junto às áreas produtoras. (ESPINDOLA, 2002:36)

Podemos considerar esse, um importante momento de ruptura dos antigos moldes de organização espacial da produção e do comércio mato-grossense, que encaminhou o estado para a organização de uma pecuária mais especializada, graças ao novo canal de escoamento.

Sob a ótica da formação sócio-espacial, portanto de uma perspectiva histórico-geográfica, o que vemos são posições sendo trocadas em períodos relativamente curtos. Assim, em cada momento vemos *vanguardas* e *retaguardas* bem definidas, em movimento constante, dada a dinamicidade do desenvolvimento das forças produtivas, das formas de propriedade e das relações de produção que as alimentam. (RANGEL, 1989)

Nesse sentido, a perspectiva teórica aqui defendida, manifestasse de forma clara, fazendo *jus* à assertiva de Marx (1979:19), quando coloca,

“(…) Na produção social de sua existência, os Homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social”

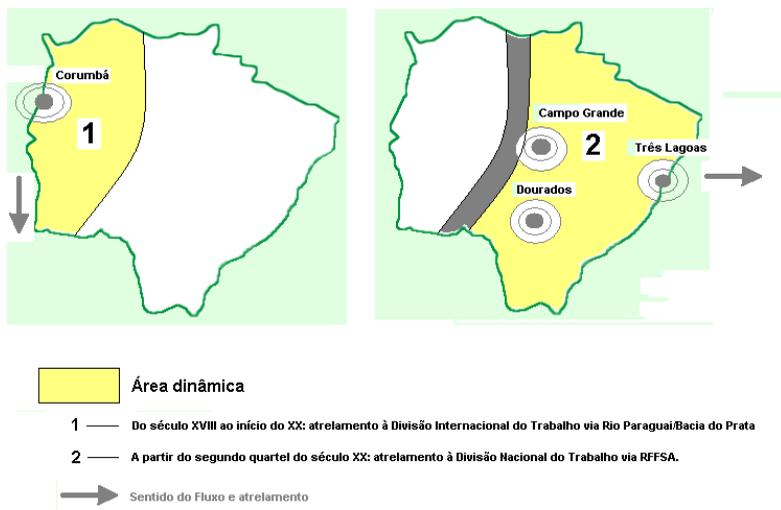
Eis a *peculiarização*, peculiar sob o ponto de vista de adaptação regional, e globalizada correspondente direta dos impulsos do Modo de Produção dominante.

Estas evidências demonstram que as relações entre uma formação sócio-espacial específica e a dinâmica dos acontecimentos de ordem cíclica, gerados a partir do centro hegemônico mundial, sobretudo por causa do caráter assumido pela estrutura produtiva Sul-mato-grossense, desde sua gênese até os dias atuais, a traduzem como uma economia com forte ligação com os mercados internacionais.

Nesse sentido, buscou-se um detalhamento das peculiaridades que cercaram a chegada do modo de produção dominante no Pantanal e no Planalto-Sul (Figura 14), cujos ritmos desiguais combinaram-se e

atrelaram-se às demandas da divisão territorial do trabalho a cada tempo.

Figura 14: Estágios de desenvolvimento das forças produtivas – Distinção entre *vias de acumulação*.



(Fonte: *do autor*)

CAPITULO 3: SISTEMA COM NOVOS OBJETOS E NOVAS AÇÕES.

“(...) Sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada. (...) porque o conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente, um conteúdo em tempo – o tempo das coisas. (...) a técnica é também geografia e é, também, necessariamente espaço”.

(SANTOS, 1999)

Dada a articulação entre os elementos-chave e sua conseqüente acomodação na formação sócio-espacial, defendida aqui como peculiar, temos, na sequência, inovações quanto à organização e uso dos territórios pelo Sul do Mato Grosso.

Inovações essas entendidas a partir, fundamentalmente, da chegada da Rede Ferroviária e a inversão dos fluxos de Corumbá para Campo Grande, da inversão das relações com a Divisão Internacional do Trabalho para a Divisão Nacional do Trabalho, respectivamente.

Mais uma vez, como visto, a implantação de novos objetos geográficos é considerada aqui dentro de um contexto de intensificação das relações na divisão territorial do trabalho.

Nesta perspectiva, compreende-se que tal intensificação tem afinidades com a assunção funcional de cada macro-formação, num processo *pari passu* de especialização da produção regional.

Neste caso, o Sul de Mato Grosso como *locus* de uma organização regional fundada na produção primária de alimentos, se torna cada vez mais sensível aos influxos de ordem cíclica, elegendo, como será visto, novos e mais atuais determinantes para este processo, uma vez que,

As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albos da história até a época atual. Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica.
(SANTOS, 1999:137)

3.1. NOVAS AÇÕES, CICLOS LONGOS E DUALIDADES.

Como dito, estes arautos são entendidos, sobretudo a partir dos eventos que marcaram o período do século XX situado entre o final da década de 20 e o início da década de 70.

Com destaque para os acontecimentos ligados às fases de expansão e contração do sistema hegemônico, bem como e, principalmente, os reflexos sentidos pela formação brasileira e desta, os desdobramentos da peculiaridade regional.

Em síntese, como detalha Bertholi (2006:93), eles se caracterizam como, a *determinante* relacionada com a construção da Rede Ferroviária, ligando Três Lagoas - Campo Grande - Corumbá aos grandes centros brasileiros do Sudeste associada à expansão do mercado de carne resfriada ao longo das duas Grandes Guerras; a *determinante* influenciada pela “marcha” do Governo Vargas em direção aos campos cerrados do Oeste brasileiro e a posterior expansão da “fronteira agrícola”, inaugurando um novo contexto na produção agropecuária de cunho produtivista, além de um novo fluxo migratório, por fim, a *determinante* encaminhada sob a influência da divisão do estado e a criação do Mato Grosso do Sul (1977-79) na esteira das conjunturas político-econômicas das décadas de 80, marcadas pela intensificação do comércio internacional.

No cenário nacional tem-se o arranjo entre o capital mercantil e o capitalismo Industrial (pólo externo) servindo, esse último, de mercado para os nossos produtos (primários) antes destinados exclusivamente à exportação e fonte produtora de artigos que antes compunham nossa pauta de importações. (Figura 15)

Uma articulação que prova o dinamismo da nossa economia na acomodação dos interesses emanados de diferentes escalas, como demandas conseqüentes da divisão territorial do trabalho.

Ainda, que apresentam desdobramentos peculiares nas formações regionais, também sensíveis aos chamamentos desta mesma divisão e ainda, testemunhas evidentes da capacidade de adaptação e superação dos grupos sociais que compõem o setor produtivo e de consumo do complexo econômico nacional.

Figura 15 – Influxos e Reflexos da dinâmica capitalista – *Ciclos Longos, Dualidades Brasileiras e Peculiaridades Sul-mato-grossenses* – fase das inovações



(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

Temos assim, nesse contexto o acúmulo dos acontecimentos políticos emanados da *primeira e segunda dualidade* brasileira, tendo também, na reestruturação do *Pólo Interno* e na ascensão do capitalismo mercantil à condição de *sócio maior*, a grande mudança estrutural em curso, o que, de geral, correspondia às inversões do *Terceiro Ciclo Longo*.

Portanto, no jogo dialético a unidade contraditória entre os ingredientes “naturais” e sociais da trama de relações entre o desigual e o combinado, como destaca Vieira (1992).

Ora, como lembra Santos em *Espaço e Método* (1997), o espaço contém e é contido pelas dimensões do político-institucional e do cultural-ideológico o que o coloca na condição de além-forma.

Estrutura os objetos naturais e sociais e, pelo conjunto, nos disponibiliza a natureza das coisas.

Especifica ainda o autor que,

(...) cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem: de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções, se realizam através de formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele é, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos incluem o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico. (SANTOS,1997:2)

E foi exatamente essa dinâmica que, como destacou Bertholi (2006:94) modelou a face da sociedade Sul-mato-grossense, servindo inclusive para o entendimento de sua estruturação política e econômica.

A modernização dos sistemas técnicos que, caso específico a chegada da rede ferroviária, significou a complexificação dos processos e relações, marcou a inversão dos fluxos e introduziu definitivamente a economia regional Sul-mato-grossense na dinâmica econômica nacional.

O grande vazio demográfico ganha um *status* de atratividade graças a chegada destes novos objetos artificiais Centraliza para o cavado da rede atividades cada vez mais especializadas, portanto complexificando cada vez mais as suas relações.

É neste sentido que,

Dada a apropriação e a divisão do espaço entre os grupos de interesses, a conformação física da produção e os estágios das forças produtivas sob a influência dos pactos estabelecidos, seguem a dinâmica de arrumação a partir da incorporação de outros fatores que empreendem novos e diferenciados ritmos à expansão capitalista. (BERTHOLI, 2006:97)

A partir desta perspectiva, qual seja a de *funcionalidade*, haverá naturalmente uma valorização da vida econômica como fundamento das trocas e dos fluxos, sejam eles de mercadorias, de serviços, mão-de-obra, etc.⁵⁰

Compactuando assim com Milton Santos, quando este discorre,

(...) Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, se modificam. (SANTOS, 1999:50)

Não se trata, porém, de uma leitura reduzida da região funcional como sobrevalorização rasa da diferença e da desigualdade espacial, como dispõe Gomes (2009:64).

⁵⁰ GOMES, Paulo C. da C. O conceito de Região e sua discussão. In: CASTRO. Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Diferentemente, o que temos é um reconhecimento do desigual e deste, sua capacidade de combinação, diante das demandas da divisão territorial do trabalho, algo que sugere muito mais do que uma simples naturalização do capitalismo na ordenação do espaço geográfico.

Fundamentalmente, nosso entendimento encontra resguardo na consideração de Santos (1999:51), quando afirma que,

(...) O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.

A macro-formação do Planalto-Sul, enquanto sistema de ações assiste ao jogo dialético por ocasião da quebra do monopólio da Cia Mate Laranjeira.

A economia de monopólio, enquanto sistema de objetos, ao se combinar com a *formação gaúcha* provoca a desestruturação dos resquícios feudais e permite a expansão da pequena produção mercantil.

Esse novo pacto satisfaz de imediato aos interesses produtivistas em *voga*, atrelando definitivamente o Planalto-Sul dos campos gerais à divisão nacional do trabalho, como produtor de excedentes agrícolas.

Já a pecuária se prevalece do novo canal de escoamento e intensifica sua participação na divisão nacional do trabalho, respondendo à demanda crescente dos grandes centros nacionais em processo de urbano-industrialização.

Estabelece, com isso, sua definitiva condição de *Grande Indústria Pastoril*, fornecendo rezes em escala para o setor de frigorificagem em plena expansão pelo estado de São Paulo.

3.2. NOVOS OBJETOS, A FERROVIA COMO REDE.

A idéia de construir uma via férrea ligando o oeste brasileiro à fachada atlântica, entre o Mato Grosso e o Rio de Janeiro mais especificamente surgiu já no final do século XIX.

Tal intenção foi concretizada em 1903 com a assinatura do Tratado de Petrópolis ocasião em que o Brasil assumiria o compromisso diante do governo boliviano pela obra de ligação entre a Bolívia e o Atlântico.

Em contrapartida, o Brasil anexaria o território do Acre e ganharia o direito de acessar mais facilmente os mercados do Paraguai e da Bolívia sem precisar transpor o território argentino.⁵¹ (CUNHA, 1913:189)

Um primeiro decreto do governo Rodrigues Alves autorizou a construção de uma estrada de ferro ligando Bauru à Cuiabá, porém após análises técnicas mais detalhadas, conclui-se que fatores de ordem físico-naturais, econômica e política tornam mais viável o trajeto Bauru – Corumbá.⁵²

Eram os influxos tardios do *Primeiro Ciclo Longo*, já que os países centrais, por este tempo, já vivenciavam os arautos do *Segundo Ciclo*, a contar pelas inovações do setor de engenharias, sobretudo a elétrica e a química, com reflexos diretos na expansão do modelo *fordista*.

A adaptação do modelo ferroviário no Brasil se diferenciou enormemente daquele difundido na Europa, ao qual ligava os grandes centros *fabris* às regiões agrícolas.

No caso da Rede Ferroviária Federal – RFFSA o que ocorreu foi uma ligação entre as áreas de exploração de minério de ferro de *Urucum*, em Corumbá, e os grandes centros nacionais em processo de industrialização.

Consequente e concomitante foi o estabelecimento de um vínculo entre estes mesmos mercados urbano-industriais com a produção pecuária regional, já estabelecida enquanto atividade de cunho capitalista.

Numa evidente troca desigual e combinada em que o movimento imposto pela nova *rede* inverteu o fluxo e o *status* de *vanguardas* e *retaguardas*, das relações Pantanal-Planalto/Sul.

Como decorrência desta nova dinâmica ocorre o suprimento de produtos industrializados para os centros emergentes do Sul do Mato Grosso, alterando a orientação do mecanismo de engrenagem do desenvolvimento regional.⁵³

Em síntese,

⁵¹AZEVEDO, F. Um trem corre para Oeste. Martins. São Paulo, 1950: 88.

⁵²Em 1907 ocorre a mudança, aproveitando os vales dos rios, a pouca variação altimétrica (de 400 a 660m) e a vegetação esparsa do cerrado. Mesmo as dificuldades do trecho alagado no Pantanal compensariam a escolha, se comparadas aos obstáculos do trecho para Cuiabá. Idem. p. 109.

⁵³W. Dean. A industrialização durante a República Velha. In: Brasil Republicano - Estrutura de poder e economia (1889 -1930). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, v. I, tomo III, 1989, p.255.

Esta ferrovia (...) abre à civilização e à colonização novas extensões de território e liga essas terras interiores ao porto de Santos. Nessa política de penetração econômica de que a Noroeste é instrumento, o que se realiza parece um milagre da terra, pela força com que se expandem e se povoam as pastagens, invernadas e currais e pela rapidez com que se transformam estações e pequenas zonas agrárias em grandes centros urbanos. (AZEVEDO, 1950)

Gradativamente os novos sistemas de objetos e sistemas de ações seriam incorporados pela atividade pecuária, ainda mais sensível às demandas do mercado nacional em plena expansão.

No tocante à sua articulação política, a *pecuarização* carregava consigo o *status* de pioneira na organização das forças produtivas em escala regional, legitimada pela atuação da classe dos *fazendeiros-comerciantes*.

Outro fator, também marcante para a consolidação da pecuária Sul-mato-grossense foi a chegada dos frigoríficos no interior de São Paulo em meados do século XX.

As comitivas passaram a cortar os *Campos de Vacaria* em direção às áreas de invernada, abate e frigorificação no interior de São Paulo.

Posteriormente, já com a ligação ferroviária, o gado magro passa a ser escoado para as invernadas paulistas, forjando uma nova arrumação espacial das etapas de cria e recria para o cavado da ferrovia, em território Sul-mato-grossense.

Cabe destacar que, tal inversão decorrente da ligação ferroviária possibilitou um exponencial ganho de renda para o Sul do Mato Grosso, atraindo olhares para seu dinamismo econômico em contrapartida á crise da economia nortista, pós-ouro.

Outra consequência importante, sobretudo para a *pecuarização* foi a necessidade de uma nova configuração fundiária para as adjacências dos trilhos.

Alguns latifúndios foram inclusive eliminados para o surgimento de outros, sobretudo àqueles destinados à fase de engorda, empurrando o setor de cria e recria mais para o Sul e Pantanal.

Pelo Sul, a fragilidade da estrutura fundiária chama à expansão dos sistemas intensivos, notadamente sensíveis às inovações mais recentes do setor.

Já no Pantanal ocorre uma especialização da fase de cria, com

prevalência dos sistemas extensivos, cuja rusticidade das práticas de manejo é o traço marcante das relações de produção.⁵⁴

Posteriormente a ferrovia também atrairia frigoríficos para suas margens, reordenando a direção das boiadas mato-grossenses e motivando o surgimento de novas invernadas.

Essa inovação em processo, também trabalhou a arrumação espacial da produção pecuária, conforme o seguinte relato,

(...) as boiadas cruzavam a região numa interminável ‘migração’ conduzida. (...) O destino das comitivas, ou era um abatedouro ou uma invernada para engorda. (LEITE, 2000)

Outra importante consequência dessa inovação nos transportes foi a crise na produção de charque, conforme explica Corrêa (1995:118),

(...) as atividades dos saladeiros mato-grossenses entraram em decadência principalmente pelos baixos preços alcançados pelos seus produtos (muitos deles reduziram paulatinamente sua produção, outros foram simplesmente desativados), decrescendo desse modo sua importância na economia regional, ao mesmo tempo em que se iniciou a penetração de compradores paulistas do gado pantaneiro. Este comércio, favorecido com a estrada de ferro foi afetado em curto espaço de tempo pelas repercussões da crise do café, apresentou-se de certa forma vantajosa pelos baixos preços do boi em Mato Grosso e pela conveniência do transporte ferroviário que evitava as longas caminhadas até as invernadas paulistas. Esses compradores foram também responsáveis pela introdução de reprodutores de raça que passaram a influir na criação de gado no pantanal, melhorando a qualidade do boi de corte.

No âmbito macro-regional a divisão territorial do trabalho elege

⁵⁴ Mais sobre a configuração espacial do Mato Grosso do Sul, ver: LE OURLEGAT, Cleonice Alexandre. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais. (tese) UNESP/PP. Presidente Prudente, SP, 2000.

o Planalto-Sul como “braços” da pecuária mineira e paulista, organizando-se prioritariamente em torno das fases de cria e recria pelo Sul de Mato Grosso. (BERTHOLI, 2006:102)

Lembra Espíndola (2002:36) que as estratégias localizacionais dos frigoríficos que chegaram no interior de São Paulo foi distinta daquela implementada pelas charqueadas do Mato Grosso.

Enquanto as segundas buscaram estruturar-se em torno das fazendas de ocupação pioneira, os primeiros priorizaram a edificação de suas plantas junto às áreas produtoras de engorda, se prevalecendo da facilidade de escoamento para os portos e de aquisição de matérias-primas complementares, articulando-se a uma complexa estrutura de comercialização e distribuição voltada para o mercado externo. (*Idem*)

Essas estratégias contribuíram sobremaneira para a expansão de áreas de cria e recria no Planalto-Sul, chamando a pecuária do Sul do Mato Grosso para as transformações capitalistas impostas pelo jogo de relações da Divisão Nacional do Trabalho.

Em contrapartida, no *Pantanal* o gado se reproduz em escala, garante a estrutura latifundiária e se distancia das demandas capitalistas.

3.3. REFLEXOS DA INVERSÃO FERROVIÁRIA.

Em suma,

O eixo inaugurado passou a atrair os maiores investimentos e inviabilizou gradativamente o sistema de navegação e os portos fluviais do estado. As vias carreteiras passaram a ser as principais ligações, desse sistema, no planalto, enquanto que as fluviais se restringiram ao pantanal (...). Podemos considerar esse um importante momento de ruptura aos antigos moldes de organização espacial da produção e do comércio mato-grossense, que encaminhou à organização de uma pecuária mais comercial e especializada, tendo os trilhos da Rede Ferroviária o seu principal canal de escoamento. (BERTHOLI, 2006:103)

Algo que pode ser evidenciado com os números da participação da RFFSA no sistema de transportes da produção estadual, a partir dos anos de 1920. (Tabelas 1 e 2)

Tabela 1 - Charque – quantidades exportadas por Mato Grosso e quantidades transportadas pela E. F. Noroeste do Brasil (NOB) – 1919-1930 (em kg)

Ano	Total exportado por MT	Total transportado pela NOB/RFFSA	ab/a %
1919	2.983.848	439.840	14,7
1920	2.535.662	862.720	34,0
1921	2.175.126	1.657.102	76,2
1922	4.775.320	2.813.322	58,9
1927	3.752.549	1.696.137	45,2
1929	3.704.582	3.103.966	83,8
1930	4.329.000	3.577.311	82,6

(Fonte: QUEIROZ, 2004)

Nota-se que, no auge da produção de charque – 1919 a 1930 – o Sul do Mato Grosso foi chamado a reordenar seu fluxo comercial.

Em um processo único, ocorre uma gradativa inviabilização do mercado fluvial via Corumbá e o arrefecimento da produção do charque, que passou a sofrer sensíveis oscilações (destaque para os dados comparativos de 1921, 1922, 1927 e 1930, respectivamente).

Numa clara evidência do impacto causado pela implantação da via ferroviária, concomitante à chegada da indústria frigorífica pelos estados do Sudeste, demandando carne fresca.

O aumento de 14,7% para 82,6%, entre 1919 e 1930, ou seja, mais de 300% em 11 anos, do volume de charque transportado de pela Noroeste do Brasil sintetiza a alteração na direção do fluxo, como um impacto da inovação em processo – o sistema de transportes.

O mercado interno passa a absorver a produção de charque, porém já anunciando as transformações da demanda por carne resfriada.

Essa inovação característica da divisão nacional do trabalho força um rearranjo da estrutura produtiva regional a partir da chegada do eixo ferroviário.

Tabela 2 - Erva-mate – quantidades exportadas por Mato Grosso e quantidades transportadas pela E. F. Noroeste do Brasil (NOB) – 1919-1953 (em kg)

Ano	Total exportado por MT	Total transportado pela NOB/RFFSA	%
1919	7.101.206	518	-
1920	6.798.589	170	-
1922	9.395.989	497	-
1927	10.290.249	797.870	7,8
1932	11.117.000	2.001.000	18,0
1933	9.388.000	1.227.520	13,1
1934	7.673.000	1.579.590	20,6
1935	9.569.000	2.992.230	31,3
1936	12.979.000	4.203.950	32,4
1937	12.309.000	3.628.430	29,5
1938	11.468.620	4.490.470	39,2
1939	10.542.665	4.195.080	39,8
1940	13.445.868	4.489.040	33,4
1951	10.130.947	4.280.890	42,3
1952	7.280.026	3.174.230	43,6
1953	18.898.639	5.159.094	27,3

(Fonte: QUEIROZ, 2004)

O setor ervateiro, por sua vez, traduz na inversão do fluxo as transformações diretas do pacto de poder entre as elites regionais no Norte, sob o comando dos *Murtinho* e o monopólio de Thomaz Laranjeira.

O impacto dos números, sobretudo se comparados os anos da década de 1920, ou seja, um incremento de cerca de 4.000%, no interstício de cinco anos, do volume de erva-mate transportado pela Noroeste do Brasil em direção aos portos nacionais, visando alcançar os principais mercados consumidores do produto, a saber, dos países platinos e da Europa.

Estes dados ajudam a entender as novas articulações afloradas entre os atores da macro-formação do Sul do Mato Grosso.

Destaque para a ascensão dos grupos mais voltados para a dinâmica da economia nacional que, gradativamente, reduziram a influência *platina* na economia regional.

3.4. NOVOS OBJETOS, A RODOVIA COMO REDE.

A desconexão do sistema ferroviário brasileiro não mais dava conta de atender à demanda de escoamento imposta pelos arautos do desenvolvimento econômico instaurada nos anos de 1930, cujo principal traço apoiava-se no molde urbano-industrial e de expansão de áreas de cultivo pelo cerrado.

A nova realidade exigiu uma readequação do modelo de transportes, inaugurando o sistema de rodoviarismo-automobilismo que, dentre outros argumentos, objetivou uma integração regional. Entretanto, tal mudança ocasionou um encarecimento dos custos operacionais, comparados com o sistema anterior – ferroviário.

Nesse sentido, podemos compactuar com a idéia de que,

A grande distinção entre o hoje e o ontem é que antes os objetos eram pouco numerosos, viviam em comunhão conosco e nos eram subordinados. (...) Hoje, vivemos junto com os objetos técnicos, eles se apoderam do nosso cotidiano, mas com eles nossa interação é prática, mas não profunda. (SANTOS, 1999:170-171)

O crescimento da demanda impõe a necessidade de reestruturação das vias de escoamento do gado, concomitante com a satisfação de novos interesses dos pactos de poder regionais e nacionais.

Importante destacar que, a chamada integração regional somente se efetivou com a construção de Brasília, nos anos 50, significando uma reação nacionalizante do desenvolvimento nacional por parte do Estado, que buscou integrar áreas promissoras do interior do país, como foi o caso do Mato Grosso do Sul.

O *rodoviarismo* pode assim ser reconhecido como o primeiro sistema nacional de transportes efetivamente estruturado no país, servindo paralelamente como eixo de aglutinação espacial e via de escoamento da produção de excedentes agrícolas.

A partir dos anos de 1970, do século XX, há uma crise do modelo de financiamento estatal na expansão da malha rodoviária, o que causa problemas estruturais, sobretudo a deterioração do sistema.

Não ocorre, porém, nenhuma revisão estratégica do planejamento estatal, visando garantir o sistema de escoamento, mas sim o que há é uma transferência maciça dos serviços à exploração da iniciativa privada.

Importante destacar que, mesmo com a debilidade estatal na articulação e manutenção do sistema de escoamento a inauguração do *rodoviarismo* implicou transformações importantes no interior do Brasil.

Especificamente no Sul do Mato Grosso, as BRs 163 e 262, que constituem hoje umas das principais vias de acesso e escoamento do Oeste brasileiro, assumiram esse *status* concomitantemente à crise da RFFSA, nos anos de 1980.

Foi a inauguração de uma nova fase de arrumação espacial para a pecuária, uma vez que se ampliaram as possibilidades de comércio para o setor, sobretudo graças ao crescimento da oferta no serviço de transportes, antes limitada no modelo ferroviário.

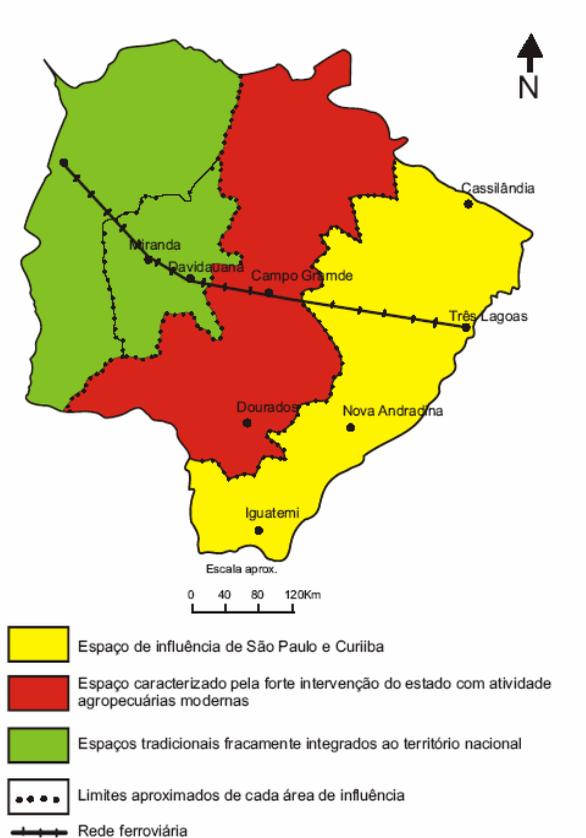
Numa síntese do estreitamento das relações do Mato Grosso com a Divisão Nacional do Trabalho, após a implementação da ferrovia, temos a leitura de Le Bourlegat (2000) que traz três tipos de espaços reorganizados com a chegada do eixo ferroviário (Figura 16).

Essa nova configuração ilustra a combinação entre as áreas mais sensíveis às demandas produtivistas e as áreas tradicionais que associam a produção com as relações mais conservadoras.

Uma terceira configuração, entendida aqui como *área de amortecimento*, atende às pressões sobre a compartimentação fundiária, sobre os impactos ambientais e o sobre o desenvolvimento econômico a partir da atividade pecuária.

Todas, em conjunto, ajustam-se de modo a articular os sistemas de cria e recria do pantanal, ao setor de frigorificação e às indústrias esmagadoras e, por fim, usufruem do potencial turístico para complementar a renda e disseminar o discurso de uso sustentável das terras na Borda do Pantanal.

Figura 16: (Re) Organização do espaço Sul-mato-grossense à luz das áreas de influência com a chegada da rede ferroviária.



(Fonte: LE BOURLEGAT, 2000 *Adaptado pelo autor*)

Conforme a seguida caracterização, temos um espaço territorial e de influência direta da ocupação e rede urbana oriunda da metrópole paulistana e de Curitiba/PR (região concentrada de São Paulo/SP). Incluem-se aqui: Nordeste: Microrregião de Cassilândia/MS (área de pecuária de ocupação antiga sob influência de São José do Rio Preto/SP); Leste: Microrregião de Três

Lagoas/MS (área de pecuária de ocupação antiga sob influência de Araçatuba/SP); Sudeste: Microrregião de Nova Andradina/MS (área de pecuária de ocupação por parte de empresas capitalistas de colonização sob influência de Presidente Prudente/SP); Sul: Microrregião de Iguatemi/MS (área de pequenos produtores e conflitos de terra com brasiguaios, sob influência de Umuarama/PR e Cascavel/PR);

Espaço de forte intervenção do Estado com atividades agropecuárias modernas, inclui: Microrregião de Dourados/MS (área de influência de Dourados/MS), houve incentivos de políticas governamentais através do Prodegran, para desenvolver as pequenas propriedades agrícolas. Na verdade aconteceu o inverso: concentração de terras, com agricultura mecanizada (em área de solos férteis de matas) e pecuária intensiva de engorda (em áreas de campos naturais) organizando de sul para o norte. A microrregião é a segunda em importância, com relação à densidade demográfica possui a rede melhor estruturada em termos de hierarquia e vias pavimentadas ligando cidades entre si. Dourados/MS, nó rodoviário (BR-163/BR-463 e BR-376) é capital regional e se apoia em um centro sub-regional (Ponta Porã/MS) e vários centros locais; Microrregiões de Campo Grande/MS e Alto Taquari/MS (Área de influência de Campo Grande/MS). Trata-se de área tradicional de pecuária com predomínio de cerrado ocupada principalmente após 1980. É importante área de engorda de gado de corte (pastos artificiais) e possui áreas de agricultura com maior produtividade (Alto Taquari e Chapadões do Nordeste). A Microrregião de Campo Grande/MS é a primeira em densidade demográfica. Campo Grande/MS é uma sub-metrópole regional (IBGE), sob influência direta de SP, concentradora de população e de atividades ligadas aos serviços. Sua importância anula o desenvolvimento dos núcleos urbanos locais, vizinhos que dela dependem diretamente. Não existindo hierarquização entre Campo Grande e os centros urbanos dependentes. Campo Grande apóia-se no centro de zona de Coxim/MS e Rio Verde/MS.

Espaços tradicionais e fracamente integrados ao território nacional. Áreas que desenvolveram em intervenção direta de políticas governamentais. Abrangem dois sub-espacos: Áreas tradicionais do Pantanal: constituídas de latifúndios de criação de gado de corte do tipo extensivo, mantém o predomínio de pastagens naturais e manchas de mineração de ferro e manganês. Corumbá/MS é a cidade de apoio, na condição de centro sub-regional situada no porto do Rio Paraguai e no fim da linha ferroviária. Embora a microrregião apresente 1/4 do território do estado, possui apenas três núcleos urbanos

na condição de portos (Corumbá/MS, Ladário/MS e Porto Murtinho/MS), a última sob influência direta de Bonito/MS e indireta de Campo Grande/MS; As áreas de transição entre o Pantanal e as áreas modernas (microrregiões de Aquidauana/MS e Bodoquena/MS). Trata-se de antigas áreas de mineração (garimpo, calcário, granito), com atividades agropecuárias em fase de transição para os moldes modernos. Estão sob influência direta de Campo Grande/MS. E esta, apóia-se no centro sub-regional de Aquidauana/MS, nos centros de zonas de Bonito/MS e Jardim/MS.

A comunicação inaugurada tanto pela ferrovia como pela expansão da "fronteira agrícola" foi essencial para colocar o recém-criado estado do MS no cerne da dinâmica capitalista em diferentes escalas.

Marcou o que Santos (1996) chamou de “verdadeira inversão do lugar de residência” da população brasileira, motivada pela modernização do território, ou seja, da incorporação ao meio geográfico de ciência, tecnologia e informação.

3.5. NOVOS OBJETOS E AÇÕES, O DESENVOLVIMENTO DA REDE URBANA.

Toda essa arrumação, produto da inovação técnica sobre o território possibilitou grande impulso à formação dos centros urbanos no Sul do Mato Grosso.

Estes centros, por sua vez, surgiram como *locus* das relações de produção emergentes, pactuadas com o Estado brasileiro, por este tempo legítimo representante dos interesses da burguesia industrial.

Ainda,

Havendo a Segunda dualidade nascido nas condições da fase recessiva do ciclo longo (...) tinha, como a primeira, que fazer prova de capacidade de promover uma forma qualquer de substituição de importações. (...) caberia ao capital mercantil promovê-lo, basicamente incentivando a diversificação da produção interna, por processos artesanais e manufatureiros (sobretudo de transformação e indústria civil). (...) uma vez que os empreendimentos industriais ainda não eram eficazes como meios de substituir as importações. Em primeiro lugar expandia-se o mercado, porque tínhamos uma produção de mercadorias e não uma

produção natural ou de auto-consumo. (RANGEL, 1981)

Como lembrou Bourlegat (2000), as primeiras articulações da divisão territorial do trabalho no Brasil conduziram a formação de um modelo concentrado de cidades, uma *Macrocefalia*. Reduzindo a direção dos fluxos, limitando a integração econômica nacional a alguns poucos eixos regionais de circulação.

A integração entre as cidades-eixos garantiu as trocas de alimentos e matérias-primas com os produtos industrializados, pelo interior brasileiro.

Nesse contexto, Campo Grande ganha destaque graças a sua localização estratégica, como lugar central de acesso aos sertões do Norte do país.

Além disso, a cidade passou a servir como moradia de grande parte dos novos e antigos pecuaristas que, com a *rede* ferroviária, passam a organizar sua produção no entorno dos campos de vacaria, área notadamente propícia à *pecuarização*.

De simples entreposto de comitivas e boiadeiros a cidade aflora como importante centro urbano aglutinador da economia regional, confirmando a previsão de Correia Filho (1926), que discorria,

Quando na Chegada da ferrovia essa cidade era um modesto povoado, em que se encontravam boiadeiros para a compra de gado destinado a invernadas mineiras, (...) logo patenteou robusta seiva, que lhe impulsionou o progresso. (CORRÊA FILHO, 1926)

A nova realidade serve de estímulo à vinda de grande contingente migratório, engrenando o dinamismo urbano-industrial também no Oeste brasileiro.⁵⁵

Destaque para as relações estabelecidas com o Porto de Santos, no litoral paulista, de onde saíram importantes levadas de migrantes em direção ao Sul do antigo Mato Grosso.

Desse modo, pode-se concluir que a ferrovia tornou-se o eixo de maior importância na aglutinação do povoamento em torno das

⁵⁵ Nota-se que no período de 70 a 96 apenas a população urbana cresceu (63%), enquanto que a população rural passou de 546.094hab (1970) para 323.516hab (1996), total de 40% de decréscimo. O que demonstra a motivação dos migrantes em ocupar os centros urbanos em detrimento às áreas agrícolas, notadamente nas mãos do grande capitalista. (IBGE, 1940;1996. (Grifos meus)

estações e embarcadouros de gado das fazendas. Como exemplo, deu origem à cidade de Três Lagoas, além de atrelar definitivamente outros centros como Campo Grande e Aquidauana à dinâmica de relações da Divisão Nacional do Trabalho.

Conseqüentemente, o que ocorre é que,

As cidades de maior centralidade e captadas pelos eixos de circulação tenderam a crescer e ampliar a área de influência. A convergência de eixos (nós) favoreceu a maior centralidade dos núcleos urbanos instalados. Assim acumularam as funções de comércio e serviços aquelas cidades que gozavam de posição nodal ou estratégica junto aos eixos. Dessa forma as poucas cidades distantes umas das outras também atraíram novos moradores. (LE BOULERGAT, 2000)

Após a criação do Mato Grosso do Sul o que se vê é a expansão das lavouras subsidiadas pelo cerrado e, em conseqüência disso, um processo impactante de urbanização das cidades médias da região Centro-Oeste.⁵⁶

Este inchaço das cidades médias estava diretamente associado aos processos de expropriação camponesa.

Isso porque as exigências de investimentos e modernização das práticas de cultivo no cerrado só se justificavam na medida em que o produtor obtivesse um ganho de *escala*, o que orientava a estruturação fundiária para as grandes apropriações.

Importante lembrar que, este movimento no espaço regional além de refletir mudanças nas relações com a divisão do trabalho e conduzir a um processo de urbanização também significou o estabelecimento de uma fluidez com os mercados dos principais centros nacionais.

O que comumente se chama “espaço de fluxos” na realidade não abrange todo o espaço. Trata-se, na realidade, de um subsistema, formado por pontos ou, no máximo, linhas e manchas, onde o suporte essencial são os artefatos destinados a facilitar a

⁵⁶ Destaque para os principais programas de incentivos à agropecuária como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrado), o PRODEGRAN (Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados) e o PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento da Região do Pantanal).

fluidez e autorizar o movimento dos fatores essenciais da economia *mundializada*.

Como espaço nacional, inaugurava-se um novo conjunto de *manchas* como retalhos do Centro-Oeste na composição do tecido das relações econômicas e sociais, dinamizadas pelos grandes centros do Sudeste.

Caracterizando-se na efetiva entrada do Mato Grosso do Sul na dinâmica da economia nacional, como estado fornecedor de produtos da agropecuária.

A “Marcha para o Oeste” foi uma das importantes estratégias do governo brasileiro visando expandir as áreas de cultivo agrícola e garantir, por conseqüência, a ocupação dos grandes espaços vazios pelo sertão brasileiro, sobretudo em áreas de cerrado.

Esse movimento migratório passou por Mato Grosso entre os anos de 1950 e 1960, tendo como principal característica a atuação das empresas privadas de colonização.

A maior parte dessas empresas era comandada por grupos de empresários paulistas ligados aos setores do café e da pecuária, incentivados pelo governo Vargas a expandirem seus investimentos no Oeste brasileiro.

Já no final da década de 1980 o setor agropecuário e industrial recebeu novos incentivos através do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento para o Centro Oeste).

Criado na Constituição de 1988 tinha como principal objetivo priorizar a matéria-prima regional e gerar empregos, significando, na prática, um importante incentivo à agroindustrialização.

Numa clara evidência da reprodução efetivamente capitalista no Mato Grosso do Sul, sinalizando para uma peculiar, desigual e combinada, organização do espaço.

3.6. NOVOS OBJETOS E AÇÕES, A REESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA.

A quebra do monopólio da *Cia Matte Laranjeira* sobre o território no extremo Sul significou uma nova perspectiva de ocupação, agora direcionada pelas companhias particulares de colonização com o aval e legitimação do governo central.⁵⁷

⁵⁷ Pouco antes da criação do estado do Mato Grosso do Sul, a macro-formação da *Entrada Sul*, já se apresentava como a área mais dinâmica do estado, em termos de produção agrícola.

A ascensão tardia da classe dos fazendeiros-comerciantes à condição de *sócia-maior* no extremo Sul significou a necessidade de reestruturação fundiária para dentro das áreas de arrendamento da Cia Matte Laranjeira, fazendo surgir inúmeros conflitos pela posse das terras.

Entre 1950 e 1974, Reynaldo Massi, filho de italianos do interior de São Paulo, diversificou seus negócios na região que compreendia o Norte do Paraná e o Sul do Mato Grosso, com destaque para a companhia de transportes TRANSBRÁS S/A, a Cia de Armazéns Gerais do Norte do Paraná, o MAPI S/A – empresa ligada à construção civil, hotelaria e turismo, a Comercial e Agrícola Diamante do Norte Ltda, voltada à cerâmica, serraria e expansão da rede elétrica, a Brasilândia Comercial e Agrícola S/A do ramo de café e a SOMEÇO S/A, Sociedade de Melhoramentos e Colonização e Agropastoril Ivinhema Ltda especializada em colonização e agroindústria, além de Bancos e Cooperativas. Empreendedor de destaque, coordenou um importante e inovador trabalho de colonização na região da cidade de Ivinhema servindo inclusive como referência jurídica para as políticas de reforma agrária, posteriormente adotadas pelo governo brasileiro.

Ainda, antes da inauguração da *rede* ferroviária, a necessidade urgente de escoar o gado dos *Campos de Vacaria* (Planalto-Sul) para os grandes centros brasileiros de São Paulo e Rio de Janeiro, trouxe para o Oeste brasileiro o médico paulistano Francisco Tibiriçá e seu sócio, Arhtur Diederichsen, empresário produtor de café e criador de gado na região de Ribeirão Preto.

A eles coube a missão de abrir uma *estrada boiadeira* cujo trajeto fosse menor do que o tradicionalmente utilizado via Santana do Parnaíba e triângulo mineiro, assim nascia a Viação São Paulo & Matto Grosso, agente de destaque para a continuidade de ocupação do Sul do Mato Grosso.

Outro destaque foi o *pecuarista* Antonio Joaquim de Moura Andrade, que ajudou a funda as cidades de Andradina – SP e Nova Andradina – MS, tendo se tornado um dos maiores criadores de gado no Brasil, entre os anos de 1930 e 1960.

Nota-se que, como destacou Fabrini (1996:50),

(...) tal estratégia intensificou a formação de novos latifúndios, uma vez que, os projetos de colonização em sua maior parte não foram levados a diante, sendo que as terras adquiridas passaram

para as mãos de fazendeiros paulistas e paranaenses.

Outra importante colônia fundada na esteira dos projetos de intensa colonização do Estado Novo de Vargas, nas adjacências dos ervais, foi Dourados.

Em 1943, com a liquidação da Companhia *Matte Laranjeira*, o governo Vargas decreta a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, definitivamente implantada em 1944.

Através dessa política o governo brasileiro dá início à abertura da fronteira agrícola para um contingente de migrantes, atraídos pela política que visava modificar o papel desempenhado pelo Sul do então estado de Mato Grosso, na divisão territorial do trabalho.

De modo geral, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada, dentre outros objetivos, para garantir o povoamento do interior da nação, expandir as áreas de cultivo e assegurar a nacionalização das fronteiras.

Esta política ficou conhecida como a “marcha para Oeste”, cuja medida principal era distribuir lotes de até 30 hectares para colonos dispostos a desbravar o interior brasileiro.

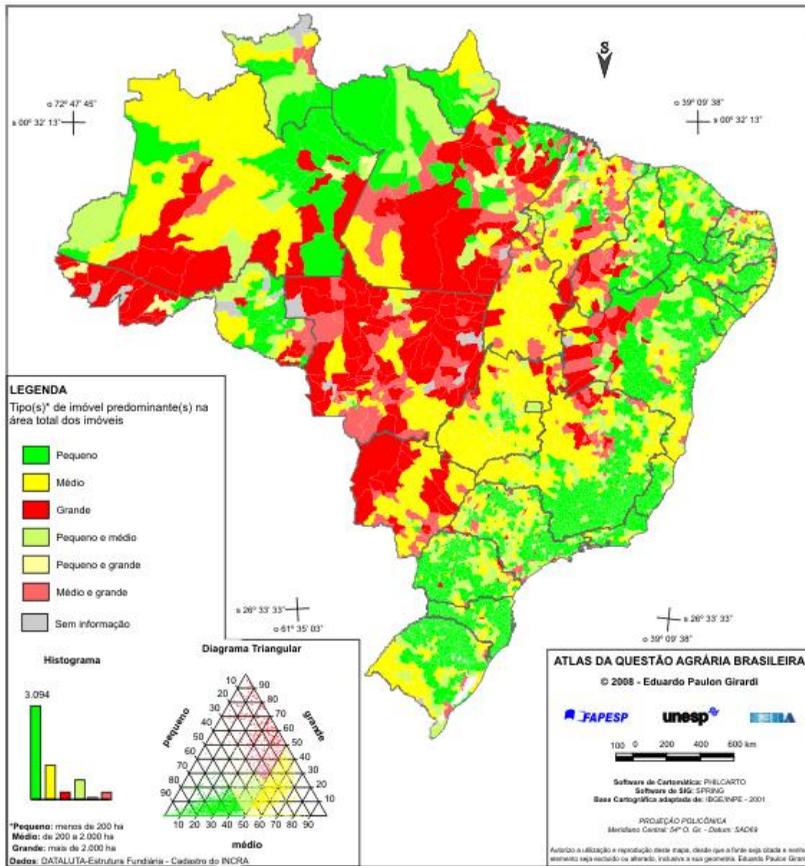
Além da doação de terras o governo federal ofereceu também alguns subsídios para estimular a produção agrícola entre os colonos.

Ocorre que, com a morosidade na demarcação das áreas de loteamento e a intensa *propaganda* do governo o que se viu foi uma invasão de migrantes, sobretudo nordestinos, para a região de Dourados.

Todo esse movimento engrossou ainda mais os conflitos fundiários na região, abrindo brechas para a formação de novos latifúndios graças à comercialização das áreas de doação.

Estabelecida a base fundiária no Sul do Mato Grosso, cuja principal característica é a grande propriedade, realidade evidenciada pela atualidade das informações do Mapa 2.

Mapa 2 – Base fundiária no Brasil e Mato Grosso do Sul: grandes propriedades – 2003



(Fonte: GIRARDI, 2008)

Situação evidenciada pela imprecisão dos dados da tabela 3, a saber:

Tabela 3 – Relação entre número e área nas propriedades rurais do Brasil e do MS – 2003.

Ufs e regiões	Número de imóveis 2003	Área total dos imóveis (ha) 2003
Acre	19.980	4.176.064,6
Amapá	9.235	1.364.496,5
Amazonas	57.059	11.180.636,5
Pará	111.820	40.095.952,0
Rondônia	67.328	8.227.026,1
Roraima	24.424	3.853.122,5
Tocantins	55.493	21.259.467,1
NORTE	345.339	90.156.765
Alagoas	40.770	1.412.876,0
Bahia	477.902	31.003.684,3
Ceará	131.003	8.215.658,6
Maranhão	87.979	17.624.568,2
Paraíba	102.061	3.549.763,2
Pernambuco	148.931	5.381.928,7
Piauí	106.480	12.737.653,6
Rio Grande do Norte	47.423	3.125.564,8
Sergipe	64.515	1.580.400,3
NORDESTE	1.207.064	84.632.098
Distrito Federal	8.601	245.326,5
Goiás	142.002	29.726.702,4
Mato Grosso	115.526	70.388.184,2
Mato Grosso do Sul	68.971	32.758.452,4
CENTRO-OESTE	335.100	133.118.666
Espírito Santo	94.474	3.908.043,5
Minas Gerais	617.571	41.836.348,7
Rio de Janeiro	73.029	2.785.533,8
São Paulo	372.963	20.326.446,8
SUDESTE	1.158.037	68.856.373
Paraná	439.900	15.758.752,5
Rio Grande do Sul	530.429	18.737.783,4
Santa Catarina	274.662	7.222.895,1
SUL	1.244.991	41.719.431
BRASIL	4.290.531,00	418.483.332,30

(Fonte: GIRARDI, 2008)

Conforme a manipulação dos dados da tabela 3, o número de propriedades rurais no Mato Grosso do Sul era de cerca de 68.971, abrigando uma área de cerca de 32 milhões de hectares, numa relação média de 474 ha/propriedade.

Numa comparação entre estados, temos por um lado a média ótima brasileira em Santa Catarina, com média de 26 ha/prop., e por outro lado, a média declinante no Mato Grosso, com média de 609 ha/prop.

Nota-se que os dois estados da região Centro-Oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm as duas principais médias declinantes do país.

Já na comparação entre regiões geográficas, novamente temos o Centro-Oeste apresentando taxas mais declinantes, com média de 397 ha/prop., contra 261 ha/prop. do Norte, 70 ha/prop. do Nordeste, 59 ha/prop. do Sudeste e ótimos 33 ha/prop. do Sul.

Estes números corroboram ainda mais com a premissa sobre a base fundiária fundada na tradição da grande propriedade e forjada desde a colonização ibérica do século XVII.

CAPÍTULO 4 – OS ARAUTOS DA MODERNIDADE NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL SUL-MATO-GROSSENSE.

“A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.”

(MILTON SANTOS, 1999)

O recorte temporal deste capítulo situa-se no período que Santos (1999) considerou como o da afirmação do meio técnico-científico informacional, marcando definitivamente a hegemonia do modo de produção capitalista na construção dos espaços.

Da união entre técnica e ciência sob a égide do mercado, levando ao que seja o mercado global, portanto estabelecendo nova dinâmica concorrencial inclusive para o setor de produção de carne.

Segundo Santos, a idéia de ciência, a idéia de tecnologia e a idéia de mercado global passam a ser encaradas conjuntamente e desse modo oferecem uma interpretação nova à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também passam a estar subordinadas a essa lógica. (*op cit*)

Continua,

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional. Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como império da técnica, objeto de modificações, supressões e acréscimos cada vez mais sofisticados (...), esse mundo inclui hoje o meio rural. (...) Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. (SANTOS, 1999:190)

A complexificação das relações no seio da organização espacial da produção pecuária no Sul do Mato Grosso impõe novos pactos entre as classes hegemônicas, que se viram provocadas às inovações com a chegada de novos atores, uma vez que,

Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica do que se convencionou chamar Globalização. (SANTOS, 1999:191 *grifos nossos*)

O pacto do governo brasileiro com os grandes produtores rurais garante a *blindagem* do setor agropecuarista e facilita a expansão capitalista graças à acumulação de capital por ocasião da colocada em prática do mecanismo de controle de preços altos, controlando de certa forma as pressões políticas sobre o empresariado rural.

É, sobretudo a partir dos anos 70, em curso os Planos de Desenvolvimento dos governos militares, que esta tutela reflete na modernização dos processos de produção de soja e criação de gado, principalmente, principais produtos da pauta de exportações.

Nos anos de 1980 vemos um incremento significativo na produção de gêneros agrícolas, bem como na produção industrial brasileira, caracterizando um a presença de um Lado Exógeno (economia internacional ou Recessão) e um Lado Endógeno (saturação do modelo de substituição de importações) agindo como conjuntura econômica.

No cenário internacional tínhamos a queda de preços das exportações ajustada ao protecionismo dos países importadores além da prática de altas taxas de juros no mercado financeiro internacional que inviabilizava os investimentos externos diretos e o equilíbrio da balança de pagamentos.

Essa conjuntura chamava a economia nacional para uma reestruturação com vistas ao reaproveitamento das capacidades ociosas já existentes.

Ainda assim, as ações governamentais sustentavam as relações adversas com o mercado externo, numa busca frenética pelo *superávit*, com vistas a honrar os compromissos com as instituições financeiras internacionais.

Com a política de priorização das exportações e os juros internos muito maiores que os externos o caminho encontrado pelas empresas a busca pelo crédito externo, sendo que especificamente as empresas de capital nacional se mantiveram atadas e estranguladas às políticas de comércio exterior sustentadas pelo governo brasileiro.

Gradativamente aumentava a capacidade ociosa da indústria nacional, situação agravada com a postura do Fundo Monetário Internacional em condicionar novos créditos à quitação dos contratos das dívidas já contraídas.

Como reflexo, o governo brasileiro adota políticas recessivas que comprimem o consumo interno e retêm a produção para o mercado externo.

Essa realidade acelerou ainda mais a modernização do setor agropecuário nacional, com a utilização intensa de maquinário na produção de culturas comerciais, em contrapartida ao desestímulo à produção de alimentos para o mercado interno.

Paradoxalmente esta política contribuiu para o surgimento e expansão de uma rede de núcleos urbanos médios, com destacado dinamismo econômico fundado na cultura agropecuária.

Juntamente com esta dinâmica urbana, nota-se o desenvolvimento de infraestruturas de articulação entre estas cidades, com expansão das redes de energia, telecomunicações, saneamento, e outros.

Embora o Estado brasileiro tenha perdido fôlego neste período, mais uma vez as alternativas encontradas pelo empresariado nacional, rural e urbano, adaptaram as adversidades às estratégias de sobrevivência diante das crises conjunturais, agora com novidades frente a tradição do modelo de *substituição de importações*.

4.1. NOVOS OBJETOS, AS CULTURAS COMERCIAIS.

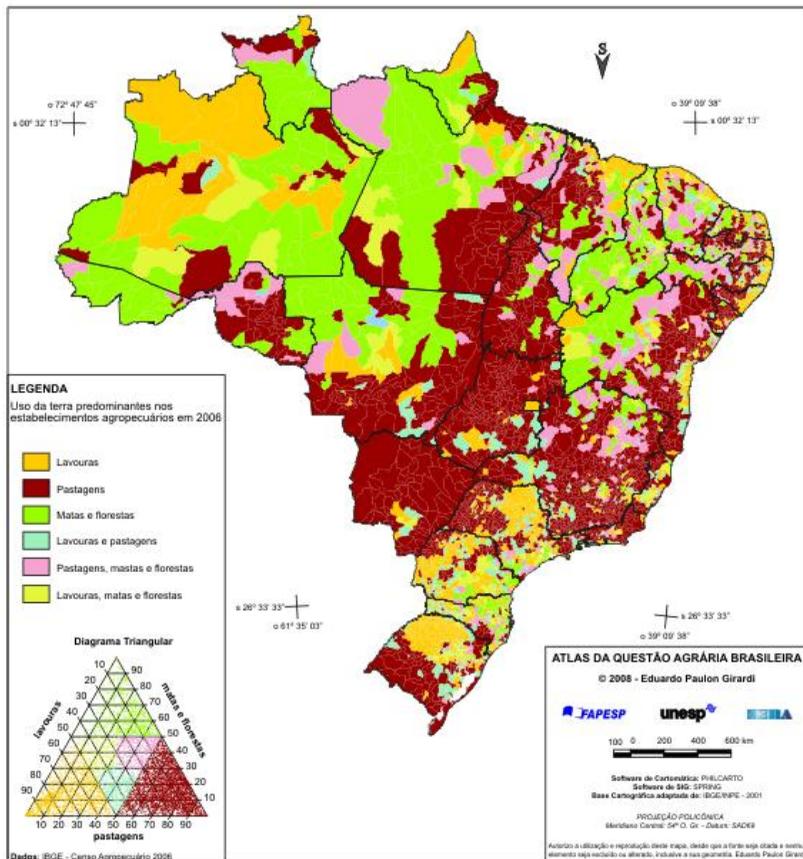
Na emersão do *Quarto Ciclo Longo*, no contexto da grande crise do Petróleo, ocorre o reordenamento dos *pactos de poder* pelo interior do Brasil, chamando o *Lado Interno da Terceira Dualidade* a se reestruturar com vistas a expulsar definitivamente os resquícios feudais da economia brasileira.

A demanda internacional por alimentos e o aumento dos custos nos transportes favorecem os setores ligados às exportações, compactuam com o governo em suas estratégias de sustentação de *superávits* e chamam o sistema produtivo a um impactante aumento de

escala.

E, considerando a potencialidade das terras brasileiras (Mapa 3), temos uma verdadeira corrida por terras para cultivo sob os moldes produtivistas.

Mapa 3 – Uso da terra (predominância) no Brasil e Mato Grosso do Sul – 2006

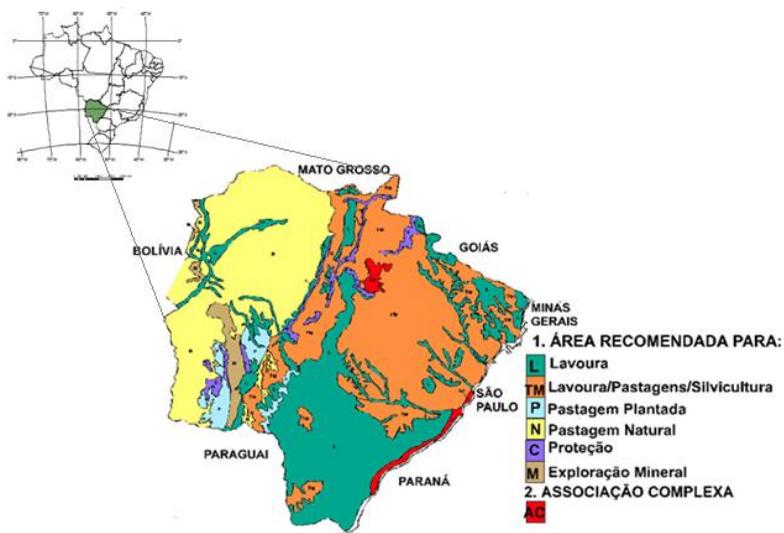


(Fonte: GIRARDI, 2008)

O Mato Grosso do Sul, por sua vez, também corresponde de

imediatamente a esse movimento, dadas as suas potencialidades físico-naturais (Mapa 4) e da sua já estruturada *indústria pecuária*.

Mapa 4 – Potencialidade do uso do solo no MS

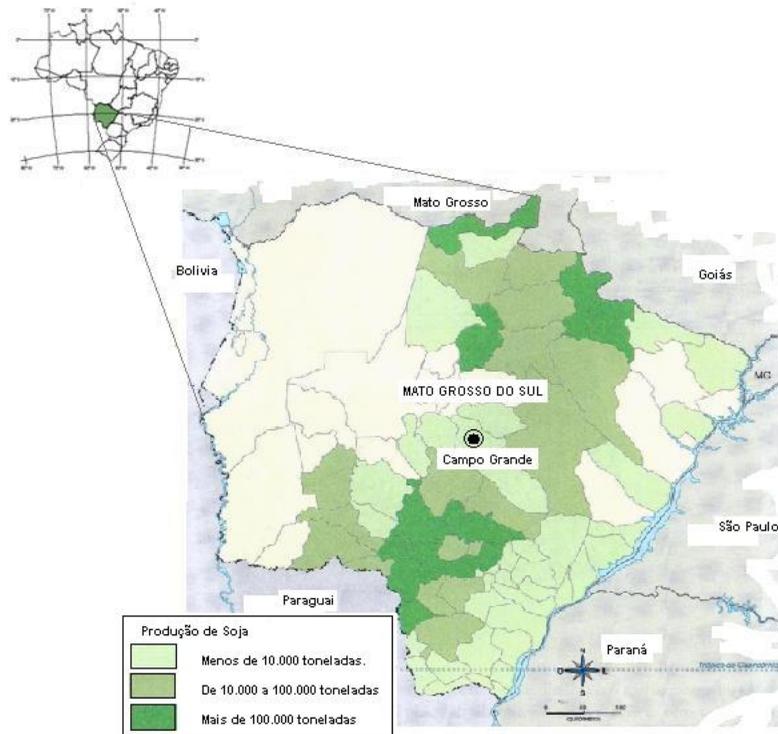


(Fonte: IBGE,2006)

A opção pelas culturas de soja e milho no Mato Grosso do Sul se deve principalmente à adaptação desses gêneros à abundância dos solos do tipo *Latosolo*, bem como à garantia de mercado decorrente do aumento da demanda internacional com vistas à produção de óleo vegetal e ração animal.

No sentido Sul-Norte ocorre uma impactante expansão dessas culturas, com destaque para os municípios da Grande Dourados e à Nordeste de Campo Grande, em direção às divisas com o Mato Grosso e Goiás. (Mapa 5)

Mapa 5 – Expansão da cultura de soja no MS



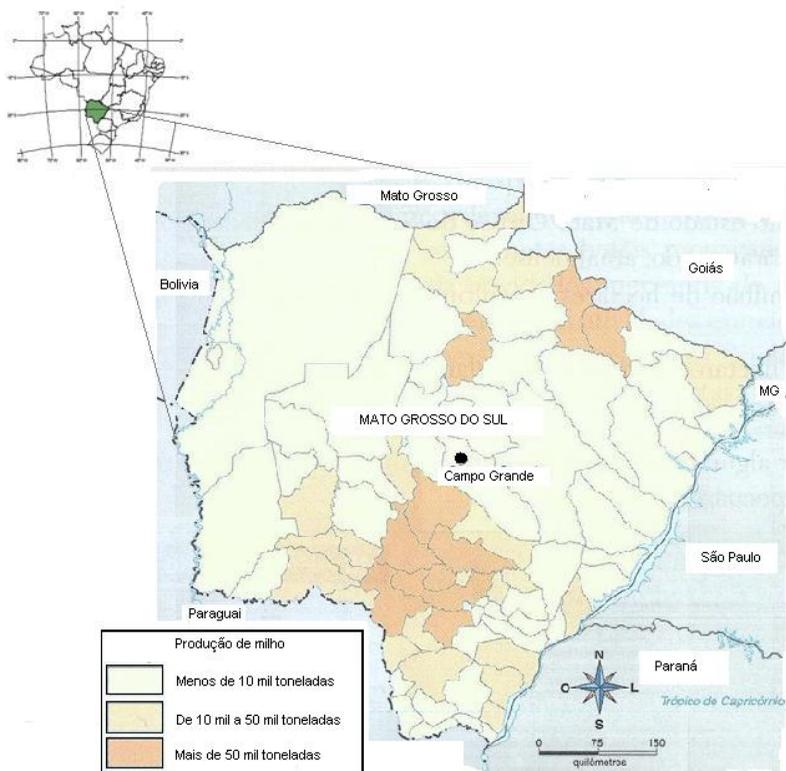
(Fonte: Uniderp, 2009)

Cabe lembrar que a produção de soja no Brasil teve sua origem no Rio Grande do Sul, no início do século XX, sendo que até a década de 30, do mesmo século, serviria apenas como forragem animal.

Sua efetiva expansão como cultura de escala só ocorreu nos anos 70 após a ampliação de investimentos visando à produção de óleo refinado e grãos e farelo para ração animal.

A *formação gaúcha* mais uma vez imporia o “novo” ao território Sul-mato-grossense, num movimento impactante em direção ao Norte e Nordeste do país.

Mapa 6 – Expansão da cultura de milho no MS



(Fonte: Uniderp,2009)

Já com relação ao aumento da escala de produção de milho no Brasil esta tem acompanhado à demanda da indústria de nutrição animal.

Segundo o IBGE, em 1978 a produção nacional de milho era de cerca de 15 milhões de toneladas/ano, enquanto que a produção de aves e de suínos era de aproximadamente um milhão de toneladas/ano. Em 2001, a produção nacional de milho chegou a 42 milhões de toneladas/ano, enquanto que a produção de aves chegou a seis milhões de toneladas/ano e a de suínos chegou a dois milhões de toneladas/ano.

Desta forma, a tendência de crescimento da produção tanto de soja quanto de milho acompanha o crescimento da produção de frangos e suínos no país, em função do milho ser o ingrediente principal na composição das rações para esses animais.

Conforme destaca Bertholi (2006:129), a expansão da soja pelo Mato Grosso do Sul,

(...) tem contribuído para o processo de rearranjo da Divisão Territorial do Trabalho, dando mais intensidade ao processo de acumulação e reprodução do capital na região.

A implantação de agroindústrias da soja em Mato Grosso do Sul está inserida no contexto da Divisão Internacional do Trabalho (plantas esmagadoras refletem o comportamento do circuito produtivo da soja em escala mundial, refletindo a posição do Brasil como produtor e exportador de farelo e óleo de soja e frágil exportador de grãos).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDCI), de 2009 para 2010 houve um incremento de mais de cinquenta *por cento* nos valores negociados do estado com o exterior.

Destaque para a soja em grãos e a carne congelada, produtos que, sozinhos compuseram mais de trinta *por cento* do lucro obtido pelo Mato Grosso do Sul no comércio internacional.

Prova contundente da relação intensa entre a economia estadual e mercado externo.

Não obstante, a atividade pecuária mantém seu *lugar* dentro do estado, mesmo com o avanço e apelo por culturas, por ora, mais rentáveis. (Tabela 4)

Tabela 4 – Ocupação e uso da terra no Mato Grosso do Sul – 2006.

Atividade Econômica	Estabelecimentos	Área (em hectares)	%
Agricultura	15.330	4.384.696	14,59
Pecuária	48.605	25.302.176	84,18
Silvicultura	774	320.405	1,07
Pesca	30	5.399	0,02
Aquicultura	123	44.272	0,15

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário -2006

Conforme dados da tabela, a *funcionalidade* da terra mostra a imponência da pecuária dentro do Mato Grosso do Sul. Mesmo com o avanço das áreas de plantio de soja e cana-de-açúcar e eucalipto nestes últimos anos, mantém-se como a principal destinação de *uso* no estado.

4.2. NOVOS OBJETOS, OS FRIGORÍFICOS E A RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL NA PECUARIZAÇÃO.

A reorientação dos fluxos por ocasião da chegada da *rede* ferroviária além de, como dito, arrefecer as relações via *rede* fluvial, concretizou a vocação *pecuarista* da economia regional, projetando a atividade no cenário nacional e internacional, primeiro com vistas à produção de charque, depois como abastecedora das invernadas paulistas e abate nos frigoríficos recém-instalados.

A chegada dos frigoríficos, neste caso, chamou ao aumento da produtividade do setor no Sul do Mato Grosso, engrenando o processo de modernização das atividades de cria, recria e engorda.

Como destaca Espíndola (2002:35),

Na segunda década do século XX chegam os frigoríficos no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, possibilitando ainda mais a valorização destas áreas de criação e engorda. Isso ocorreu graças ao incremento do mercado mundial de carnes, além é claro do potencial de exploração da produção brasileira, efetivamente estabelecida. (ESPÍNDOLA, 2002:35)

Continua o autor, evidenciando esse marco do setor agroindustrial brasileiro, a saber,

Entre 1919 e 1929 foram instalados *doze* grandes frigoríficos no Brasil, sendo que *seis* eram de capitais nacionais (Cia. Frigorífica e Pastoril de Barretos, Cia. Frigorífica de Pelotas, Cia. Frigorífica de Santos, Cia. Pecuária e Frigorífica do Brasil – Barbacena, Frigorífico Matarazzo – Paraná e Frigorífico Bianco – Cruzeiro/SP.), *quatro* de capitais americanos (Wilson Co., Armour do Brasil em Livramento/RS, Swift do

Brasil e Armour do Brasil em São Paulo) e *dois* de capital inglês (Anglo e Mendes). (ESPÍNDOLA, 2002:36)

O envolvimento dos países nas grandes guerras mundiais significou um aumento da demanda por alimentos no mercado mundial. O setor de *frigorificação* recém-instalado no Brasil atende de imediato a esse chamamento, forçando, por conseguinte, o reforço do setor de produção na *porteira para dentro*.

Não obstante, ocorre a intensificação das relações do setor produtivo do Sul do Mato Grosso com o sistema de industrialização e comercialização de carnes, como nova configuração da *Divisão Territorial do Trabalho* em múltiplas escalas geográficas.

O despontamento da região do Brasil Central Pecuário chamou a economia regional a inovações em processo, tendo *verticalização* como um dos seus traços característicos.

Doravante, o Mato Grosso do Sul assiste à expansão das áreas de engorda, a partir da década de 1970.

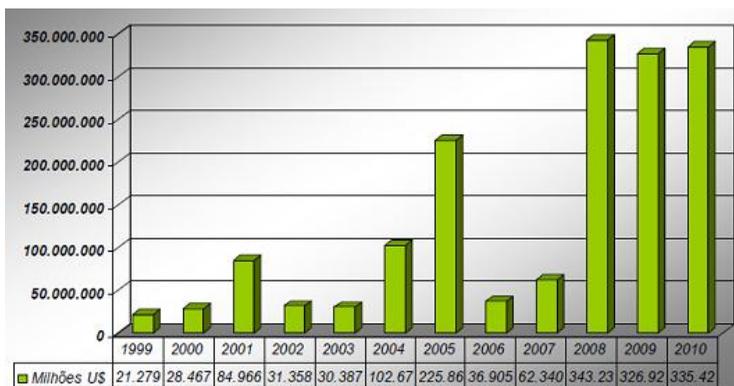
Cabe salientar que, até a década de 1960 o rebanho mato-grossense era criado e recriado em território estadual enquanto que a fase de engorda era complementada nas invernadas do interior de São Paulo, sobretudo.

Logo em seguida às destilarias e frigoríficos vieram as agroindústrias, sobretudo as esmagadoras de soja que atendiam de pronto à expansão do mercado de ração animal em plena vitalidade.⁵⁸

Essa realidade trouxe a indústria da carne para próximo da *indústria pastoril*, significando o fechamento do *ciclo capitalista de produção* deste setor em Mato Grosso do Sul.

⁵⁸ As políticas cambiais com adoção de reajustes quase diários indexados à inflação favoreceu os setores ligados às exportações.

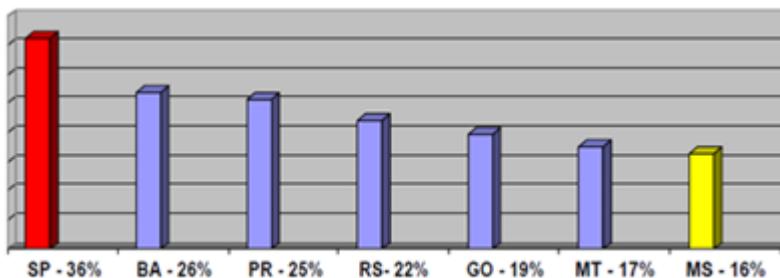
Gráfico 1 – Incremento das exportações do setor frigorífico do MS – 1999-2010.



(Fonte: MDIC, 2010 *Apud* GALERA, 2011:69)

Esse incremento garantiu a participação do estado na concorrência do mercado de carnes, permitindo a manutenção de bons índices de abate.

Gráfico 2 – Taxas de abate – *ranking* dos estados brasileiros.



(Fonte: FNP Consultoria, 2003 *apud* BERTHOLI, 2006:141)

O setor de frigorificagem se acomodou de forma estratégica à cavado das principais vias de acesso, primeiro da RFFSA, depois das rodovias que ligam o estado aos grandes centros nacionais.

Mapa 7 – Frigoríficos instalados no Mato Grosso do Sul (SIF) – 2010



(Fonte: GALERA, 2011:61)

Essas unidades industriais são inspecionadas pelo Serviço de Inspeção estadual – SIE/IAGRO ou pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF/DFA/MS, numa proporção de 2,2% por 97,8%, respectivamente, conforme os dados organizados por Galera (2011:61).

Embora, nos últimos anos, o setor de *frigorificação* tenha se expandido pelo Mato Grosso do Sul, ainda vemos a centralidade das plantas do Oeste paulista exercer influência na produção de bovinos da região da divisa entre MS e SP.

Segundo dados do IBGE (2000), na pecuária de corte brasileira, nos setores de cria e recria de bovinos, acham-se envolvidos 78% dos pecuaristas do país, que detêm 55% do total do rebanho nacional.

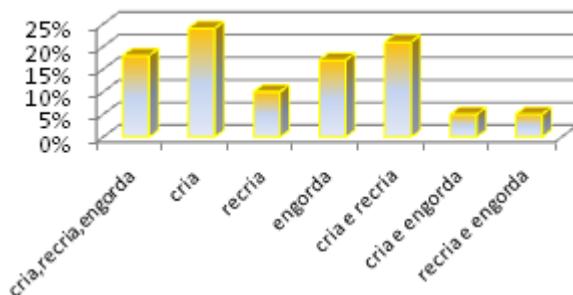
Deve-se salientar que, nestes números estão incluídos também os produtores que efetuam a cria e a recria conjuntamente.

Entretanto, estão fora os produtores que efetuam a cria e a engorda conjuntamente, a recria/engorda e a cria/recria/engorda.

Essa configuração conduz a expansão do setor de frigorificação, uma vez que o uso de tecnologia está diretamente relacionado com a etapa de produção, em proporção geométrica de produtividade.

Portanto, as plantas voltadas para o mercado local/regional/nacional tendem a apresentar menores investimentos em tecnologia, comercializando gado de qualidade inferior se comparado àquele comercializado pelos frigoríficos voltados para o mercado internacional.

GRAFICO 3 - Etapas da produção da pecuária bovina no Brasil – 2010.



(Fonte: FAERJ: SEBRAE-RJ, 2010:36 organizado pelo autor)

Segundo Lazzarinni Neto (2000, p. 90) são tomadas três explorações distintas no sistema produtivo: cria exclusiva, recria exclusiva e cria e recria integrada.

Ainda segundo o autor “o sistema de produção considerado envolve a alimentação unicamente em pastagens, com vedação destas no período seco, em que se prevê o fornecimento de sal mineral enriquecido”.

Embora seja uma atividade aparentemente fácil, a pecuária de corte abrange vários problemas como qualquer outra atividade econômica. Enfim, o que se pode observar neste aspecto é que havendo um controle de prevenção de tais problemas, é possível torná-la uma atividade muito lucrativa.

Para tanto, é preciso que o pecuarista acompanhe de perto o andamento da produção, na tentativa de corrigir eventuais desvios, em relação aos padrões da produtividade de seu rebanho.

Quando se fala em melhorar a produtividade na fazenda, pensa-se de imediato em um inevitável aumento das despesas. Acredita-se então que as coisas não ocorrem associadas necessariamente dessa forma e nem é esse o ângulo pelo qual os negócios do pecuarista devem ser vistos. Segundo Lazzarinni Neto (2000, p. 11) “antes de tudo, importa ter em mente que o produtor, com a sua atividade pecuária tem em vista a obtenção de maior lucro e que a entrada de novas tecnologias – para se conseguir maior produtividade – na fazenda deve ser orientada unicamente na direção desse objetivo, ou seja, o de “lucrar mais”.

Segundo Folz (2002, p. 92), a fase de cria na atividade pecuária bovina está tradicionalmente em vigor no país, apresentando baixa fertilidade, é tardio, produz bezerros leves, tem baixa capacidade de fazer seleção, baixo índice de desfrute do rebanho. Todos esses aspectos resultam numa baixa rentabilidade ao produtor.

Quanto a recria, trata-se de uma fase do desenvolvimento do bovino em que este apresenta maior ímpeto de crescimento corporal. Compreendida entre a *desmama* e o início da engorda. É a fase caracterizada pela grande formação de massa muscular e o desenvolvimento da estrutura óssea. Ao final desta fase, o bovino estará com o esqueleto totalmente formado e seu tamanho corporal estará definido.

Para se obter sucesso nos resultados finais dessa fase, a alimentação é essencialmente importante e deve ser tratada com muito cuidado para que o animal não ultrapasse as medidas da formação considerada ideal.

Segundo Mello (2002, p. 117), os bovinos na fase de recria apresentam uma maior necessidade de proteína na dieta, porém suas exigências de energia são mais reduzidas do que na fase de engorda. Por este motivo, apresentam uma conversão alimentar melhor, o que resulta em ganho de peso a baixo custo e torna esta fase a mais rentável do ciclo pecuário (cria-recria-engorda).

O que o autor afirma, nesse caso, é que os bovinos em recria, possuindo uma necessidade de proteína mais elevada, uma necessidade de energia mais baixa em comparação com a fase de engorda e uma alimentação a base de volumoso (pasto) podem, por exemplo, utilizando tão somente um suplemento protéico (sal proteinado), satisfazer suas exigências protéicas e aumentar o ganho de peso individual, sem aumentar drasticamente os custos.

Já, a fase da engorda é a fase de maior eficiência de ganho de peso e desenvolvimento do animal, quando este apresenta o seu maior ímpeto de crescimento. Esse período ocorre após a formação do esqueleto e da musculatura e compreende o período que vai do final da fase de recria até o abate.

Segundo Sewell (2002, p. 135), esta fase de engorda é dividida em duas fases: a fase de engorda propriamente dita, onde os animais estão ganhando peso devido à deposição de tecido muscular e a fase de terminação ou acabamento, onde os animais diminuem o ritmo de deposição de carne e passam a depositar gordura, promovendo o acabamento da carcaça. Nesse caso, a alimentação tem grande influência e deve ser ministrada com cuidado para não causar autos custos ao pecuarista e baixos resultados na fase de engorda. Na fase de engorda, o grau máximo possível de intensificação é o confinamento.

Existem medidas intermediárias de intensificação, como a engorda a pasto, contudo nenhuma dessas medidas apresenta o mesmo impacto de permitir uma utilização tão intensiva de terra como o confinamento.

Como alternativa, para manter a renda da atividade, muitos pecuaristas reduziram gradativamente seu estoque de bovinos, ano após ano, adiantando receitas para obter os recursos suficientes para garantir seu padrão de vida. Isso decorreu da estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real criou novas relações entre os preços da carne bovina e os insumos de sua produção, resultando em um quadro de baixa rentabilidade para o setor.

Segundo Burgi (2002, p. 150), o período de recria foi reduzido e os internistas passaram a enviar para abate bois cada vez mais leves e mais novos. Se no início da década de 90, a idade média de abate no

Brasil estava entre 4,0 e 5,0 anos, hoje ela caiu para algo entre 3,0 e 3,5 anos.

A redução na idade de abate, a primeira vista, parece um mérito dos produtores, mas fica claro que é apenas uma solução óbvia e natural, que, a par de explorar melhor a fase mais eficiente de ganho de peso dos bovinos, permite aumentar o giro do capital envolvido no sistema de produção.

Pesquisas feitas sobre a rentabilidade da pecuária, em suas fases de produção apresentam resultados favoráveis a recria. Entretanto, esses resultados positivos exigem a participação do gerenciamento à frente do negócio, pois a compra e venda do gado, na recria, é constante, processando-se praticamente no dia-a-dia. Para confirmar tal afirmação, Lazzarini Neto (2000, p. 16) acrescenta que, “na recria, o giro do capital é muito rápido, compra-se e vende-se, constantemente, sempre procurando o melhor negócio”.

Sob esse aspecto, salienta-se que a recria acaba por ser uma atividade mais arriscada, muito suscetível à variação dos preços no mercado de reposição. Para reduzir a incerteza na comercialização, a associação da cria com a recria pode ser uma composição interessante, por vários motivos, como o custo de aquisição dos bezerros tenderá a encarecer, devido a fatores ligados à demanda (oferta e procura); os animais *crioulos* tendem a ter uma genética mais apurada, porque possibilita a adoção do cruzamento industrial; e por ser especialmente indicada para aqueles que não têm tempo para se dedicarem integralmente à atividade pecuária.

Outros aspectos que levam a obtenção de melhores resultados econômicos referem-se ao local da fazenda, a concentração e abundância de água na região, a aptidão dos solos, dentre outros.

Como se sabe os fatores que têm influencia na produtividade de qualquer cultura podem ser tanto de ordem físico-naturais, a exemplo do clima, natureza geológica, o solo, etc., e os sócio-econômicos, que são o capital, o mercado, os transportes, a mão-de-obra, etc.

Conforme Folz (2002, p. 16) “a compreensão por parte dos pecuaristas destes fatores que afetam a atividade pecuária permitirá identificar os problemas de cada propriedade e facilitará muito na busca por melhores soluções técnicas e administrativas”.

Assim, os fatores localizacionais das fazendas traduzem, grosso modo, o potencial de valor da produção animal, no caso da pecuária bovina.

Fase de acabamento, a engorda representa a síntese de todos os esforços desenvolvidos nas diferentes etapas do processo produtivo da

pecuária de corte. É quando o resultado final, em que o animal está pronto para o abate, alcança sucessivamente a indústria frigorífica, a distribuição e o consumo, ou seja, a fase pós-porteira da cadeia de carne bovina.

Especialmente nessa etapa, a tarefa da produção de carne deve somar-se a exigência da qualidade do produto. E para que toda a cadeia possa atender bem ao consumidor é vital que a engorda e sua interface, a fase pós-porteira, se mostrem muito bem coordenadas.

Nunca é demais ressaltar a importância da questão da qualidade. É fundamental que ela permeie toda a cadeia da carne bovina, desde o setor de insumos até o consumidor final. Esse é o ponto-chave que levará a carne bovina a ampliar as suas barreiras competitivas junto aos seus principais concorrentes.

No contexto do processo produtivo da pecuária, Lazzarini Neto (2000, p. 15) afirma que “a engorda compreende a fase que se inicia com a aquisição de bezerros ou garrotes e culmina com a sua venda como novilhos terminados, prontos para o abate”.

O que antes de tudo deve ser levado em conta é que o que impossibilita uma engorda eficiente são as más condições de manejo, tão freqüentes em nossa pecuária.

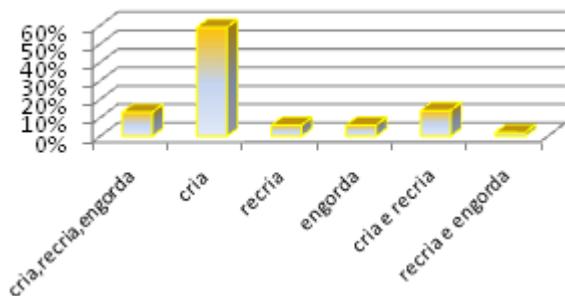
Do ponto de vista econômico, a engorda constitui efetivamente uma atividade interessante economicamente. Entretanto, há outros aspectos a considerar, e neste contexto Lazzarini Neto (2000, p. 17) evidencia que mediante a associação da engorda com a recria, os lucros podem ser potencializados, e, com a associação das três fases de produção, pode haver redução da lucratividade, porque, para tanto, é necessário suportar um grande número de cabeças na fazenda e o giro do capital é mais reduzido.

Contudo, essa associação de ponta a ponta é interessante, quando o pecuarista deseja engordar e abater animais de qualidade, como aqueles oriundos de cruzamento industrial.

No Brasil, a cria é desenvolvida predominantemente por pequenos e médios pecuaristas. Normalmente explora-se a cria em terras de baixa fertilidade, sob o conceito de que “a vaca pare bezerro em qualquer qualidade de terra”.

No Mato Grosso do Sul os últimos vinte anos marcaram a expansão das práticas intensivas e semi-intensivas, além da tendência à verticalização das etapas, embora ainda prevaleça a fase de cria. (Gráfico 4) de produção pecuária em Mato Grosso do Sul.

Gráfico 4 – Etapas da produção de bovinos, MS.



(Fonte: AFLUD Jr, 2002 organizado pelo autor)

Destaque para as fazendas nos municípios da macro-formação do *Planalto-Sul*, como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas que passaram a centralizar as etapas de cria, recria e engorda, combinando o uso de pastagens naturais e artificiais.

Na macro-formação *Pantanal*, dada a condição natural, ainda prevalecem as práticas do sistema extensivo, com o uso de grandes extensões de terras em boas pastagens favorecidas pelo regime pluviométrico e predominância da etapa de cria.

4.3. NOVOS PACTOS DE PODER, A DIVISÃO DO ESTADO.

Outra consequência da chegada dos trilhos foi a expansão das idéias *divisionistas*, primeiro por causa dos novos conflitos fundiários causados pelas desapropriações e segundo por causa da disseminação da comunicação via férrea, fazendo alastrar a idéia da necessidade de separação da parte Sul, notadamente mais dinâmica naquele momento histórico.

Com o despontamento dos principais grupos de Interesse, tem-se a arrumação espacial da produção e concomitantemente, a ascensão da pecuária e a crise da economia ervateira.

Inicia-se aí um processo de hierarquização sócio-econômica que conduz Campo Grande ao *status* de centro Regional.

Esse dinamismo implementado pela chegada da ferrovia, além dos seus departamentos administrativos, do comando militar e do poder judiciário, incrementam as idéias em defesa da divisão do estado

do Mato Grosso, uma vez que a parte sul passa a apresentar melhores índices arrecadatários se comparada com a parte norte, decadente e permeada por inúmeras crises financeiras e políticas.

Novos ares sopram pelos pastos Sul-mato-grossense e a sociedade assimila com vaidade a perspectiva da criação de um novo estado, impulsionada pela modernidade emergente dos grandes centros industrializantes da *Terceira Dualidade brasileira*.

Essas inversões, diretamente associadas à implantação deste novo objeto geográfico, nos ajudam a compreender importantes transformações que implementaram novos ritmos à formação social e econômica em âmbito regional, sobretudo entre 1914 e 1980 (fim da concessão da Rede Ferroviária Federal S/A).

O fator *localizacional* sempre endossou o dinamismo do Sul do Mato Grosso.

Primeiro com os *Varadouros* que acessavam as áreas de mineração, depois com Corumbá na fronteira *pantaneira* e depois com Campo Grande, Dourados e Três Lagoas que passaram a compor uma tríade de *nós*, após a chegada da *rede* ferroviária.

O Estado por sua vez, reconhecia este dinamismo, uma vez que,

A região Sul do estado apresenta excepcionais condições de desenvolvimento a curto prazo, em decorrência de vantagens de localização, integrada aos corredores de exportações da área de São Paulo, e de suas potencialidades, em especial no setor agropecuário. (IBGE, 1979:159)

Segundo o próprio IBGE, no final da década de 1970 a região Sul já contribuía com cerca de setenta e quatro *por cento* de toda a arrecadação do estado do Mato Grosso.

Seguiam-se incentivos capitaneados pelo sistema financeiro, dentre eles a isenção de impostos e a suspensão tarifária para a importação de máquinas e equipamentos.

O espaço regional refletia estas importantes transformações, conforme destacou Bertholi (2006:122),

No contexto da organização intra-regional das forças produtivas percebia-se a acentuação do processo de diferenciação de ritmos de desenvolvimento. O capital é posto quase em ociosidade, e ainda, considerando a tendência

"natural" do capital comercial em desembocar no processo de industrialização, tornou-se potencialmente um dos motores da industrialização Sul-mato-grossense, ainda tímida mas com potencial, especificamente na região das adjacências da Serra de Maracaju.⁵⁹

A chegada dos investimentos, sobretudo de origem no Sudeste, como dito, também possibilitou o surgimento das primeiras indústrias, voltadas num primeiro momento para o atendimento da demanda por alimentos e bens não-duráveis, do mercado regional em expansão.

A estruturação administrativa do estado legitimou os pactos de poder entre as elites regionais, traduzindo em incentivos também às classes dos industriais.

Essa realidade,

(...) incitava os comerciantes locais e pequenos investidores desalojados da possibilidade de investimentos no Sudeste e Sul, fazendo-os investir numa pequena "industrialização substituidora de importações" no estado, abrindo assim a primeira fase da industrialização de Mato Grosso do Sul. (OLIVEIRA, 1993).

Conquistada a acumulação do capital em escala regional criam-se os fluxos entre a classe dos comerciantes, os produtores de soja e os criadores de gado.

O que se notou foi o surgimento de um "arquipélago" de pequenas e médias indústrias voltadas à demanda do mercado externo, sobretudo destilarias de álcool e frigoríficos de capital nacional.⁶⁰

A nova configuração econômica do estado não sustentava o processo de acumulação regional, levando à conclusão, por parte do empresariado e do governo, da necessidade premente de fixação de renda.⁶¹

⁵⁹ Entende-se aqui que a linha N-SE, Serra de Maracaju-Bodoquena constitui um limite entre os estágios de desenvolvimento das forças produtivas Sul-mato-grossense. Elas diferenciam os ritmos de desenvolvimento a partir das *vias* de chegada do Modo de Produção Capitalista. Uma mais conservadora no Pantanal e outra mais democrática no Sul e Planalto. (BERTHOLI, 2006:91)

⁶⁰ Tal redirecionamento para o mercado externo foi a cara que modelou a industrialização de Mato Grosso do Sul, sendo que o número de indústrias oscilou entre pouco mais de 670 plantas em 1970 e 832 em 1979.

⁶¹ Em 1983 a FIEMS protocolou ajuda ao governo do estado e em março de 1984 surge a primeira lei de incentivos à industrialização de Mato Grosso do Sul: a Lei 440, que criou o

Trata-se de um fato marcante para a arrumação dos interesses dos grupos de poder, em plena articulação após a criação de um estado notadamente com mais autonomia política.

Outras características positivas marcavam a estrutura do novo estado, a saber, uma população rarefeita com importante mercado regional conectado com as principais *redes* de abastecimento; uma produção agropecuária moderna, dinâmica, com produção de excedentes; ampliação da demanda graças à expansão do mercado internacional de produtos agroindustriais; a acumulação de capital para investimento, nas mãos dos comerciantes locais; a vontade política do governo;

Paradoxalmente, a desenvolvimento econômico não era acompanhado de perto pelos investimentos em infraestrutura de escoamento, acarretando um estrangulamento do sistema de transportes.

Anunciada a chegada da “fase b” do *Quarto Ciclo Longo* o mundo assiste as economias centrais a reduzirem drasticamente suas taxas de crescimento por ocasião da grande crise do petróleo.

Trata-se de uma crise conjuntural do modelo *fordista*, com respingos importantes na organização do *Estado de bem estar social*.

Paradoxalmente, como característica do comportamento *desigual e combinado*, comum ao modo de produção capitalista, ocorre a estruturação de um mundo em *rede*, sobretudo pela fluidez do capital financeiro internacional. Destaque para os impactos nos sistemas de transportes e comunicação.

O que se nota, neste sentido, é a atuação cada vez mais agressiva dos grandes grupos multinacionais e a formação de grandes circuitos organizacionais.

Na escala nacional estes influxos acarretam mudanças estruturais da política econômica, acostumada com o modelo de “substituição de importações”. Desta feita, o grave endividamento externo força a economia nacional a voltar-se para o mercado externo, com vistas a satisfazer os interesses dos credores, através do fornecimento de produtos *primários*.

Segue um estrangulamento do setor produtivo graças à elevação da carga de impostos e o aumento das taxas de juros, numa tentativa de conter a desvalorização cambial e controlar a inflação.

Como resposta o empresariado brasileiro cria estratégias para dar sustentar a marcha da industrialização substitutiva de importações, resistindo aos sucessivos *déficits* da balança comercial.

Gerada na fase b do *Terceiro Ciclo Longo*, da fusão entre a dissidência progressista da classe dos comerciantes e os latifundiários, significou a consolidação da classe dos capitalistas industriais que desde sua gênese dava indícios de dinamicidade e autonomia.

Doravante, o movimento de substituição de importações, diferentemente dos períodos anteriores, não foi interrompido com o advento da fase expansiva do *Quarto Ciclo Longo*.

Isso se deve ao fato, segundo Rangel (1985:21) de que a retomada de crescimento das economias centrais tenha se constituído numa articulação de escala reduzida, entre as próprias economias desenvolvidas. Isso significou uma marginalização das economias periféricas no período de retomada de crescimento e reestabelecimento das relações da divisão internacional do trabalho.

Como o Brasil não era fornecedor de petróleo para a DIT o que ocorre é uma continuação do modelo gerado na fase anterior (*fase b* do *Terceiro Ciclo Longo*), portanto uma continuidade da marcha de industrialização substitutiva de importações, como dito.

Nota-se que na entrada do período recessivo internacional o mecanismo de substituição de importações do Brasil coloca *pari passu* os setores da indústria e da agricultura.

Direciona o setor agrícola para cumprir a pauta de exportações com vistas à aquisição de máquinas e equipamentos importados para atender a expansão do setor industrial.

Com os impactos nos setores de transportes e comunicação o *novo mundo em redes* passa a privilegiar os espaços mais conectados das grandes cidades mundiais, com a instauração definitiva do modelo urbano-industrial.

Diante do dinamismo do setor industrial, o governo, na obrigação por garantir as condições básicas de infraestrutura recorre ao “dinheiro caro” disponibilizado, sobretudo, pelos Estados Unidos e Alemanha Ocidental.⁶²

Portanto, o pacto de poder atende às exigências da Divisão Internacional do Trabalho, com o fornecimento de produtos *primários* e responde aos anseios da Divisão Nacional do Trabalho, em plena eferescência industrializante.

O emprego destes financiamentos garantiram vultosos

⁶² Nota-se que a dívida externa brasileira cresceu de 17,1 bilhões de dólares, em 1970 para 49,9 bilhões de dólares em 1979. O grosso deste capital foi utilizado para importar máquinas e equipamentos, produtos químicos, fertilizantes, plásticos, borracha e papel. A grande importação ocorrida de 1968 a 1974 retrata a explosão industrial proveniente do período conhecido por "Milagre Brasileiro".

investimentos em *redes* de energia, estradas, distribuição de combustíveis e telecomunicações.

Em síntese, o endividamento externo garantiu os interesses das classes dominantes, acomodaram as pressões sobre os governos autoritários, mas contribuíram, sobretudo, para a solidificação da indústria nacional.⁶³

Na conjuntura da crise do petróleo é que nasce o Mato Grosso do Sul, ou seja, tendo sua estrutura produtiva voltada principalmente para atendimento das demandas internacionais, conforme direcionamento das políticas públicas.⁶⁴

A crise energética chama à economia nacional para a expansão da cultura do álcool, que, juntamente com a expansão das culturas de soja e milho (principalmente) encabeçava a pauta de prioridades da produção agrícola nacional.

Os anos que seguiram à criação do Mato Grosso do Sul temos a efetivação de dois setores que regem o modo de produção capitalista nas três macro-formações (*Pantanal, Planalto e Sul*), o de cultivo e criação e o da indústria de *frigorificação* e beneficiamento de soja.

⁶³ Não obstante, embora o endividamento tenha sustentado um aumento das exportações brasileiras, uma parcela cada vez maior da receita (proveniente das exportações) se voltou para cobrir prestações, serviços e juros da dívida. Em 1980, 61% da receita das exportações serviu para cobrir gastos com a dívida. (MAMIGONIAN, 1986)

⁶⁴ Criado por Lei Federal, no Governo Ernesto Geisel, em 11 de outubro de 1977.

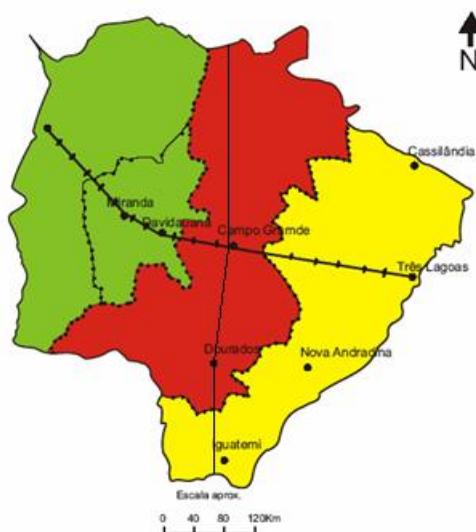
CAPITULO 5: AS COMBINAÇÕES SUL-MATO-GROSSEENSES.

“(…) mas o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo”

(MILTON SANTOS, 1999)

Para sintetizar a combinação entre as macro-formações Sul-mato-grossenses, temos três grandes conjuntos que traduzem a articulação histórico-geográfica da *espaciologia* estadual.

Figura 17 - Pantanal-demarcado, faixa de amortecimento e planalto-dinâmico.



- Áreas sensíveis aos influxos da Divisão do Trabalho - respondem direta e dinamicamente aos chamamentos do mercado capitalista.
- Área de Transição (Amortecimento) - diversificam a produção, respondem até certo ponto ao chamamento do mercado mas mantêm certo conservadorismo atrelado ao discurso ambiental e o turismo ecológico
- Áreas conservadoras que sustentam a pecuária extensiva e resistem à expansão das culturas comerciais, atrelando a estrutura latifundiária ao discurso preservacionista do Bioma Pantanal.

(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

A partir desta perspectiva o autor complementa,

(...) quando a Serra de Maracaju, na região da Bodoquena, recebeu grande contingente de agricultores sulistas, especialmente paranaenses e gaúchos, atraídos pelo solo favorável à exploração agrícola. Esses agricultores passaram a exercer a atividade pecuária em terras de menor aptidão, dando início ao cultivo da pecuária intensiva. A forma extensiva ocupou os campos cerrados dessa mesma área, que passaram a receber gado do Pantanal para engorda. (p.150)

Importante ressaltar que o agronegócio no Brasil vem sofrendo mudanças devido às inovações tecnológicas impostas ao setor agrícola, sobretudo àquelas voltadas ao aumento da produtividade em áreas desfavoráveis.

Como reposta, as atividades de todo o complexo do agronegócio, vêm se modernizando para qualificar e tornar seus produtos viáveis num mercado cada vez mais competitivo e exigente.

Para confirmar esta afirmação Folz (2002:5) reforça:

“O agronegócio brasileiro está passando por um acelerado processo de modernização em todos os seus segmentos, estimulado pela abertura de mercado que trouxe a reboque os preços internacionais aos produtos que estão na nossa pauta de exportações, inserindo e obrigando os produtos a se adequarem a uma nova realidade de custos para viabilizar a sua atividade”.(Folz, 2002:5)

Tais vertentes surgidas com a especialização, constituem-se numa complexa rede que permite a reprodução do espaço capitalista de produção por todo o estado de Mato Grosso do Sul, tendo como peculiar a combinação das áreas dinâmicas e tradicionais na organização estratégica da produção sobre os territórios.

A expansão do comércio com a ascensão de Campo Grande, Três Lagoas e Dourados permite a acumulação e a transferência de capital para o setor agroindustrial.

Dentre as principais atividades do setor agroindustrial, destacam-se esmagadoras de soja, os moinhos de trigo, os frigoríficos, as fecularias, os curtumes, as empresas de degerminação do milho, os

abatedouros, as serra-fiadeiras, as fábricas de ração, os laticínios, as graxarias, as fábricas de fertilizantes e as usinas de açúcar.

O fator localizacional sempre contribuiu para que o estado desenvolvesse um forte setor *terciário* (comércio e serviços). Porém, a pecuária mantém sua imponência, se colocando como a segunda principal fonte arrecadadora do estado (12%, segundo dados de 2008 da SEF/MS), confirmando sua estreita ligação com o desenvolvimento econômico regional.

Considerando que "o espaço é a matéria-prima trabalhada por excelência" (SANTOS, 1988), essa agroindústria, juntamente com a cultura da soja e a *pecuarização* característica da formação sócio-espacial do Mato Grosso do Sul, conduzem a fluidez do capital circulante.

A abertura do mercado estadunidense, em 1984, contribui ainda mais para a expansão das culturas de soja, milho e o setor de *frigorificação*, alavancando a produção agroindustrial.

No final da década de 1980, por ocasião da crise de crédito, o país sofre com o aumento da inflação e com a ineficiência do Estado no setor de infraestruturas, surgem gargalos no escoamento e estrangulamento dos setores produtivos.

O Estado mantém a estratégia de priorizar as exportações com vistas a obter *superávits* na balança de pagamentos.⁶⁵

Contexto ilustrado pelo diagnóstico de Rangel (1989), considerando que,

O setor privado do sistema capitalista está dotado de elevado potencial de liquidez (...). Inversamente o setor público esgotou seu potencial de liquidez (...). Esse fato atuava como forte pressão sobre as finanças do Estado, afinal sobre a moeda, provocando inflação". Como solução apresentava Rangel: "Via substituição de concessão dos serviços públicos pela concessão dos mesmos serviços a empresas privadas", dando ânimo à produtividade e baixando a inflação. O que acabou não acontecendo. (p. 153)

Atualmente, além da agroindustrialização como processo indutor

⁶⁵ Na prática, os dispositivos legais contemplaram a eliminação dos controles prévios sobre as exportações; reformava as tarifas aduaneiras visando exterminar os mecanismos de proteção existentes.

de urbanização existe o ecoturismo, em fase de estruturação, destacando-se as cidades de Bonito, Ponta Porã e Jardim.⁶⁶

Com relação ao desenvolvimento das forças produtivas Sulmato-grossenses pode-se afirmar que, assim como acontecera com outros estados fora do eixo Rio-São Paulo, não significaram a plena realização de um projeto nacional.

Menos ainda, o próprio mecanismo de divisão dos estados do MT e MS conclamou a organização dos pactos intra-regionais.

Numa clara evidência da composição peculiar dos pactos entre as elites, traço marcante da diversidade das formações sociais do interior brasileiro.

N'outra perspectiva, esse contexto pode ser traduzido da seguinte forma,

(...) voltando ao outro componente que considero central, quero dizer que há desconcentração sim, mas que ela se manifesta mais sob a forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional do que no crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços econômicos da nação. Isto significa que a trajetória da economia brasileira nos anos 80 e 90 sobredeterminou as possibilidades regionais, circunscrevendo-as, no que tinham de dinâmico, aos poucos incentivos ao incremento da atividade exportadora. O que, repito, foi determinante para a continuidade da desconcentração, E mais, foi componente de ruptura - ou ao menos de problematização - nas formas de encadeamento intra-setoriais e inter-regionais que estavam na base da história industrial do país, até 1980. Quero com isto enfatizar o fato de que o dinamismo de algumas regiões não encontrou correspondência no desempenho agregado da economia nacional. (PACHECO, 1998)

⁶⁶ Inclusive nota-se a associação do turismo com atividades tradicionais, como a pecuária, coexistindo nos espaços das fazendas. (LE BOULEGAT, 2000 op cit)

A pecuária, parte importante que é desse setor, tem demonstrado vigor, sobretudo na manutenção e conquista de novos mercados no cenário internacional.

Numa evidência de seu dinamismo como resposta à competitividade atual, que se impõe com novos mecanismos de controle, visando um ganho de qualidade do produto “carne”.

Com relação à tomada de decisões, a atividade pecuária no Brasil, tradicionalmente conservadora, aqui é entendida a partir de um referencial *neo-schumpeteriano*.⁶⁷

Nesse sentido, seu progresso enquanto atividade técnica, sensível aos processos de inovação, pode ser compreendido a partir da capacidade dos produtores em, "aprender fazendo", "aprender usando" e "aprender experimentando".

A inter-relação entre os contextos histórico-geográfico e econômico encontram na atuação da Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) um importante canal de difusão. Vem ao encontro do que chamamos *acúmulo de competências (path dependency)*.

Outras especificidades com relação a esse contexto podem ser destacada como por exemplo, o caráter conservador da etapa de produção na “porteira para dentro” (cria, cria e engorda), contrastando com uma postura mais progressista dos atores da “porteira para fora”, mais agressivos quando se refere às suas estratégias de atuação.

Destaque, nestes últimos, para os critérios de escolha do *ambiente e seleção*, onde as relações de mercado se tornam mais complexas e os custos de transação se tornam determinantes da otimização de cada etapa, além da chamada *competência central*, que define uma firma e explica porque elas diferem entre si, considerando os aspectos de especialização, integração vertical, diversificação, conglomeração, participação em redes e estratégias, o que é extensivo, mais uma vez, a toda a cadeia. (TIGRE, 1998 *apud* ESPÍNDOLA, 2002:13)

Complementa Bertholi (2006:191) que,

⁶⁷ Segundo Schumpeter o desenvolvimento é uma mudança espontânea e descontínua das condições de equilíbrio pré-determinadas pelo modelo clássico estático. Para ele é o produtor (empresário inovador) quem inicia a mudança econômica. Cabe aos consumidores serem educados por ele a demandarem coisas novas, diferentes das que habitualmente necessitavam. Ele define claramente a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, a partir desta ótica. Mais, ver: KUPFER, David. Uma abordagem neo-schumpeteriana da competitividade industrial. In: Ensaios FEE, ano 17, n.1. Porto Alegre, 1996.

Embora o emprego de novas técnicas e o uso de tecnologia avançada seja evidente na produção pecuária, o setor, assim como grande parte dos outros que compõem a estrutura produtiva nacional, ainda esbarra em problemas de infra-estrutura, que acabam por reduzir a competitividade junto ao mercado externo.

A modernização do setor avícola não conheceu seu paralelo na *bovinocultura*, porém, dada a intensificação da concorrência internacional e a iniciativa dos pecuaristas o setor obteve ganhos consideráveis em seus índices de produção e produtividade.

Entretanto, como lembra Jank (1996 *apud* ESPÍNDOLA, 2002:15),

(...) os pecuaristas, diferentemente dos produtores de frangos e de suínos, por fatores históricos, culturais e econômicos têm características próprias em relação à atividade produtiva, o que interfere numa melhor coordenação da cadeia produtiva. Além do tradicional orgulho e independência que caracterizam a personalidade da maioria dos pecuaristas de corte do Brasil, esses empresários ainda têm a seu favor a baixa perecibilidade do produto “boi a pasto”

E, com relação aos elos estabelecidos no complexo produtivo, o autor ressalta,

(...) Tal fato lhes confere uma grande autonomia de comercialização e, em consequência, um alto poder de negociação diante dos frigoríficos. No caso das aves e suínos, a situação é diametralmente oposta. Nesses setores, predominam os pequenos proprietários, a alta perecibilidade do produto da granja e o baixo poder de negociação ante a agroindústria. (ESPÍNDOLA, 2002:18)

O Brasil, como potência no fornecimento de carne bovina para o mundo tem conseguido manter altos os índices de exportação, mesmo diante das conjunturas adversas.

Isso se deve, como dito, às transformações em produtos e processos que, mesmo graduais (considerando o referido conservadorismo), têm contribuído para a expansão da atividade e para o atendimento das exigências cada vez maiores da competitividade internacional.

Mais recentemente tivemos a incorporação de uma importante inovação em processo, a saber, a *rastreabilidade*.

Esse mecanismo garante um controle de qualidade do produto diante do exigente mercado internacional e, se associada às estratégias de *marketing*, pode sustentar uma fatia importante de um mercado consumidor diferenciado. Um mercado disposto a “pagar mais” por um produto de qualidade, que associe um bom sabor a um bom aspecto.

Importante destacar que inúmeras tentativas de articulação entre os elos do complexo da pecuária no Brasil, tais como a criação das Câmaras Setoriais, do Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPIC) e o Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (FUNDEPEC).

O movimento recente de expansão do setor de *frigorificação* para o Centro-Oeste chama para uma articulação entre Estado e produtores na criação de políticas que vislumbrem a agregação de valor do produto carne. Como bons e atuais exemplos, temos o Programa de Novilho Precoce.

Doravante, a escassez de políticas setoriais no Brasil e no Centro-Oeste com vistas à agregação de valor do produto “carne”, tem-se, paradoxalmente a constatação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - (2008) demonstra que a pecuária de corte no Brasil se mantém em expansão, devendo continuar assim nos próximos anos, a uma média de crescimento na ordem de 1,4% a.a.

Conforme dados divulgado pelo IAGRO/MS (*apud* FLUD JR, 2002), na pecuária estadual há predominância de propriedades com área acima de 1000 ha e rebanho médio acima de 1000 cabeças. Isso denota o caráter de grande *indústria pastoril*, evidenciado desde os trabalhos de Nelson Werneck Sodré, no início do século XX.

Confirmando a imponente da *pecuarização* do estado tem-se o município de Corumbá com uma área de 64.960 km² e uma população de 104.000 pessoas, possui o maior rebanho municipal de bovinos do Brasil, com estimadas 1.973.275 cabeças. No panorama mundial tem tanto gado quanto a Áustria, e, se fosse um país estaria *rankeado* na 15ª posição do mundo. entre todos os países europeus.

O rebanho de Corumbá supera os rebanhos nacionais de países importantes, como Suíça, Dinamarca, Suécia, Portugal, República

Checa, Sérvia e Geórgia, para mencionar apenas os que possuem mais de um milhão de cabeças.

No Mato Grosso do Sul, dada as evidências de sua formação sócio-espacial, como demonstrado nesta pesquisa, teve e tem o setor de criação de bovinos correspondendo de imediato às demandas do mercado internacional

Prova disso são os números estáveis que a produção estadual tem apresentado com destaque para o crescimento da escala de abate e o ganho de produtividade.

De acordo com dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, no mundo, o agronegócio representa a geração de US\$ 6,5 trilhões por ano.

No Brasil, a participação do agronegócio representa 26% do PIB, com valores próximos a R\$ 350 bilhões. A bovinocultura de corte representa a maior fatia do agronegócio brasileiro, gerando faturamento de mais de R\$ 50 bilhões/ano e oferecendo cerca de 7,5 milhões de empregos.

Com o valor do comércio global de carne bovina estimado em US\$ 33 bilhões e com o crescimento das exportações brasileiras, as possibilidades abertas em mercados usualmente não atendidos pelo Brasil mostram-se apropriadas à realização de estudos mais amplos e ao levantamento das informações disponíveis sobre a cadeia de carne bovina no Brasil e sua inserção no mercado mundial. (MAPA, 2006)

Para coroar a análise centralizamos as discussões acerca do comportamento desta atividade pecuária ao longo da formação social, como um olhar sobre o seu trabalho de arrumação fina, gradativamente especializada, fruto das relações estabelecidas ao longo dos pactos de poder e dos reflexos às múltiplas determinações, dos influxos internacionais, nacionais e ambientais. Numa confluência de fatores que carimbaram uma marca peculiar no desenvolvimento desta parte do Brasil.

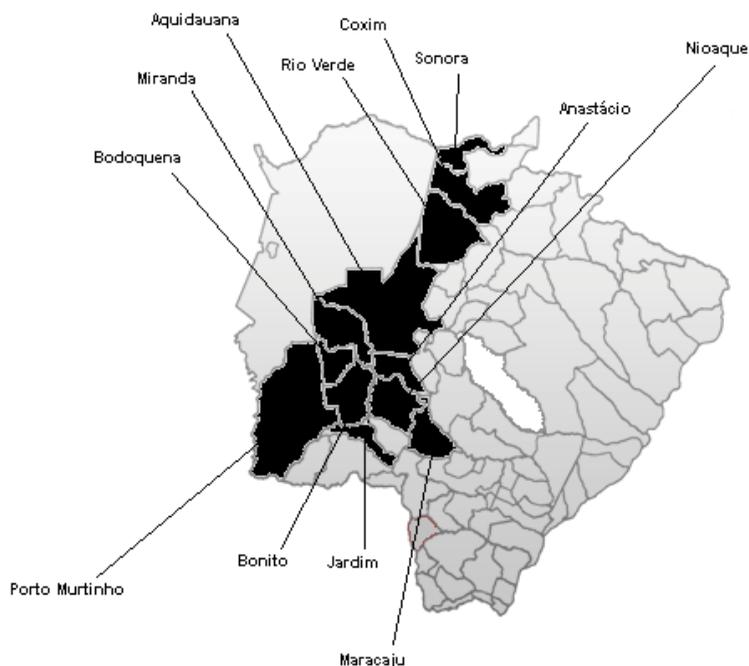
E, em destaque temos a espacialização desses estágios mostrando a importante função da Borda Leste do Pantanal, que atua como área de amortecimento frente à expansão dessas outras culturas para dentro do *Bioma*, evidenciando a tese da peculiaridade da formação regional. (Mapa 8)

Com efeito, subsidia a hipótese acerca da caracterização da pecuária e seus reflexos na ordenação espacial do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Doravante, temos no Pantanal uma resistência às pressões fundiárias (mantém a estruturação com bases na grande propriedade),

produtivistas (estabelece resistência à entrada de culturas comerciais como soja, cana-de-acúcar e eucalipto) e ambientais (admite o caráter menos impactante da criação de bovinos) como evidência dessa arrumação.

Mapa 8 – Borda Leste do Pantanal, municípios da área de *amortecimento*.



(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

5.1. PECUARIZAÇÃO PANTANEIRA E USO DURÁVEL

A problemática ambiental atual, representada pela poluição e degradação do meio ambiente, escassez e/ou má distribuição de recursos naturais, energéticos e de alimentos, vem aflorando desde as últimas décadas do século XX. Constitui-se em uma crise ambiental mundial, que pode ser tomada como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre o espaço geográfico e mesmo das oscilações no equilíbrio entre Desenvolvimento econômico e Uso Durável dos recursos naturais.⁶⁸

O desenvolvimento sustentável é um conceito relativo, que pode ser definido conforme os conhecimentos que se tem sobre a natureza e o modo como é valorizada; em função do nível de conscientização ambiental, das condições biológicas, geológicas, sociais, culturais sem desprezar a necessidade do viés econômico como garantia da reprodução material da vida humana.

Trata-se, portanto, de um conhecimento essencialmente geográfico.

Também é preciso considerar que essa materialidade está condicionada pelas variadas posturas filosofias e ideológicas das estruturas burocráticas, dos projetos, das pesquisas, das investigações, dos financiamentos e das políticas públicas de um âmbito geral.

No seio do Pantanal encontramos a *Nhecolândia*, um conjunto que apresenta grande complexidade e diversidade de ambientes, unidades de vegetação e espécies forrageiras, muitas das quais constituem a principal fonte de alimento para os herbívoros silvestres e também para os animais domésticos voltados para produção pecuária.

As unidades de vegetação utilizadas como pastagens nativas no Brasil, compondo agroecossistemas, são muito diversificadas, principalmente em suas composições florísticas e por outro lado, também em suas estruturas (campos limpos, campos sujos, campos cerrados) e ecologias, podendo ser agrupadas de várias formas.

Essa variedade florística de pastagens pode ser atribuída a muitos fatores, tais como diferenças de tipos e de fertilidade de solos; quantidade, tempo de permanência, ciclicidade de água nos solos;

⁶⁸ O professor Luis Fernando Scheibe levanta questões epistemológicas a respeito do uso indiscriminado dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Durável, quebra mitos e levanta os reducionismos que atualmente cercam os modismos da análise ambiental. Mais, ver: SCHEIBE, Luiz Fernando. Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Durável. In: Educação ambiental e compromisso social: Erechim, RS, 2004, p. 317-336.

declividade e topografia; clima; atividades humanas; ou pela própria atividade de pastejo.

O ecossistema “pastagem nativa”, entendido como sistema ambiental é uma totalidade dinâmica representada pelo homem, pelos recursos naturais, e pelas relações entre eles, que pode ser denominada agroecossistema. Sendo muito complexa, para o conhecimento de sua dinâmica e proposição de formas de manejo seriam necessários estudos interdisciplinares, envolvendo equipes multidisciplinares, algo como o que a Embrapa vêm propondo e executando desde a década de 1970.

Ainda, especificamente a Nhecolândia como *locus* que é dessa pecuária tradicional, apresenta um sistema de distribuição da vegetação muito singular, alternando cerradões e florestas estacionais nas cordilheiras, campos úmidos e sazonais, nas partes alagáveis, circulando lagoas, com cerrados e campos nas partes intermediárias do relevo de declividade acentuadamente baixa.

O mosaico de unidades de vegetação característico da Nhecolândia, resultado do comportamento estacional do solo, em função da topografia, inundações, e chuvas, exhibe variabilidade de estrutura, composição e quantidade de espécies (e qualidade de forrageiras), sendo que, numa pequena área, pode haver vários tipos de fitofisionomias (e pastagens).

Uma das questões que cercam essa importante combinação *Bio*ma – Produção & Desenvolvimento econômico está relacionada à baixa produtividade da pecuária: a baixa natalidade, a alta mortalidade de bezerros e as deficiências nutricionais.

Algo que tem se constituído o principal desafio da Embrapa, principalmente levando-se em consideração os sensíveis aspectos físico-geográficos do conjunto, como, por exemplo, os períodos críticos de disponibilidade de pasto (devido às flutuações entre estação seca e chuvosa) a deficiência de nutrientes no solo (demandados pelo gado).

Para Santos (2001), a pecuária de corte em pastagens nativas apresenta a vantagem do baixo custo de produção, porém, há necessidade de melhorar a qualidade dessa alimentação.

Algumas informações disponíveis sobre o ecossistema do Pantanal e sobre a zootecnia, que completam o conhecimento sobre sistemas de pastejo, podem não estar sendo usadas na prática ou porque as informações são relativamente recentes e ainda não incorporadas aos programas de manejo ou porque os criadores não sabem como aplicá-la.

Além disso, o potencial de uso para a pecuária e/ou a capacidade de suporte dos diversos tipos de pastagens no Pantanal ainda

é desconhecida, o que justifica, por ora, estudos cada vez mais detalhados sobre o *Bioma* e o seu entorno.

Hoje em dia, o planejamento e manejo dos recursos naturais, exigem flexibilidade para responder às flutuações em curto prazo.

Este tipo de planejamento pode afetar a sustentabilidade/durabilidade em longo prazo quando as decisões não são apropriadas. O planejamento ideal deve colocar alta ênfase sobre previsão e predição de eventos no futuro e o que define o sucesso ou fracasso deste planejamento é a habilidade de desenvolver estratégias de respostas para estes eventos.

Um exemplo específico tem a ver com o manejo das pastagens nativas em escalas espaciais relevantes, o que requer um entendimento sobre as variáveis de produção que integram a combinação regional de todos (ou a maior parte) os componentes de uma paisagem. Portanto, o manejo sustentável de uma pastagem envolve a aplicação de planos de manejo estratégicos adequados assegurando que as respostas a curto e longo prazo, mantenham a integridade ecológica. (SANTOS, 2001 *grifos nossos*)

Nesse sentido, a idéia aqui defendida acerca da combinação Pantanal – Planalto, que instituiu a *Consolidação e a Demarcação* à atividade pecuária dentro do *Bioma* Pantanal se impõe como ferramenta de análise espacial *sui generis*, uma vez que carrega consigo elementos sócio-históricos e sócio-ambientais primordiais para uma análise e planejamento do uso racional da natureza natural pelo ser humano, como condição à sua reprodução material e durável de vida.

Surge como uma alternativa para se pensar a problemática de expansão da pecuária em áreas do Norte do país, dada a capacidade de aporte do pantanal e suas combinações com as áreas de amortecimento (linha entre o Planalto de Maracaju e a Serra da Bodoquena) e especializadas do Planalto dos campos gerais.

5.2. A EMBRAPA COMO TESTEMUNHA DA TESE

A Embrapa, criada no governo Médici, significou um grande impulso às pesquisas voltadas para o setor agropecuário brasileiro, indo ao encontro das políticas públicas que incentivavam a produção de excedentes exportáveis.

Nota-se que, a maior parte dos produtores pratica o manejo extensivo tradicional e apenas reduziu a idade e o peso de abate, não tendo deliberadamente partido para a intensificação de sua produção,

com a adoção de novas tecnologias na área de pastagens, nutrição, genética e manejo. (BURGI, 2002)

Em sete de dezembro de 1972 é sancionada a Lei que cria a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, vinculada ao Ministério da Agricultura. Em 1975 surge a Embrapa Gado de corte como unidade de pesquisa para atender demandas da pecuária extensiva no Pantanal e na região de Campo Grande.

A instituição adota como estratégia a eficiência na captação de recursos para viabilizar projetos de pesquisas, desenvolvimento e inovação. Dentre as fontes financiadoras está o Tesouro Nacional que repassa recursos para o Sistema Embrapa de Gestão. Outra estratégia adotada é a elaboração de projetos em rede, visando à captação de recursos em fonte externas nacionais e internacionais.

Dentre as atividades da empresa que interessam à pecuária estão as pesquisas sobre manejo de pastagens nativas e a produção da pecuária sustentável, todas com o intuito de manter viável a prática da criação, sobretudo no Pantanal, cujos processos inovadores encontram resistência dos criadores mais conservadores, ainda maioria dentro do Bioma.

Com relação à expansão da soja e do milho a chamada frente pioneira avançou de Sul para o Norte dentro do Mato Grosso do Sul, primeiro ocupando as áreas dos ervais e depois avançando em direção a Campo Grande, substituindo pastagens em áreas de solo roxo graças aos pesados incentivos governamentais.

Assim, as áreas de produção rural que, com a pecuária se tornaram mais sensíveis aos processos inovadores, produto de suas relações intensas tanto com o mercado interno quanto com o externo, localizadas no Planalto e no extremo Sul, continuaram recebendo os influxos diretos da Divisão do Trabalho, acomodando a expansão de novas culturas e técnicas advindas das ondas modernizantes do “milagre brasileiro”.⁶⁹

⁶⁹ A expressão “milagre” advém da ordem cíclica ao qual a economia brasileira passou a responder aos reflexos emanados do centro hegemônico. As fases, correspondendo a um ciclo Juglariano (ou decenal), implica nos momentos de crise, na adoção de mudanças institucionais (no fisco, no câmbio, no direito do trabalho, nos meios de acesso às novas tecnologias e, em especial, no aparelho de intermediação financeira), as quais sensibilizam novos grupos de atividades econômicas ainda não modernizadas, podo em marcha uma vaga de investimentos, cujos efeitos se propagam a todas as partes do sistema econômico, o qual é impelido para nova fase ascendente. Ao cederem-se os pontos de estrangulamento às capacidades ociosas, sobrevém outra crise, assim sucessivamente. (MAMIGONIAN, 1981: 165. Grifos Meus)

A união, preocupada em integrar esses novos espaços agrícolas ao território nacional, incluiu a Região Centro-Oeste nesta área de expansão de fronteiras, visando o abastecimento do mercado interno e à exportação, também conferindo à região o papel de absorvedora de excedentes demográficos.

Ainda, segundo a EMBRAPA/GC, mais especificamente em relação à atividade pecuária, a fase de cria é a mais desafiadora e complexa do sistema agropecuário de produção, o que reflete em algumas importantes dificuldades ao incremento da sua eficiência produtiva.

Com relação à tecnologia de insumos, diferente do que ocorre na agricultura, onde cerca de meia dúzia de insumos resultam em grande aumento de produtividade, na *bovinocultura de corte* o avanço científico e tecnológico é desenvolvido dentro das universidades e centros de pesquisas.

Estes, se não forem gerenciados de uma forma sistêmica, anulam os potenciais benéficos. Além disso, dificilmente interessam às empresas que transformam tecnologias em insumos comercializáveis.

As principais tecnologias com impactos no processo de produção de bovinos relacionam-se às melhorias nas taxas de desmame e eficiência das vacas, sendo pouco recentes e inovadoras se pensadas isoladamente. Desmame precoce, desmame interrompido, uso de estação de monta, uso da condição corporal da vaca, seleção, touros férteis, sincronização de cios e cruzamentos são tecnologias com mais de vinte anos.

Portanto, na pecuária de cria as tecnologias estratégicas são aquelas relacionadas com a gestão do conhecimento e dos processos. Por exemplo, um ajuste na temporada de acasalamento, desmame na idade correta, estratificação nos lotes de matrizes conforme suas necessidades alimentares pontuais, controle dos nascimentos, suplementação mineral específica, genótipo adaptado ao ambiente, carga animal compatível com o meio e outras⁷⁰.

⁷⁰Esse conhecimento dificilmente pode ser transformado em tecnologia de insumos para ser comercializado de forma mais global entre os pecuaristas. Além disso, esses conhecimentos, quando aplicados à produção, não resultam em mudanças rápidas e/ou substantivas com relação ao processo, dados os inúmeros outros fatores que envolvem a etapa. Essa é outra característica da atividade, pois nenhuma empresa vende conhecimento mas sim o produto do conhecimento, o insumo. Essas inovações porém, só têm resultados satisfatórios quando manejadas em conjunto, por isso a denominação “tecnologia de processos na pecuária”. Segundo a EMBRAPA/GC, só por esse meio ocorrerá um avanço generalizado da pecuária, especialmente da fase de cria, tornando-a mais competitiva e atraente para o produtor e para as empresas de insumos.

Nas duas últimas décadas, o setor pecuário bovino Sul-mato-grossense passou por uma grande evolução baseada na formação de pastagens artificiais, no melhoramento genético do rebanho e na instalação de indústrias frigoríficas no território estadual. A introdução dessas novas tecnologias no campo acarretou uma melhoria na qualidade genética do gado e uma diminuição na idade de abate.

A instalação de invernadas em áreas de vegetação original foi incentivada com a chegada de empresas de outros estados. Fazendeiros paulistas instalaram plantéis de gado *nelore* em invernadas de capim *colonião* e se beneficiaram dos estímulos advindos de ações de valorização da região Centro-Oeste e da melhoria das vias de comunicação com São Paulo.

Outra transformação ocorrida na exploração da pecuária foi a modernização da criação tradicional de bovinos em áreas recobertas pela vegetação de cerrado.

A descoberta da EMBRAPA sobre a viabilidade produtiva da *brachiária* para o cerrado constitui uma verdadeira revolução para a bovinocultura de corte no Centro-Oeste e de Mato Grosso do Sul em particular.

Ainda, no *rol* das inovações historicamente implementadas pela pecuária Sul-mato-grossense temos, especificamente na etapa de produção de bovinos, a suplementação alimentar, a introdução de raças indianas (zebu), o melhoramento de pastagem com a utilização de leguminosas estilozantes, o aprimoramento genético dos rebanhos através da inseminação artificial, comercialização de sêmen de reprodutores de linhagem e organização espacial das áreas de pastagem através dos cercamentos⁷¹.

Mais recentemente, ocorre o controle do rebanho através do monitoramento por satélite, dentre outras.

A introdução de tecnologia moderna no sistema de criação teve impacto econômico altamente positivo, pois a região, além de sustentar a criação, passou a fazer a recria do gado. (MICHELS, 2000:237)

O uso da informática como instrumento de difusão de informações já é um importante passo no caminho desse desenvolvimento. Na esteira dessa inovação, a EMBRAPA/GC,

⁷¹ O aparecimento do arame, que facilitava a divisão das fazendas e otimizada as fases de produção, revolucionou a atividade pecuária, sendo útil sobretudo para a expansão da indústria frigorífica, durante a Primeira Guerra Mundial.

vinculada ao MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), desenvolveu o *Gerenpec 1.0*, um *software* que permite ao usuário fazer projeções e simulações de resultados físicos e econômico-financeiros em uma fazenda de gado de corte.

O programa considera as inúmeras alternativas de produção e disponibiliza ferramentas adequadas para decisões coordenadas. Trata-se do primeiro *software* que permite simulações; os já existentes dão ênfase específica ao controle do rebanho.

Observa-se assim que a produção Sul-mato-grossense correspondeu à dinâmica econômica, refletindo os parâmetros gerenciais evidenciados prioritariamente nas estruturas industriais clássicas na sua organização espacial.

Tratada como fundamental para o desenvolvimento brasileiro por seu papel no abastecimento de centros urbanos consumidores, com momentos de inserção no mercado internacional e mesmo de entrada de capital industrial frigorífico estrangeiro, temos a partir dos anos 90, com a crescente abertura da economia brasileira e dos mercados internacionais, uma passagem às tendências que indicam, apesar de resistências dos EUA, União Européia e Japão, através de barreiras comerciais explícitas, a ampliação do mercado mundial de carne numa resposta à demanda de consumidores em busca de produtos de melhor qualidade e menor preço.

Uma vez considerada a "indústria pecuária", podemos então estender estes comportamentos - guardadas as devidas proporções - também à realidade notada dentro das fases de produção, abate e distribuição dos produtos do boi, característicos da realidade sócio-econômica Sul-mato-grossense.

Considerar que, mesmo com o avanço das culturas comerciais a pecuária mantém seu *status* de atividade central no Mato Grosso do Sul, tal importância pode ser ratificada pela assertiva de que,

A pecuária constitui-se na principal atividade econômica desenvolvida em Mato Grosso do Sul, fazendo-se presente em todas as regiões do estado, ocupando uma área de aproximadamente 13 milhões de hectares mecanizada com plantação de pastagens brachiárias e outros capins. (...). A pecuária estadual é voltada especialmente para a criação de gado de corte, em um regime de produção basicamente extensivo. (DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DE MS, 1996:26)

Assim, é possível utilizar a vasta literatura sobre teorias econômicas para compreender o comportamento evolutivo dessa atividade.

A pecuária de corte é uma das atividades produtivas mais importantes para o agronegócio brasileiro. Lazzarini Neto (2000, p. 6) afirma que “a pecuária está surpreendendo o Brasil”. Segundo ele, “nenhuma outra atividade no campo, apresenta hoje potencial de crescimento e geração de renda e divisas como a produção de carne bovina”.

Para complementar esta afirmação o autor apresenta alguns resultados das exportações brasileiras de carne bovina:

“Em 5 anos, as exportações brasileiras de carne bovina passaram de um patamar de US\$300 milhões para US\$ 800 milhões. Vencida a guerra contra a febre aftosa nos Estados do circuito Centro-Sul, as expectativas tornam-se animadoras. As exportações poderão atingir US\$ 2 bilhões até 2003. O Brasil passará a ser, assim, o maior exportador mundial de carne bovina. Junto com os suínos e as aves, a receita de exportações do grupo carnes poderá, em três anos, atingir US\$ 5 bilhões, ultrapassando qualquer outro produto dos agronegócios (LAZZARINI NETO, 2000, p. 6)”.

A grande preocupação nessa atividade é a qualidade nos resultados da produção, nesse caso, para que obtenha bons resultados, o gerenciamento tem papel fundamental. O gerenciamento é o responsável pela busca constante de inovações na produção de gado de corte, buscando sempre as melhores maneiras de facilitar o manejo e produzir qualidade.

Cada vez mais, pecuaristas vêm inovando seu padrão de produção de carne, introduzindo conceitos e tecnologias novas, com o intuito de melhorarem sua produção e a estruturarem como negócio.

No passado, não muito distante, criar gado era sinônimo de conservadorismo rural. Os famosos latifúndios confundiam-se com as enormes pastagens, algumas ociosas. Tudo o que era moderno se voltava apenas para a agricultura. Atualmente, o marketing da carne mudou e a imagem da pecuária é mais positiva. Os cruzamentos industriais a partir das raças européias trouxeram aprimoramento e melhor qualidade carcaça aos bovinos criados por grande parte dos criadores de gado, além de outras tecnologias ligadas à inseminação artificial. Hoje é

possível controlar as doenças e não ter tantos prejuízos. É possível ainda produzir gado puro de elite, com apoio de tecnologia nas diversas fases de criação do rebanho.

Dessa forma, é necessário que o gerenciamento desta área apresente um perfil de gestão forte, com capacidade para administrar estas inovações, além de ter conhecimento em manejo de gado e em aberturas de áreas de formação de pastagens.

Depende dessa função, o sucesso da produtividade do gado, apresentando no final, bons resultados em todos os aspectos da atividade pecuária.

O conjunto dessas evidências leva à constatação de que a Embrapa/Gado de Corte não só fez como ainda faz comunhão com os estágios de desenvolvimento do estado. Ela fundamentalmente acomoda os interesses do setor pecuário, entoando o viés conservacionista da criação de bovinos e engrenando o processo de inovações primordial para a sobrevivência da atividade frente às pressões da expansão de culturas como, e principalmente, cana-de-açúcar, soja e reflorestamentos de eucalipto.

5.3. OUTROS E ATUAIS CONTEXTOS & ESTRATÉGIAS DA PECUARIZAÇÃO NAS MACRO-FORMAÇÕES SUL-MATO-GROSSENSE.

A definição mais difundida confere ao desenvolvimento sustentável a capacidade de satisfazer nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as delas, conforme *Relatório Brundtland* da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Nesse sentido, a busca do desenvolvimento sustentável e inclusivo se dá cada vez mais em âmbito territorial/regional, buscando-se a redução da vulnerabilidade econômica, social e ambiental nas dimensões produtiva, social, tecnológica, local, regional, nacional e global.

Varias e variadas são as dimensões ambientais, socioculturais e econômicas do desenvolvimento sustentável/durável, destacando-se, no caso do Pantanal e sua peculiaridade de Bioma, a necessidade de intervenção e planejamento, a conservação e reserva dos recursos naturais a diversificação das espécies (conservação da flora e da fauna), a minimização dos impactos negativos sobre os recursos naturais e o estabelecimento da capacidade de suporte e rendimento das suas

potencialidades físico-naturais, aqui inclui-se com destaque, as áreas de pastagens.

O atual contexto mundial, cujo *paradigma* da sustentabilidade se impõe como regra, sobretudo das atividades econômicas mais diretamente relacionadas com o uso dos recursos naturais, demanda estratégias mitigadoras, valorizando como nunca as boas práticas de manejo. E isso está intimamente atrelado às práticas da pecuária, a partir do uso do solo para a exploração das pastagens.

Uma importante contribuição, a partir desta perspectiva, pode ser acessada nas construções de Rodela (2006), quando esta propõe um projeto de manejo através da setorização das pastagens nativas sem perder o conjunto natural característico de cada *bioma*.

A valorização do *peculiar* é defendido enquanto uso regulado do ambiente natural sob a regulação e o manejo em escala regional. (RODELA, 2006:183)

Segue a autora, lembrando SANTOS (2001, 2005) que afirma,

Segundo definição da FAO - Organização de Agricultura e Alimentos o manejo sustentável envolve a conservação dos recursos naturais e o repasse de tecnologias de modo que assegurem o alcance e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável não degrada o ambiente, é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável, sendo aquele que mantém a produtividade ao longo do tempo, com introdução mínima de insumos externos (suplementos alimentares, uso de fertilizantes e antibióticos), sem degradar os recursos naturais e a diversidade biológica

Segue a autora sugerindo a elaboração de zoneamentos ambientais com base nas características de cada área do conjunto, como forma de potencializar o controle e facilitar a gestão do manejo. (RODELA, 2006:184)

Análise corroborada com a assertiva,

Assim, para ultrapassar esses desafios pela sustentabilidade, há necessidade de serem elaborados diagnósticos ambientais, como buscamos contribuir através deste trabalho (tipos

de pastagens nativas, características ambientais, econômicas, etc.), e ainda podemos sugerir a elaboração de zoneamentos ambientais com base nas características da área (áreas a serem protegidas, áreas de uso mais ou menos intensivo, etc.), além de e programas de acompanhamento/manejo das atividades econômicas que se desenvolvem ou a serem desenvolvidas (como, quando, onde realizar a pastagem, com que taxa de lotação/capacidade de carga, suplementação alimentar, etc), buscando-se otimizar produtividade em função da utilização menos agressiva da vegetação nativa.

Numa evidência da dimensão geográfica no cerne do desenvolvimento da pecuária, independente da sua localização.

Mais ainda, enquanto atividade econômica tradicional demanda um tratamento profissional que traduz as prerrogativas da proposta *geossistêmica* há muito discutida pela ciência geográfica.

Especificamente a *pecuarização* Sul-mato-grossense, toma o sentido de que,

O aproveitamento de uma área no Pantanal não deve ser unilateral, sendo necessário entender todo o processo (interações entre componentes bióticos e abióticos) e o papel de cada espécie no seu respectivo ecossistema. A maioria dos estudos efetuados na região tem focado as partes componentes do sistema e resultados de interesse imediato, como o aumento da produção animal, em vez do esclarecimento dos processos que geram tais respostas. Para que o sistema de produção de gado no Pantanal seja economicamente viável, ele deve otimizar o uso das pastagens nativas, e de práticas sanitárias alternativas para manter os animais saudáveis e com baixo custo. (RODELA, 2006:185)

Não obstante temos tamanha imponência sustentada pela tradicional pecuária pantaneira, com destaque para a existência de *vinte por cento* do rebanho do Mato Grosso do Sul em terras do *bioma*, mais especificamente cerca de 4,5 milhões do total de aproximadamente 22 milhões de cabeças.

Cabe destacar que, mesmo com o apelo dos setores de *marketing* das grandes redes, a tendência crescente do consumo do chamado “boi verde” têm relação direta com a qualidade do produto e as demandas do exigente mercado internacional.

Segundo a Embrapa a alimentação do rebanho pantaneiro baseia-se quase que integralmente em pastagens nativas cuja estacionalidade e inundações influenciam a disponibilidade e qualidade e limitam a produtividade

As sub-regiões da Nhecolândia, Aquidauna e Barão de Melgaço são as que apresentam melhores condições ambientais, isto é, unidades de vegetação, para a bovinocultura de corte.⁷²

Figura 18 – Regiões com predominância de Pastagens Nativas no Brasil



(Fonte: EMBRAPA, 2005)

⁷² EMBRAPA/CNPGC - Sistemas de Produção de Gado de Corte no Brasil: Uma Descrição com Ênfase no Regime Alimentar e no Abate. Campo Grande, 2005

Como exemplo, temos a boa receptividade dos produtores ao Programa Vitelo Orgânico do Pantanal VITPAN, visando agregar valor ao seu produto final, atendendo de imediato às tendências de mercado no que se refere á inovação.

Soma-se, portanto, a esse contexto a capacidade do empresariado pecuarista em absorver as importantes inovações propostas pelo emergente setor de pesquisa, coordenado principalmente pela Embrapa.

Por fim, a tão debatida articulação dos produtores como resposta aos sucessivos embargos internacionais tem-se fortalecido nos últimos anos, com importante atuação das associações e federações.

Ou seja, como lembra Rodela (2006),

Enfim, se cada produtor buscar opções e estratégias de manejo, de forma sustentável, para as condições peculiares de sua propriedade, todos têm a ganhar: o produtor, o homem pantaneiro, o meio ambiente e a sociedade como um todo.

Com relação à raça do rebanho pantaneiro a Embrapa (*apud* RODELA, 2006:26) considera que,

(...) este tem sido substituído gradativamente por raças zebuínas. O Zebu penetrou no Pantanal em um processo um pouco mais lento que em outras regiões, devido às condições adversas da criação ultra-extensiva; apesar da rejeição inicial pelo Zebu, este foi lentamente se estabelecendo no Pantanal, mas infelizmente, os criadores atribuem toda a superioridade dos descendentes de Zebu x Pantaneiro às raças zebuínas, o que tem contribuído para a extinção do bovino pantaneiro.

A autora lembra ainda, e com destaque que,

O gado, apesar de causar vários impactos ambientais, parece viver em harmonia com a fauna silvestre, completando um agroecossistema, tornando difícil sua retirada. (...) Entretanto, adverte-se que a atividade pecuária pode ou não estar causando impacto negativo sobre o Pantanal, requerendo atenção em estudos específicos. Essas circunstâncias dependem do manejo aplicado às

pastagens. As propriedades privadas ocupam cerca de 95% das terras do Pantanal, das quais 80% são usadas para criação extensiva de gado; vem-se registrando um crescimento do número das propriedades agrícolas, das áreas de pastos cultivados, da população humana e das infraestruturas.

A preocupação disseminada pelo discurso *conservacionista* encontra sentido na fragilidade dos sistemas que compõem o *bioma*, sendo que a expansão das áreas cultivadas em detrimento da utilização sustentável da pastagem com vegetação nativa, tendo em conseqüência o aumento do desmatamento, principalmente de florestas estacionais semidecíduas e *cerradões*, substituindo-se a vegetação original e trazendo degradação aos ecossistemas do Pantanal como um todo, ou seja, são atingidas a vegetação e flora, a fauna, os solos, o relevo, e as águas. (RODELA, 2006:27)

Neste caso, pesquisas que vislumbrem o tratamento de dados mais detalhados acerca dos aspectos físicos, têm como não menos importante a necessidade de valorização de trabalhos que também contemplem o quadro sócio-cultural edificado pelos mais de 300 anos de história da pecuária pantaneira, numa combinação dialética desta *peculiar* formação sócio-espacial, conforme discorre Rodela (2006:28),

A cautela exige que não se deve alterar as condições naturais do ambiente do Pantanal, pois não se conhece nem seu comportamento efetivo nem os impactos gerados por essas atividades. Para SANTOS (2001) a preocupação com a degradação ambiental e com as características vocacionais do Pantanal demanda tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, tais como suplementação alimentar em períodos críticos e manejo sustentável das pastagens nativas, ou seja, das unidades de vegetação. As pastagens nativas são áreas bastante heterogêneas. Apresentam variabilidade espacial e temporal desde o nível da planta até o regional; portanto, conhecer essa variabilidade natural e buscar formas adequadas de manejo, visando à produtividade é um desafio que se coloca aos técnicos e aos cientistas. (*Grifos nossos*)

Como sugere Sakamoto (*apud* RODELA,2006:28)

(...) para conservação e utilização sustentável dos recursos naturais em todo o Pantanal, é de grande importância mapear as principais unidades de vegetação/pastagens, conhecer e identificar a dinâmica da vegetação e suas relações com os fatores ambientais, sobretudo tendo em vista que: esses ambientes são de equilíbrio frágil; os solos são paupérrimos, arenosos, sem argila, isto é, não tem nenhuma capacidade de retenção de nutrientes nem de água, a dinâmica hídrica é particular onde as chuvas e os rios abastecem os lençóis freáticos causando as “cheias”

O avanço da fronteira agrícola para o Norte do país, sobretudo a Amazônia, tem suscitado idéias de inovação quanto ao uso da terra, como por exemplo, a de que o Governo crie estímulos para incentivar a expansão do sistema de produção consorciado, conciliando a produção de grãos em rotação com a pecuária, sob o argumento de que o sistema permite o aumento de produtividade da pecuária, que, aliada aos sistemas de confinamento e semi-confinamento, poderia crescer sem a necessidade da abertura de novas áreas.

Tabela 5 – Evolução do rebanho bovino em diferentes escalas – Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul (Em milhões de cabeças) – de 1991 a 2009

Região	91	93	95	97	99	01	03	05	07	09
C.Oeste	48,5	49,9	50,7	49,6	52,2	54,3	56,8	57,6	63,8	70,6
MS	20,3	20,3	19,8	19,0	20,0	22,6	24,9	24,5	21,8	22,3
Brasil	115,2	152,1	153,4	151,5	156,9	176,3	195,5	207,1	199,7	202,2

(Fonte: Anualpec, *vários anos*)

Importante destacar que, o comportamento dos números da pecuária estadual denota sua estabilidade no contexto da economia regional e nacional.

Já o incremento do rebanho no Brasil se deve principalmente à expansão da atividade na região Norte, com a abertura de novas áreas de pastagens.

Nesse sentido, a Embrapa, através do seu Centro de Gado de Corte tem contribuído sobremaneira com as pesquisas nesta área, sendo que as combinações regionais aqui propostas, fruto do levantamento da formação sócio-espacial específica do Mato Grosso do Sul, consiste num indispensável elemento de análise às pretensões de planejamento estratégico visando um aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário no Brasil.

Doravante, o cenário mais recente de incentivos à produção do etanol vem representando uma decisiva pressão sobre as áreas de produção de alimentos e por consequência da abertura de áreas de cultivo na Amazônia.

A vitalidade da cultura canavieira - representada pela lucratividade atual e estimulada pelas perspectivas de rápida expansão do consumo - tem provocado a elevação dos preços internacionais do açúcar e do álcool e internamente vem competindo por área também com outras culturas, como algodão, café, laranja e mesmo as pastagens. Na região Centro-Sul, o fenômeno é mais intenso em torno do estado de São Paulo, avançando em áreas do Paraná, do Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul.

Em São Paulo, onde se concentra mais de 50% dos plantios de cana, o assunto causa polêmica, especialmente onde há pequenas propriedades. No extremo oeste do estado, tradicional produtor de gado de corte, os produtores vêem a expansão da lavoura como uma oportunidade para se capitalizar.

Basicamente, a experiência que tem dado certo é fazer o arrendamento para as usinas canavieiras e continuar com parte da terra voltada para a pecuária.

Nesse caso, a assunção da atividade pecuária como vocação da formação sócio-espacial do Pantanal em combinação com as áreas de amortecimento da linha de planalto Maracaju - Bodoquena e dos campos gerais, constitui numa importante e estratégica decisão, de modo que evitará futuras pressões sobre as áreas de Bioma.

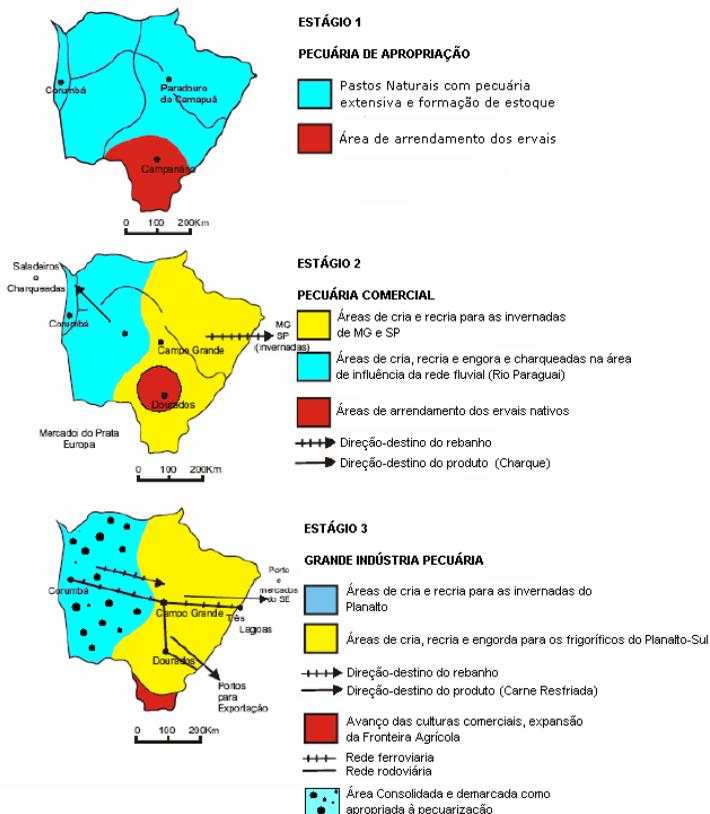
Outra importante consequência estaria relacionada às perspectivas de novas infraestruturas como, por exemplo, a Hidrovia do Paraguai-Paraná, que já era usada comercialmente em 1847 quando o vapor Etrúria (com capacidade de 20 mil toneladas) trazia açúcar, calcário e aguardente do Centro Sul e no retorno transportava gado, fumo e algodão, é navegável numa extensão de aproximadamente 3.442 Km.

Após serem solucionados os problemas operacionais dessa Hidrovia, onde a mesma atravessa a região do Pantanal, se constituirá

em saída estratégica dos bens produzidos no Sudoeste de MT e Oeste de Mato Grosso do Sul em direção ao Mercosul e, com a participação do modal rodoviário, seus efeitos positivos alcançarão o pólo de Corumbá, compactuando com a perspectiva de especialização técnica e tecnológica do setor pecuário do pantanal.

Abre-se portanto, uma perspectiva de revalorização da região pantaneira, aos moldes da *via Prussiana*, corroborada pela fundamental presença da Embrapa, através da especialização do setor de produção de carne bovina, fundado em avanços técnicos e tecnológicos que consideram prioritariamente a geografia do desenvolvimento regional.

Figura 19: Espaciologia da *pecuarização* Sul-mato-grossense.



(Fonte: BERTHOLI, 2006 *adaptado pelo autor*)

CONCLUSÃO GERAL

A presente tese analisou a trajetória da atividade de criação de bovinos no estado do Mato Grosso do Sul, aqui entendida como *pecuarização*, à luz de um olhar histórico-geográfico.

A partir de uma perspectiva teórica, conceitual e metodológica que contemplou a formação sócio-espacial como base.

Assim, foi possível identificar as estratégias de acomodação dos grupos sociais relevantes no tocante à criação do gado pelas extensas pastagens desta parte do cerrado brasileiro.

Não obstante, a análise acerca das relações estabelecidas *pari passu* com a dinâmica da divisão territorial do trabalho, em múltiplas escalas, serviu como evidência da gênese, do desenvolvimento, das crises e da expansão do modo de produção capitalista no Oeste brasileiro.

Respeitando com isso a imponente marca da formação brasileira, reconhecida desde os trabalhos de Caio Prado Jr, no início do século XX.

Se a indústria mineradora deu origem à expansão dos primeiros núcleos urbanos pelo interior do Brasil, a pecuária, por sua vez, estabeleceu laços definitivos e indestrutíveis na unidade econômica brasileira.

Foi ela que garantiu a ocupação de territórios mais afastados, como importante fornecedora de alimentos. Amparou desde a economia mineradora até a impactante expansão das lavouras de café no Brasil.

Tornou-se, pois, uma legítima representante do dinamismo da economia nacional, sensivelmente atrelada às inversões *cíclicas* dos modos de produção hegemônicos.

E como bem e há muito lembrou Simonsen, “não se houvessem acumulado no centro-sul brasileiro essas massas da gente e de gado e não teríamos os elementos suficientes ao desenvolvimento de outras atividades”. (Simonsen, 1937)

Reconhecendo ainda a capacidade de suporte físico-natural do Oeste brasileiro como base dessa expansão, numa alusão às trocas realizadas entre os processos sociais e naturais, na constituição de um Sistema em totalidade, com raízes *humboldtianas*.

Pode-se, desse modo, asseverar-se que a *pecuarização* é a “*couche vitale* e, portanto, o sistema de equilíbrio mental que se instaura entre a adaptação ao meio cultural e a modificação do próprio”. (MONTEIRO, 1995:78 *Grifos nossos*)

Assim, e com muita sinceridade, buscou-se chegar o mais próximo daquilo que Monteiro (1995:94) chama de análise integrada do ambiente, respeitadas as nossas limitações acerca dessa perspectiva simples, porém intensa.

Outra consideração diz respeito às influências internacionais na economia nacional, sobretudo enquanto impulsos partidos do centro dinâmico do mundo capitalista.

Nesse sentido, o trabalho procurou estruturar os *influxos* engendrados pela economia brasileira e desta as formações regionais, de forma a evidenciar dinamismo, sobretudo do setor pecuário, diante das fases de expansão e contração do comércio internacional.

Ora, se a “técnica é tempo congelado e revela uma história” (SANTOS, 1999:40), temos então que esse dinamismo está extremamente atrelado às inovações técnicas, através da incorporação de novos objetos e ações, ao mesmo tempo complexificando e afinando as relações entre o espaço regional e outras escalas geográficas.

Num movimento desigual e combinado, que contemplou a ascensão de Corumbá durante o período colonial, até o início do século XX, graças à *rede de fluxos* com o mercado do *prata* e Europa. E, depois, com a inovação da *rede ferroviária*, chamou o Planalto-Sul à vantagem relativa do atraso, para superar a macro-formação *pantaneira* e inverter a lógica das relações com a divisão territorial do trabalho para o âmbito da economia nacional.

É nesse contexto de análise que está inserida a pecuária, tratada aqui como atividade produtiva essencial, conduzindo a priorização dos recortes; econômico, político e social, considerando-os como evidências espaço-temporais, portanto geográfico-históricas, para a análise e construção da seguida pesquisa.

Esse amparo que subsidiou a hipótese acerca da caracterização da pecuária e seus reflexos para a ordenação do espaço do Mato Grosso do Sul.

A saber, uma atividade peculiar que teve sua origem marcada pelas diferentes de povoamento, desde o século XVII, passando por diferentes processos de organização que permitiram com que gradativamente adquirisse um *status* de relevância na formação sócio-espacial do estado.

Não constitui apenas um reflexo d’outras formações (mineira, paulista ou gaúcha), mas fundamentalmente, como parte que é do Conjunto do Brasil Central Pecuário (MAMIOGANIAN, 1976), dispõe de uma especificidade umbilicalmente associada a outras determinações históricas, sociais e naturais, particularmente Sul-mato-grossenses.

Assumi-se aqui a caracterização do Mato Grosso do Sul como sendo um conjunto composto por duas macro-formações conectadas por uma área de transição entre *as vias da acumulação*, a do Pantanal, mais lenta e gradual (próxima do modelo *prussiano*) e do Planalto-Sul, mais agressiva (próxima do modelo *democrático*), de geral denotando o caráter peculiar defendido na pesquisa.

Tal intenção, porém não significou fazer delimitações reducionistas, mas principalmente, considerar (e deixar clara) uma ou algumas referências como mecanismos norteadores.

Demonstramos as peculiaridades de cada macro – formação, identificando as especificidades sociais e naturais de cada conjunto, correlacionado-as a uma prática econômica comum, mas que, sobretudo, respondem de maneira diferenciada aos estímulos da divisão do trabalho.

Consequentemente foi possível identificar um mosaico desigual e combinado, com áreas mais homogêneas, com insuficiência da formação de caráter *prussiano*, e outra, mais heterogênea, como pistas da formação gaúcha de caráter mais democrático, cujos processos históricos marcaram – nas como peculiaridades da formação regional.

Destacaram-se os principais aspectos do processo histórico de povoamento da parte Sul do antigo estado de Mato Grosso, dividido em três *entradas*: a *Pantanal*, de característica Pioneira – Fluvial; a *Planalto*, resultante da expansão paulista mineira e a *Sul*, conseqüência direta da expansão platino/gaúcha. (BERTHOLI, 2006)

Esse movimento, juntamente com os demais processos que marcaram a organização espacial da produção constituiu uma complexa “teia” de relações sociais pioneiras, fundamentadas pelas condicionantes que influenciaram na escolha pela *criação do gado* no referido espaço.

Segue-se na análise da problemática em torno das relações sociais de produção à luz da consolidação dos grupos de interesse e da chegada dos novos objetos geográficos que pontualmente determinaram a modernização do espaço regional, em especial a Rede Ferroviária que efetivou a economia pastoril como hegemônica e, cada vez mais, de caráter capitalista.

Dadas as considerações de especialização regional da produção do Sul de Mato Grosso com a consolidação da pecuária como atividade central e a conseqüente delimitação da posição do estado na divisão nacional do trabalho, fruto dessas interferências é que, com mais vigor a partir do último quartel do século XX empreende-se um novo ritmo às transformações do setor, principalmente por ocasião de intensificação do

comércio internacional, trazendo outros subsídios para o prosseguimento das discussões.

Chama-se, à guisa da conclusão, especial atenção para a necessidade de Projetos Nacionais que efetivamente contemplem o conjunto da economia brasileira, reconhecendo os esforços na estruturação de cada complexo produtivo regional.

Para recordar Marx, quando ele afirma que a estrutura econômica está na base do Estado, o seja, o Estado como representação superestrutural refletiria as contradições e seria determinado pela infraestrutura econômica.

Na força da organização dos diferentes setores, na articulação entre produtores e governos e, por fim, no reconhecimento das contribuições da pesquisa científica torna-se possível fazer avançar esse importante mecanismo do desenvolvimento econômico.

E, para reforçar, compactuar com Lênin (1983) que entende que a raiz do Estado é a luta que se estabelece entre os principais agentes da estrutura econômica, as classes, sendo que seu propósito é a dominação, levando-o à concepção de Estado como aparelho de classe, ampliando o significado da luta de classes que se estabelece massivamente em torno da tomada do poder.

Importante destacar a utilização do referencial *rangeliano* para corresponder a essa perspectiva, reconhecendo e traduzindo os pactos de poder das *dualidades brasileiras*, em seus reflexos diretos impostos às formações regionais no interior da nação.

As conexões entre as partes desta dinâmica, à luz da evolução das relações do ser humano com o meio destas, o reflexo na estruturação da produção, compõem um quadro moldado pelo invólucro da Formação Sócio Espacial.

Um trabalho que pretendeu, antes de tudo, fazer uma leitura *geográfica* de um importante componente da estruturação e do movimento da vida no Oeste brasileiro, especialmente no que se referiu e se refere ao desenvolvimento do Mato Grosso do Sul.

Esse movimento, como lembrou Santos (1999:21), cria, recria e renova o espaço no ritmo da divisão do trabalho, que é seu motor principal.

Esse motor que conduz ao contato dos lugares, desde os mais remotos no tempo e no espaço, às dinâmicas hegemônicas da totalidade, levando novos conteúdos e impondo novos significados para as formações econômicas e sociais.

No caso *peculiar* do percebido em Mato Grosso do Sul, novos conteúdos e significados tiveram sempre o movimento da pecuária e dos

grupos sociais ligados diretamente a ela como uma esteira mais ou menos determinante dos ritmos de desenvolvimento ali evidenciados.

Diferentes dimensões puderam assim ser identificadas nessa que se pretendeu ser uma análise *conjuntiva*.

O momento da apropriação e uso, tanto dos grupos indígenas quanto dos colonizadores *brancos* é uma imposição da dimensão histórica deste movimento, uma vez que a *pecuarização* teve sua gênese enquanto prática de subsistência dos primeiros grupos que se fixaram no território que hoje compreende o Mato Grosso do Sul.

A chegada de novos objetos, com destaque para a *rede* ferroviária, é um movimento que permite alcançar a dimensão espacial deste processo, dado o impacto causado no redirecionamento dos vínculos, então incipientes, com a divisão territorial (nacional) do trabalho. A *pecuarização*, neste caso, apropria-se da técnica (primeiro com charque, depois como carne resfriada) e transforma-se definitivamente num produto.

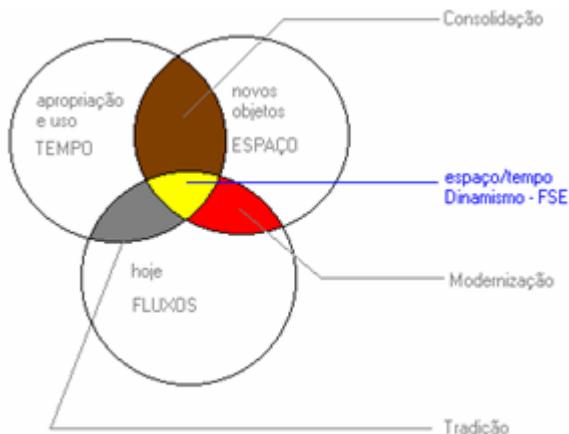
Por fim, a dimensão dos *fluxos* é instituída na medida em que esta mesma *pecuarização* se especializa, se diversifica e se desenvolve ao ritmo dos mercados das mais variadas escala, transformando-se num complexo sistema de produção industrial cuja sobrevivência e desenvolvimento passam a ser ditados pelos ritmos de adoção às inovações em produtos e em processos, de modo a responder às demandas capitalistas.

Na combinação destas três dimensões, tempo – espaço – fluxos, temos a formação sócio-espacial assentada na trajetória da *pecuarização*, não como unicidade, mas como prática *sui generis*, responsável direta pela inclusão do Oeste brasileiro em geral, e do Mato Grosso do Sul em particular no contexto das relações mais dinâmicas e complexas do mundo moderno.

Para coroar este entendimento, podemos ilustrar nossa análise a partir da interpretação do esquema desenvolvido em 2006 e que, atual, traduz o movimento geográfico aqui interpretado como as *peculiaridades do desenvolvimento do Mato Grosso do Sul: formação sócio-espacial e pecuarização*.

Trata-se da síntese entre estas dimensões, entendidas como interfaces, desenvolvida por Bertholi (2006), a saber, pela figura 20.

Figura 20: Matriz Espaço/Tempo da Formação Sócio-Espacial Sul-Mato-Grossense.



(Fonte: BERTHOLI, 2006)

Na convicção de ter contribuído para o avanço do conhecimento científico, na certeza de que,

(...) Enquanto conhecimento, a geografia tem o compromisso de ser uma ciência que abrange a sociedade e a natureza, como complexos particulares, regidos por leis históricas e naturais, relacionadas numa totalidade, fruto de combinações de elementos de ordem física, biológica e humana – localizadas no espaço e no tempo - das quais decorrem, com o desenrolar do processo de desenvolvimento da humanidade, grandes complexidades. (CHOLLEY, 1964)

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Vera Lucia dos Santos. A pecuária em Corumbá - Uma contribuição ao estudo da natureza das relações de produção e de trabalho no Pantanal. (dissertação) FFLCH - USP, 1983.

ALBANEZ, Jocimar Lomba. Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: O extremo sul de Mato Grosso (1940-1970). (dissertação) Mestrado em História. UFMS – Campus de Dourados. Dourados, 2003.

ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. UNESP. Presidente Prudente, 2003.

ALVES, Gilberto L. Mato Grosso e a História : 1870 - 1929, ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. BPG nº61, 1984. p.5-81.

ANDRADE, Manuel Corrêa de Oliveira. A pecuária no agreste pernambucano. Recife, PE, 1961.

ANUALPEC: Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio/Ed. Argos, (vários anos)

ARRUDA, Gilmar. Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira. UNESP - Assis, 1989.

AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano. Álbum gráfico do estado de Matto Grosso. Hamburgo/Corumbá, 1914.

AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. Boletim nº208, Geografia nº11, FFLCH - USP, 1956.

AZEVEDO, F. Um trem corre para Oeste. Martins. São Paulo, 1950.

BANDUCCI JUNIOR, A. Sociedade e natureza no pensamento pantaneiro: representação de mundo e o sobrenatural entre os peões das fazendas de gado na “Nhecolândia” (Corumbá/MS). (dissertação) USP. São Paulo, 1995. 200p.

BARROS, A. L. de. Gente pantaneira (Crônicas de sua história). Lacerda editores. Rio de Janeiro, 1998.

BATALHA, Mário O. As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. Revista de Administração. São Paulo V. 30, n. 4, 1995. p. 43-50.

_____. (Coord.) Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 1997.

BATALHA, M.O.; SILVA, Andrea Lago da. Marketing & agribusiness: um enfoque estratégico. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 5, 1999. p. 30-9.

BECKER, Berta K.; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BENITES, Miguel Gimenez. Brasil central pecuário: interesses e conflitos. UNESP/FCT. Presidente Prudente, 2000. 283 p.

BERTHOLI, Anderson. O lugar da pecuária na Formação Sócio-Espacial Sul-Mato-Grossense. (Dissertação) PPGGeo/CFH/UFSC. Florianópolis, 2006.

BIANCHINI, Odaléa da C. Deniz. A Companhia Mate Laranjeira e a ocupação da terra no sul de Mato Grosso (1880 - 1940). UFMS. Campo Grande, 2000.

BITTAR, Marisa. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892 - 1997). (tese) FFLCH - USP. São Paulo, 1997.

BODDY, Martin. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: VAILADARES, Licia.; PRETECEILLE, Edmond. (Coords) Reestruturação Urbana: tendências e desafios. Ed. Nobel/IUPERJ. São Paulo, 1990.

BOTHOMORE, Tom (ed). Campesinato. In: Dicionário do pensamento marxista. 1988.

BRUNO, E. S. História do Brasil - geral e regional, grande oeste (GO e

MT). 2ª ed. Cultrix, vol. VI. São Paulo, 1957. 181p.

BURGI, Ricardo. Manejo de pastagens com altas lotações. Boviplan Consultoria Agropecuária: curso Boviplan de intensificação da pecuária de corte no Brasil. Piracicaba:Boviplan, 2002. p. 17-48

_____. Aspectos financeiros e operacionais do processo de intensificação.

CAMPESTRINI, Hidelbrando et alli. História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1995.

CASTRO. Ana Célia. Novas tendências do agribusines internacional, In:

CASTRO. Iná Elias de.; MIRANDA. Mariana.; EGLER. Cláudio A G. Redescobrimdo o Brasil – 500 anos depois. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (parte 1). Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, n. 179, p. 139-145. 1964.

CHRISTOFOLETTI, A. Análise de sistemas em Geografia. Hucitec e EDUSP. São Paulo,1979.

CORRÊA FILHO, V. A propósito do boi pantaneiro. Série monografias cuiabanas, Vol.VI. Empresa Grafia Editora, Paulo Pongeti & Cia, Rio de Janeiro, 1926.

_____. História Literária e Científica. 1939. p.77-88.

_____. Pantanaís mato-grossenses (Devassamento e ocupação). Biblioteca Geográfica Br asileira, Publicação n.2, Série A Livros. IBGE-CNG, Rio de Janeiro, 1946. 170p.

CORRÊA, Lucia S. Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso: 1870 –1920. S/ed, 1981.

CORRÊA, U. B. Coronéis e bandidos em Mato Grosso, 1889 - 1943. EUFMS. Campo Grande, 1995. 189p.

COSTA, Maria de Fátima. História da Ocupação da Bacia do Alto Rio Araguaia. Cuiabá-Neru- UFM T/Tübingen, Centro de Pesquisa sobre a América Latina, nº3, série Diagnóstico, 1995.

_____. História de Um País Inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVII. São Paulo, Estação Liberdade - Kosmos, 1999.

D'ALLINCOURT, L. Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato-Grosso. In: Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & filhos. 1877 - 1878. p. 69 - 278. Vol. III.

DBO RURAL. Revista de Negócios do Criador. 2000.

Diagnóstico da cadeia produtiva da pecuária de corte do Estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa / [elaboração Nelson Jorge Moraes Matos]. - Rio de Janeiro: FAERJ: SEBRAE-RJ, 2010

EMBRAPA, Unidade de Pesquisa de Âmbito Estadual de Corumbá (MS). Boletim Agrometeorológico: cinco anos de observações meteorológicas. Corumbá, MS: EMBRAPA-UEPAE, 1984, 52p.

EMBRAPA, Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Boletim Agrometeorológico: 1982 – 1985 (Fazenda Nhumirim), 1982 – 1987 (Fazenda Santana). Corumbá: EMBRAPA, 1995.

EMBRAPA, Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Coletânea de seminários técnicos do CPAP Pantanal 1989. Corumbá. EMBRAPA-CPAC. Ministério da Agricultura, 1990.

EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal, Corumbá – MS. Plano de Manejo da Estação Ecológica da Fazenda Nhumirim. Corumbá, MS: EMBRAPA-CPAP. (Documentos, 12) 64p, 1994.

EMBRAPA, Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Coletânea de seminários técnicos do CPAP Pantanal 1992/1993. Corumbá. EMBRAPA-CPAC. Ministério da Agricultura, 1995. 210p

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Plano de utilização da Fazenda Nhumirim - Documentoto 21. Corumbá: Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1997.

EMBRAPA Pantanal, Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Publicações. Disponíveis em <www.cpap.embrapa.br>. Acessado em 2006.

EMBRAPA/CNPGC – Sistemas de Produção Praticados e Sistemas Melhorados Propostos – Bacia do Rio Formoso - Bonito/MS. Campo Grande, 2006.

EMBRAPA/CNPGC - Sistemas de Produção de Gado de Corte no Brasil: Uma Descrição com Ênfase no Regime Alimentar e no Abate. Campo Grande, 2005

ESPÍNDOLA, C. J. Agroindústrias no Brasil (O caso Sadia). Editora Grifos. Chapecó, 1999. 263 p.

_____. O potencial brasileiro no mercado mundial de carnes. (Artigo) Revista da Associação de Geógrafos Brasileiros/AGB. Bauru, 2004.

_____. As agroindústrias da carne no sul do Brasil. (tese) FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

FABRINI, João E. A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquirai. (dissertação) FCT - UNESP. Presidente Prudente, 1996.

FLUD JÚNIOR, Celso. Indicadores potenciais das unidades de negócios básicas da cadeia produtiva do couro, como alternativas de desenvolvimento para Mato Grosso do Sul. (dissertação) UCDB, Campo Grande, 2002. 170f.

FNP/ANUALPEC (1996, 2003) Anuário estatístico da pecuária de corte. São Paulo.

FNP Consultoria & Comércio.

FOLZ, Manfred. Pecuária de Corte no Brasil: atualidades e futuro. Boviplan Consultoria Agropecuária: curso Boviplan de intensificação da pecuária de corte no Brasil. Piracicaba: Boviplan, 2002. p. 5-16

_____. É possível intensificar o processo de cria? Boviplan Consultoria Agropecuária: curso Boviplan de intensificação da pecuária de corte no Brasil. Piracicaba: Boviplan, 2002. p. 92-116

GALERA, Mauricio M. A inserção dos frigoríficos exportadores do Mato Grosso do Sul no mercado global. (Dissertação) UFGD, Dourados, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. (Org) ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. UNESP/PP, 2008 In: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm (Acessado em 10/02/2012)

GRAMSCI, Antonio. A Questão Meridional. São Paulo, Paz e Terra, 1984.

GRESLLER, L. A. ; SWENSSON, L. J. Aspectos históricos do estado de Mato Grosso do Sul - destaque especial ao município de Dourados. (Dourados: sn), 1988.

CALDAS, R. de Araújo (Ed). Agronegócio brasileiro: Ciência, tecnologia e competitividade. Brasília: CNPq, 1998.

GRIGOROVSKI, Paulo Roberto, PAULA, Sérgio Roberto et al. O BNDES e a Agroindústria nos Anos 90. In: BNDES Setorial, n° 13, Rio de Janeiro, mar. 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo, Ed. Alfa Ômega, 1976.

_____. Caminhos e Fronteiras. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1995.

_____. O extremo oeste. Brasiliense. São Paulo, 1986. 172p.

_____. Caminhos e fronteiras. Cia das Letras, 3ª ed.. 1994.

_____. et alli. Migrações Internas no Brasil: 1872 - 1970. IPE - USP. São Paulo, 1984.

IBGE /DP-CCN - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. 2004.

IBGE - MS. Exposição de motivos para a criação do estado de Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro. 1979:159

IBGE. Incentivos à migração para o Centro-Oeste.1990, Vol. 2 p.214 - 219.

IBGE: Censo Agropecuário (vários anos)

IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI. Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. (Série histórica, Coletânea), Campo Grande, 1986.

JR. Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1942

KUPFER, David. Uma abordagem neo-shumpeteriana da competitividade industrial. In:Ensaio FEE, ano 17, n.1. Porto Alegre, 1996.

LAMOSO, Lisandra Pereira .(org.) Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Dourados, MS : Editora da UFGD, 2008. 196p.

LAZZARINI NETO, Sylvio. Cria e recria. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. (Coleção Lucrando com a pecuária, v.2)

_____. Engorda a pasto. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. (Coleção Lucrando com a pecuária, v.3)

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais. (tese) UNESP/PP. Presidente Prudente, SP, 2000.

Lei 440 (e alterações da Lei 701 (87) e Lei 1239): Cria o Conselho de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso do Sul.

LEITE, E. F. Mar chas na histór ia - comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayes. UNESP Assis, 2000.

LENHARO, A. Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. NIDHIR/UFMT. Ensaio n°1, 1982.

LÊNIN, Wladimir I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Abril Cultural. São Paulo, 1983.

LÊNIN, V.I. O Estado e a revolução. São Paulo. Hucitec, 1983.

LINHARES, T. História econômica do mate. Livraria José Olympio Ed. Rio de Janeiro, 1969.

LUCÍDIO, J. A. B. Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois (a ocupação do planalto sul (de) Mato Grosso, 1830 - 1870). (Dissertação) ICHF -FF, Niterói/RJ, 1993. 189p.

MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. Mato Grosso do Sul – Fazendas, uma memória fotográfica. Campo Grande, Gráfica e Editora Alvorada, 2003.

_____. Mato Grosso do Sul – Fazendas, uma memória fotográfica. Campo Grande, Gráfica e Editora Alvorada, 2004.

_____. Mato Grosso do Sul – Fazendas, uma memória fotográfica. Campo Grande, Gráfica e Editora Alvorada, 2005.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central pecuário. In; Boletim Paulista de Geografia, v.51, p. 7-14. São Paulo, jun. 1976.

_____; REGO, José Márcio. (Orgs) O pensamento de Inácio Rangel. In: Revista de Economia Política. São Paulo, 1 (4):5-34, jan-mar., 1981.

_____. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. Geosul n°1, ano 1, 1986. p. 39-58.

_____. Introdução ao pensamento de Inácio Rangel.

GEOSUL, n.3. p 65-8. Florianópolis, jan-jun, 1987.

_____. A crise econômica, o Estado e o urbano no Brasil. 1991 (mimeografado).

_____. Estado, privatização e organização do espaço no Brasil. In: Informe-AGB, n.50. São Paulo, 1993.

_____. Teorias sobre a industrialização brasileira. In: Cadernos Geográficos n.2. Departamento de Geociências – CFH/UFSC. Florianópolis, 2000.

_____. A Geografia e a “Formação Social como teoria e como método” In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org) O mundo do cidadão, um cidadão do mundo. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996. p. 198-206

MARTINS, J. de S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCS, L. M. & NOVAES F. A. (orgs): A história da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. 4º vol. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 659 - 726.

MARTINS, J. de S. O cativo da terra. 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.

MARTINS, S. O fenômeno da urbanização em Mato Grosso do Sul. UCDB, Campo Grande, 2000. 66p.

MARX, K. O Capital Vol. IV. Nova Cultural.

MELLO, André Olinto Aguiar. Alternativas viáveis para a suplementação de bovinos. Boviplan Consultoria Agropecuária: curso Boviplan de intensificação da pecuária de corte no Brasil. Piracicaba: Boviplan, 2002. p. 65-84

_____. Como aumentar a rentabilidade da recria através da intensificação. Boviplan Consultoria Agropecuária: curso Boviplan de intensificação da pecuária de corte no Brasil. Piracicaba: Boviplan, 2002. p. 117-134

MENDONÇA, R. História de Mato Grosso. Ave Maria, 1970.

MICHELS, Ido Luiz. A bovinocultura de corte brasileira e o

mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul. (Tese) FLCH – USP. São Paulo, 2000.

MONTEIRO, C. A. de Figueiredo. Os geossistemas como elemento de integração na síntese geográfica e fator de promoção interdisciplinar na compreensão do ambiente. Revista de Ciências Humanas, v. 4, n. 19. Florianópolis, 1996. p. 67-101.

MORENO, Gislaene. Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo.

NASCIMENTO, L. M. do. As charqueadas em Mato Grosso: subsídio para um estudo de história econômica. FCL - UNESP Assis. (Dissertação) Assis, 1992.

NOGUEIRA, A. X. A linguagem do homem pantaneiro. (tese) Mackensie. São Paulo, 1989. 384p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Paraíso e inferno na Amazônia legal. In: Revista Travessia. São Paulo: CEM, ano I, nº3, 1989. p.19-25.

OLIVEIRA, Tito C. M. Agroindústria e reprodução do espaço - o caso da soja no Mato Grosso do Sul. USP (tese), 1993.

PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da nação. Campinas: UNICAMP, 1998.

PARRA, M. A. T. Regiões Bioclimáticas do estado de Mato Grosso do Sul. Rio Claro (tese) UNESP IGCE, 2001. 231f.

PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. História da fundação de Campo Grande. Campo Grande, MS: Edição do autor, 2001

PESAVENTO, Sandra Jathay. A Revolução Federalista. Brasiliense. São Paulo, 1983.

PINAZZA, Luiz Antônio; ALIMANDRO, Régis. Impacto das revoluções tecnológicas na agricultura. In: PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. (Orgs). Reestruturação no agríbunesses brasileiro:

agronegócios no terceiro milênio. ABAG/Agroanalysis/Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1999a.

PRADO, Marcelo. O agribusiness em mundo globalizado. In: Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio. Rio de Janeiro: Abag/Agroanalysis/Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PRATES, Arlene Maria Waykot. Geo-História - a concepção e Braudel. GEOSUL, ano V, n.10, segundo semestre de 1991.

PROENÇA, A. C. Pantanal: gente, tradição e história. Edição do Autor. Campo Grande, 1992. 144p.

QUEIROZ, P. R. C. de. As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904 - 1908). Campo Grande, EUFMS, 1997b. 163p. il.

_____. As condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. In: Fronteiras, Revista de História. EDUFMS, vol. 1, nº2. Campo Grande, 1997. p.113-136.

RANGEL, I. M. Dualidade básica da economia brasileira. ISEB. Rio de Janeiro, 1957.

_____. História da dualidade brasileira. Revista de economia política, (4) 1. Brasiliense. São Paulo, 1981.

_____. Ciclo, tecnologia e crescimento. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1982.

_____. Desenvolvimento Desigual. Folha de São Paulo – 09/09/1989.

_____. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. São paulo, Bional. 1990.

_____. Economia, milagre e anti-milagre. Zahar. Rio de Janeiro, 1985.

REVISTA VALOR ECONÔMICO. Julho de 2000.

RODELA, Luciana Graci. Unidades de Vegetação e Pastagens Nativas do Pantanal da Nhecolândia, Mato Grosso do Sul (Tese de Doutorado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

ROSA, A. dos S. Monções de Mato Grosso: embarcações fluviais e transportes terrestres. Campo Grande, MS. UCDB, 2002.

SANTOS, Milton . Espaço & Sociedade. Vozes. Petrópolis, 1982.

_____. Por uma geografia nova. Hucitec. São Paulo, 1986.

_____. Metamorfose do Espaço Habitado. Hucitec. São Paulo, 1988.

_____. Espaço & Método. Nobel. São Paulo, 1997

_____. A natureza do espaço. (3ª Ed) Hucitec. São Paulo, 1999.

SANTOS, S. A. Caracterização dos recursos forrageiros nativos da sub-região da Nhecolândia, Pantanal, Mato Grosso do Sul, Brasil. 2001.185f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2001.

SANTOS, S. A Pecuária de corte sustentável no Pantanal. EMBRAPA Pantanal. Disponível em <<http://www.cpap.embrapa.br>> Acessado em 08 de dezembro de 2005.

SAKAMOTO, A. Y. Contribuição ao estudo do espaço de produção capitalista de Mato Grosso - Meados do século XIX até a década de 1930. São Paulo: USP 1989. (Dissertação).

SCHEIBE, Luiz Fernando. Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Durável. In: Educação ambiental e compromisso social: Erechim, RS, 2004, págs. 317-336.

SEWELL, Antony Hilgrove Monti. A opção de volumosos para o Brasil: silagem de capins tropicais. Boviplan Consultoria Agropecuária: curso Boviplan de intensificação da pecuária de corte no Brasil. Piracicaba: Boviplan, 2002. p. 49-64

_____. Intensificação da engorda: pasto x confinamento. Boviplan Consultoria Agropecuária: curso Boviplan de intensificação da pecuária de corte no Brasil. Piracicaba: Boviplan, 2002. p. 135-149

SILVA, J.S.V.; ABDON, M.M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. Pesquisa Agropecuária Brasileira, 33 (Número Especial): 1703-1711, out., 1998.

SIMONSEN, R. História Econômica Brasil, Vol. 1, 1500-1820. Editora Nacional, 1937

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. As Minas de Cuiabá: Primeiros Tempos. Revista Universidade, Cuiabá, II, (1), 1982, p. 25- 32.

SODRÉ, Nelson W. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. José Olympio. Rio de Janeiro, 1941.

_____. Brasil, radiografia de um modelo. Bertrand Brasil, 7a edição. Rio de Janeiro, 1987.

SOTCHAVA, V. B. O estudo de Geossistemas. Métodos em Questão, n.16, 52 p., IG –USP. São Paulo, 1977.

SOUZA, J. B. de. Mato Grosso: terra da promessa. São Paulo: s/ed, 1953.

SOUZA, Lécio G. de. História de Corumbá. UFMS/CEUC, 1985

TAUNAY, Afonso de E. Relatos Monçoeiros. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, 1981.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli A. Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, p. 19, 37-41, 43

TORRES Junior.; ROSA; Fabiano Ribeiro Tito. Mercado pecuário e sua potencialidade. Boviplan Consultoria Agropecuária: curso Boviplan de intensificação da pecuária de corte no Brasil. Piracicaba: Boviplan, 2002. p. 85-91

TROTSKY, Leon. A história da revolução russa. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá. In: Boletim Campo-grandense de Geografia n.1.AGB. Campo Grande, 1986a.

VEIGA, José Eli. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. Estudos Avançados 15 (43), 2001. p. 101-119.

VEIGA, Jonas Bastos da; (et al). Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2004. 162 p.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus (1992). Formação Social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1992.

WEINGARTNER, Alisoete Antônia dos Santos. Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul. Edições Est. Porto Alegre, 1995.

WEBER, Astor. OS EYVIGUAYEGUI-MBAYÁ-GUAICURU: o Tratado de Paz de 1791. Revista História em Reflexão: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008.

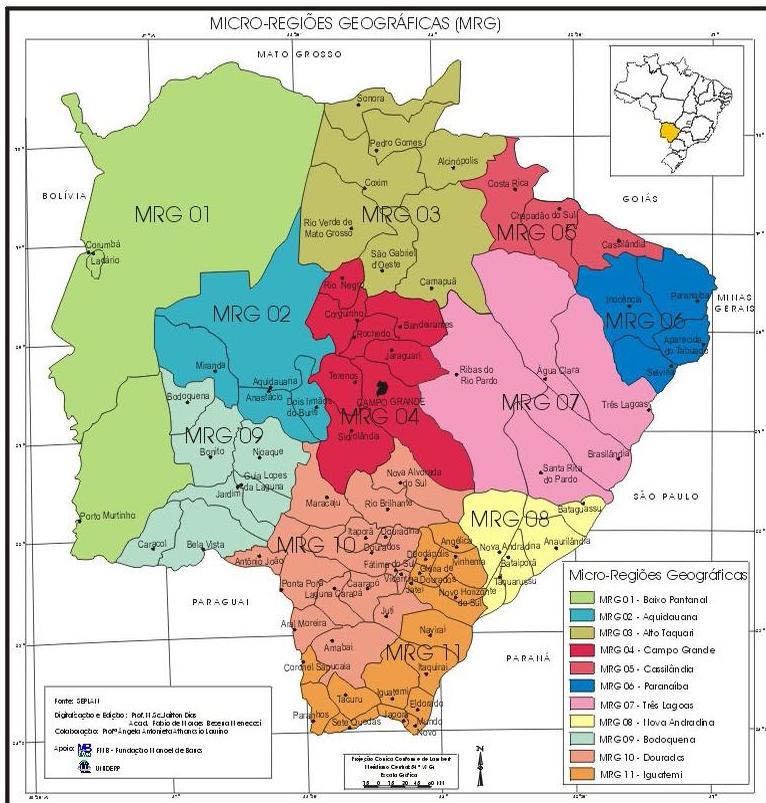
WILCOX, Robert W. *Cattle ranching on the Brazilian frontier: tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940*. 1992. Tese (PhD em História) – New York University, New York.

SITES

<http://www.campograndenews.com.br> (18/04/2012 18:49) – Acessado em 19 de abril de 2012.

http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=3552 - Revista Arca – Arquivo Histórico de Campo Grande – Acessada em 20 de abril de 2012.

ANEXO A – Mapa da área de estudo – o estado do MS.



ANEXO B : Gráficos, Tabelas, Figuras e Mapas.

GRAFICO: Consumo mundial de carne bovina em 2008
(Fonte: FAERJ: SEBRAE-RJ, 2010:13)

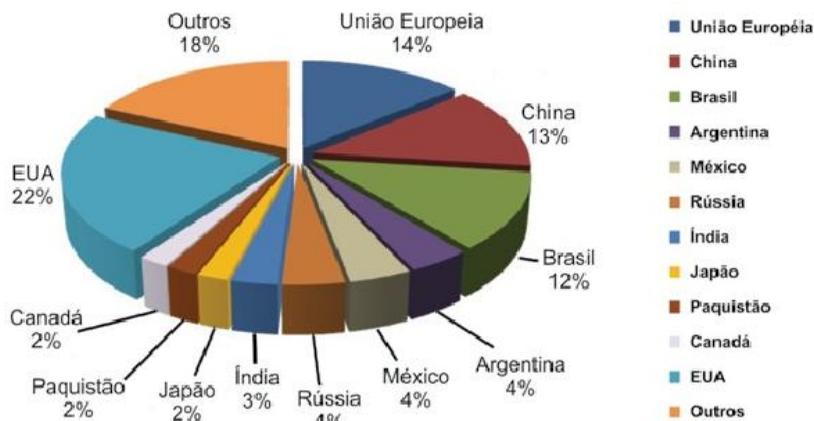


TABELA – Principais produtores de carne bovina – em mil toneladas equivalente-carcaça.
(Fonte: FAERJ: SEBRAE-RJ, 2010:10)

Pais	2004	2005	2006	2007	2008
Estados Unidos	11.261	11.318	11.918	12.096	12.171
BRASIL	8.488	8.776	9.053	9.297	9.108
União Europeia	8.245	8.090	8.150	8.175	8.125
China	6.759	7.115	7.050	7.480	7.730
Argentina	3.130	3.200	3.100	3.200	3.170
Índia	2.130	2.250	2.375	2.500	2.655
México	2.099	2.125	2.175	2.200	2.225
Austrália	2.061	2.102	2.183	2.197	2.075
Rússia	1.590	1.525	1.430	1.370	1.340
Canadá	1.496	1.523	1.391	1.310	1.230
Outros	9.609	10.152	10.532	10.598	11.077
TOTAL	56.888	58.176	59.420	60.423	60.906

GRAFICO - Principais países exportadores de carne bovina em 2009 – do total mundial (100%)
(Fonte: FAERJ: SEBRAE-RJ, 2010:17)

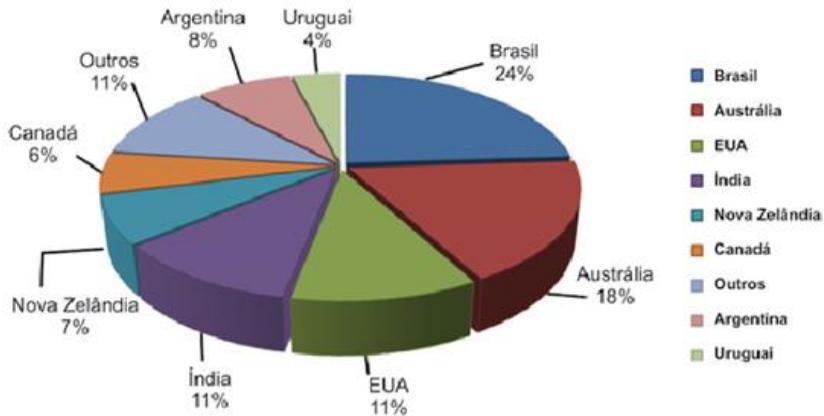


TABELA - Taxa de abate (Percentual do rebanho total) – Mundo, 2009
(Fonte: Abiec, 2010)

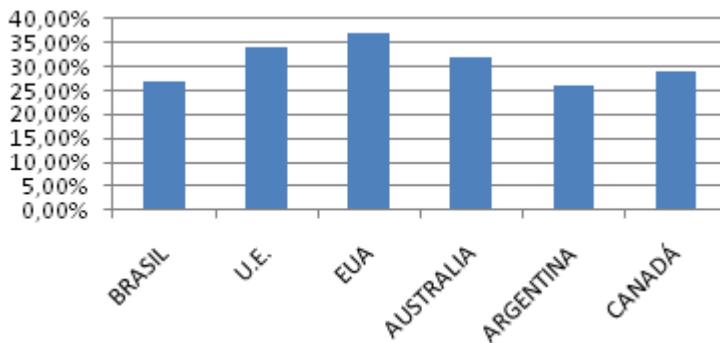


TABELA – Indicadores básicos da pecuária brasileira – 2003 a 2007.
(Fonte: CNA, 2007)

INDICADOR	2003	2004	2005	2006	2007 ¹
População (milhões de habitantes)	177,4	180,0	182,6	185,2	---
Rebanho Bovino (milhões)	203,5	204,5	207,2	205,9	207,2
Taxa de Abate (%)	18,5	20,3	21,0	21,6	21,7
Abate (milhões de cabeças)	37,6	41,4	43,1	44,4	45,0
Produção de Carne (mil t. eq. carc.) ¹	7.700,0	8.350,0	8.750,0	8.950,0	9.200,0
Consumo per Capita (kg eq. carc.)	36,4	36,4	36,2	36,6	36,7
Consumo Interno (mil ton. eq. carc.)	6.462,9	6.548,9	6.601,0	6.780,0	6.880,0
Exportação (mil ton. equiv. carcaça)	1.300,0	1.854,0	2.197,0	2.200,0	2.420,0
Importação (mil ton. equiv. carcaça)	63,7	53,3	49,2	30,0	100,0
Exportação (US\$ milhões)	1.509,0	2.457,0	3.032,0	3.800,0	4.552,0
Importação (US\$ milhões)	60,2	72,2	80,2	63,0	210,0

GRÁFICO - Principais importadores de carne industrializada do Brasil.
(Fonte: Abiec, 2010)

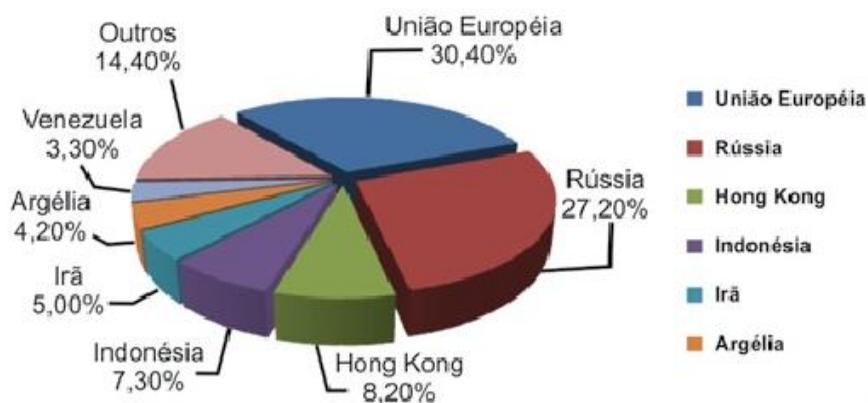


GRAFICO - Principais importadores de carne resfriada do Brasil
(Fonte: Abiec,2010)

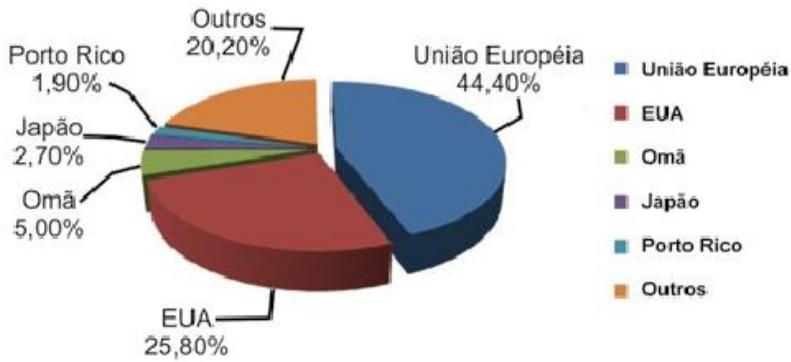
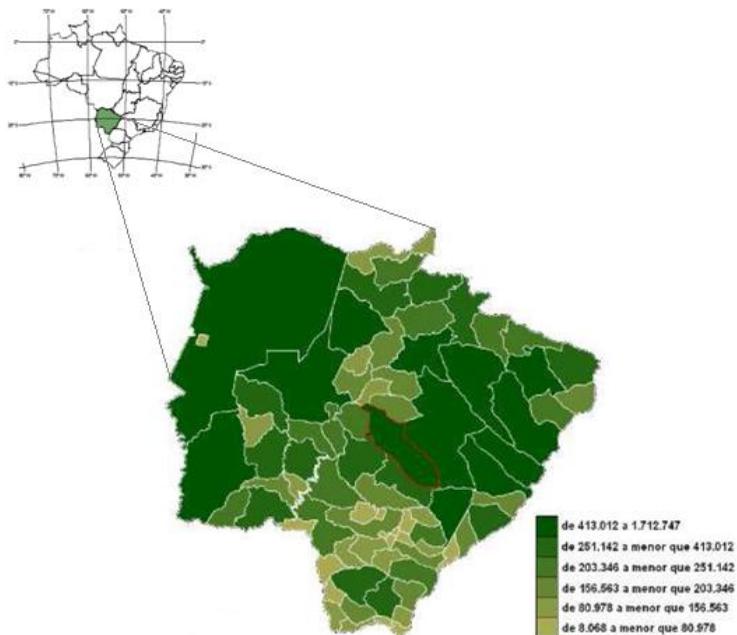


FIGURA – Distribuição espacial dos frigoríficos sob SIF no Brasil*
(Fonte: EMBRAPA, 2005)



Mapa – Distribuição do Rebanho Bovino pelo estado do MS
(Fonte: IBGE, 2009)



MAPA – Distribuição do rebanho bovino no Brasil – 10 maiores índices municipais.

(Fonte: IBGE, 2004)

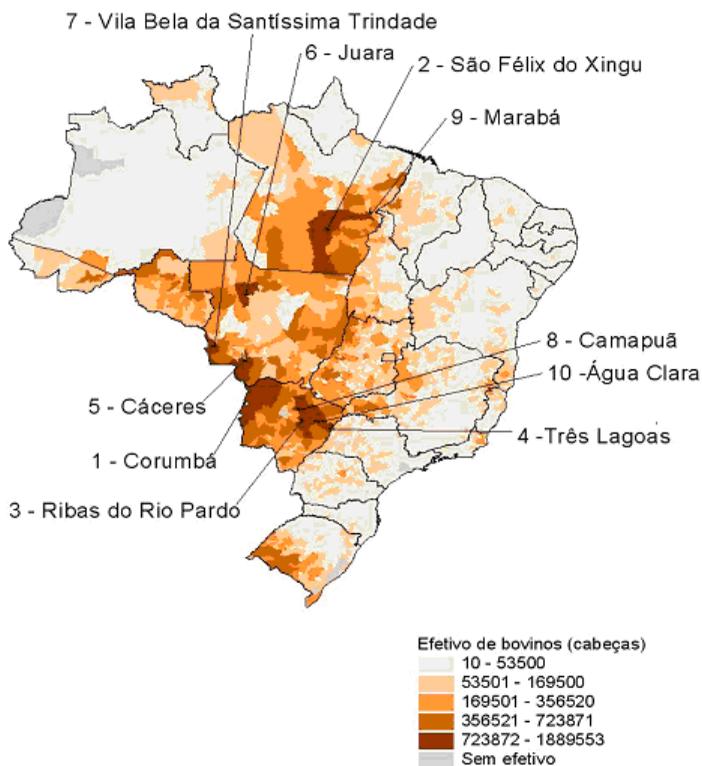
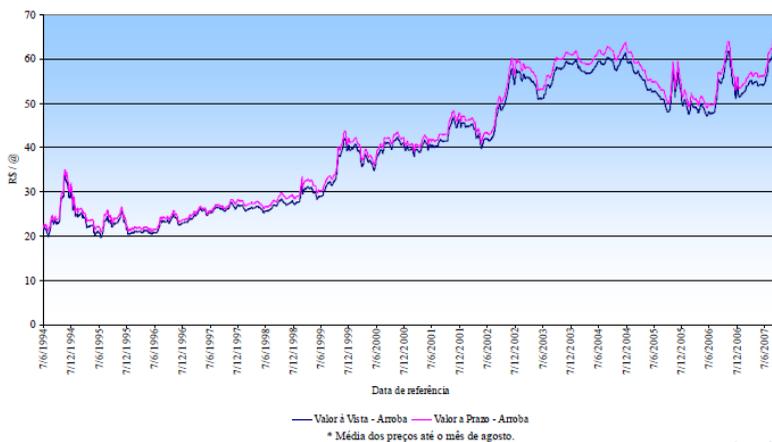


GRÁFICO – Evolução do preço (R\$) da arroba do boi gordo no Brasil – 1994 – 2007. (Fonte: CEPEA, 2007)



Fonte: CEPEA (2007).

MAPA – As Subdivisões do bioma Pantanal e a Nhecolândia. (Fonte: Silva e Abdon, 1998)

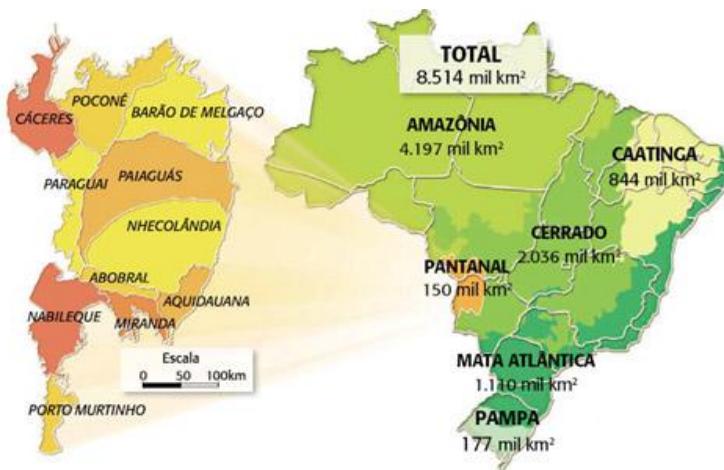
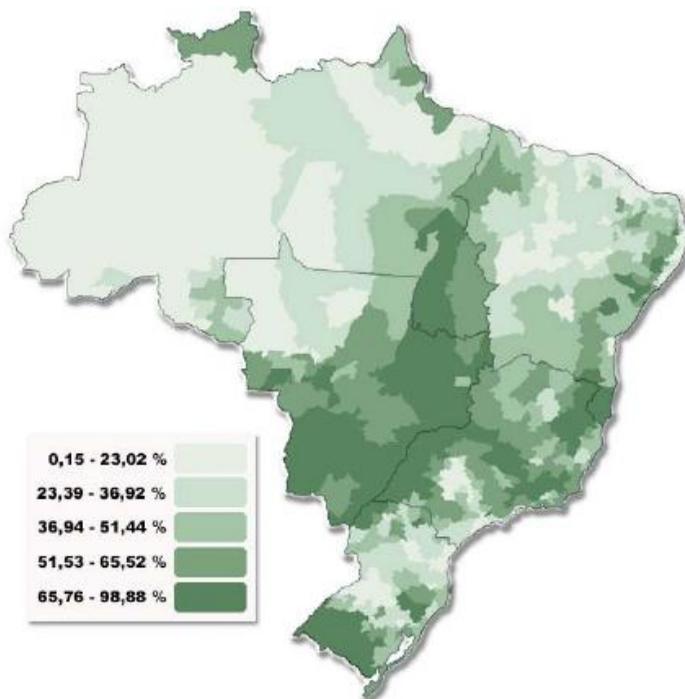


FIGURA – Percentual das áreas rurais ocupadas com pastagens *– 1995. (Fonte: Embrapa, 2005)



*Segundo a Embrapa (2005:25) atualmente o sistema extensivo corresponde há cerca de 80% da produção da pecuária de corte brasileira. Os 20% restantes são divididos em sistemas semi-intensivos e intensivos, propriamente ditos.

MAPA - Bacia do Rio Formoso – Município de Bonito/MS, localização da área da pesquisa da Embrapa/MS.
(Fonte: Embrapa, 2006)



ANEXO C – Caracterização das fases da Pecuária de Corte

(Fonte: Embrapa, 2005)

Caracterização das etapas de produção da pecuária de corte

As atividades econômicas da pecuária de corte são caracterizadas pelas fases de cria, recria e engorda, as quais são desenvolvidas como atividades isoladas ou combinadas de forma a se complementarem, a saber:

- Cria – compõe-se do rebanho de fêmeas em reprodução, podendo estar incluída a recria de fêmeas para reposição, para crescimento do rebanho e para venda. Todos os machos são vendidos imediatamente após a desmama, em geral com 7 a 9 meses de idade. Além dos machos desmamados, são comercializados bezerras desmamadas, novilhas, vacas e touros. Em geral, as bezerras desmamadas e as novilhas jovens (1 a 2 anos) são vendidas para reprodução, enquanto as novilhas de 2 a 3 anos, as vacas e os touros descartados se destinam ao abate.
- Cria e recria – difere da anterior pelo fato de os machos serem retidos até 15 a 18 meses de idade, quando então são comercializados. Estes são comumente denominados garrotes.
- Cria, recria e engorda – considerada como atividade de ciclo completo, assemelha-se às anteriores, porém os machos são vendidos como bois gordos para abate, com idade de 15 a 42 meses, dependendo do sistema de produção em uso.
- Recria e engorda – essa atividade tem início com o bezerro desmamado e termina com o boi gordo. Entretanto, em função da oferta de garrotes de melhor qualidade, também pode começar com esse tipo de animal, o que, associado a uma boa alimentação, reduz o período de recria/engorda. O mesmo ocorre com bezerros desmamados de alta qualidade. Embora essa atividade tenha predominância de machos, verifica-se também a utilização de fêmeas.
- Engorda (terminação) – nas décadas passadas foi exercida pelos chamados “invernistas”. Estes se localizavam em regiões de boas pastagens e aproveitavam a grande oferta de boi magro (24 a 36 meses de idade) da época. Atualmente, encontra-se bastante restrita como atividade isolada, sendo desenvolvida por um número reduzido de pecuaristas que também fazem a terminação de fêmeas. Essa mudança de cenário deve-se à expansão das áreas de pastagens cultivadas em regiões onde tradicionalmente não existiam e, por consequência, à redução da oferta de boi magro.

ANEXO D – Principais características da *pecuarização* na Área de Amortecimento – Estudo de Caso da Bacia do Rio Formoso, Município de Bonito/MS.

(Fonte: EMBRAPA, 2006)

Sistema de produção modal de gado de corte

Características gerais de uma fazenda típica de pecuária de corte

As fazendas de gado de corte localizam-se na região abrangida pelos rios Formoso, Anhumas e parte do Mimoso e ficam, em média, a 35 km da sede do município de Bonito. A área total é de 1.000 ha, sendo 600 ha de pastagem, 200 ha de reserva legal, 180 ha de área de preservação permanente e 20 ha ocupados com benfeitorias.

Descrição do processo produtivo

O processo produtivo caracteriza-se pelas fases de cria, recria e engorda, com base em pastagens cultivadas. As limitações quanto à qualidade e capacidade de suporte das pastagens, somadas às deficiências no manejo do rebanho, resultam em baixa eficiência reprodutiva na fase de cria e lento desenvolvimento ponderal, principalmente na fase de recria. Como resultado, as vacas apresentam uma taxa de natalidade de 75% e as novilhas produzem a primeira cria aos 40 meses de idade, enquanto os machos, recriados e terminados exclusivamente em pasto, são abatidos ao redor de 40 meses de idade.

Outras informações

O produtor tem por volta de 50 anos de idade, possui o segundo grau incompleto e a sua única fonte de renda é a fazenda. Ele reside na sede do município e realiza cerca de sete visitas mensais à fazenda. A gerência é centralizada pelo produtor, que somente delega aos empregados fixos (um capataz e um peão) as decisões diárias relativas ao manejo do rebanho e das pastagens. A fazenda não dispõe de um planejamento formalizado nem de assistência técnica, sendo as decisões de médio e longo prazos tomadas com base na intuição e experiência do produtor. Como não há um controle sistemático do rebanho, as conferências somente são realizadas por ocasião das vacinações e da desmama. O controle de despesas e receitas se resume em reunir notas fiscais que periodicamente são entregues ao escritório de contabilidade para a confecção da declaração do imposto de renda.

Comercialização

Os animais destinados ao abate (boi gordo e vaca gorda) são vendidos para os frigoríficos mais próximos e os demais produtos (novilhas e bezeros desmamados de descarte) para criadores da região.

Sistema de produção modal de gado de leite

Características gerais da fazenda típica de produção de leite

A produção de leite se concentra na microbacia do rio Mimoso e as propriedades se localizam a uma distância média de 20 km da cidade de Bonito. A área total é de 50 ha sendo 40 ha de pastagem, 9 ha de reserva legal, 0,5 ha de cana e 0,5 ha com benfeitorias.

Outras informações

O produtor tem entre 35 e 40 anos de idade, possui apenas o primeiro grau incompleto e a sua única fonte de renda é a propriedade. Ele reside na sua fazenda e realiza cerca de duas visitas mensais à sede do município. A mão-de-obra está restrita ao produtor e sua esposa e, no período de férias escolares, conta com a ajuda dos filhos. A fazenda não dispõe de um planejamento formalizado nem de assistência técnica, sendo as decisões de médio e longo prazos tomadas com base na intuição e experiência do produtor.

Comercialização

O leite é comercializado com um laticínio que possui posto de resfriamento localizado na sede do município. A cada cinco dias, o leite é levado para ser beneficiado na cidade de Rio Brilhante, MS. Os animais descartados são comercializados com abatedouros e produtores da região.

Sistema de produção modal da agricultura familiar

Caracterização da propriedade típica

A propriedade onde se pratica a agricultura familiar localiza-se a uma distância média de 9 km do centro da cidade de Bonito, MS. A área média da propriedade é de 35 ha, sendo destinados às culturas anuais de 1 a 4 ha.

A propriedade típica possui casa-sede, galpão, rede elétrica e poço semi-artesiano.

Perfil do produtor

O produtor reside na propriedade, tem uma idade média de 48 anos, emprega a própria mão-de-obra e gerencia suas atividades.

Em relação ao nível de escolaridade, constatou-se que possui, apenas, o primeiro grau incompleto.

Sistemas de produção identificados

Na Bacia do Rio Formoso, foram identificados os sistemas de produção de mandioca de mesa, galinha caipira, cana-de-açúcar, suínos, hortaliças e criação de abelhas melíferas.

Sistema modal de produção de grãos

Caracterização das áreas de lavoura

As áreas de lavoura localizam-se a uma distância média de 35 km do centro da cidade de Bonito, MS. Predominam as lavouras de soja, milho safrinha e aveia.

A maioria dos produtores de grãos são arrendatários e pagam aluguel (arrendamento) da terra de forma diferenciada para cada produto, sendo seis sacas por hectare pela área destinada à cultura da soja, duas de milho para a lavoura de milho safrinha e duas de aveia para a lavoura de aveia. O período de arrendamento é de cinco anos.

A área cultivada na safra de verão com soja na bacia do rio Formoso é de, aproximadamente, 12 mil hectares, sendo a área média de lavoura de 300 ha. No outono/inverno são cultivados, aproximadamente, 4 mil ha com milho safrinha e 3,6 mil ha com aveia. As áreas médias de lavoura com milho safrinha e aveia são de 150 e 90 ha, respectivamente. O restante da área permanece em pousio no período outono/inverno. Esses números indicam que a cultura da soja é a principal exploração agrícola dos produtores de grãos da bacia.

Perfil do produtor

O produtor tem uma idade média de 48 anos, reside na cidade, e a atividade agropecuária é sua única fonte de renda. Além de empregar seu próprio trabalho na atividade de produção, contrata mão-de-obra fixa e temporária.

A mão-de-obra temporária é utilizada apenas durante um período de até 45 dias na semeadura da cultura da soja e de até 25 dias, do milho safrinha.

As atividades são gerenciadas pelo produtor.